



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 13/13-17 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2015/09/25**

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e quinze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

De imediato solicitou ao responsável pela transmissão online que explicasse o porquê de esta sessão não poder ser vista, via internet.

O **Senhor Roberto**, responsável pela transmissão disse que, no momento de dar início à transmissão a placa de transmissão vídeo queimou, pelo que se tornava impossível a transmissão online, apesar de a filmagem ficar arquivada, e a qual poderá ser colocada via internet mais tarde, logo que o problema se resolva.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Antonio Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesias de Venade e Azevedo, substituído pela Tesoureira Carina Sofia Domingues Fernandes.
- Severino Manuel Gomes de Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Clemente Pires.
- Vitor José Brás Rocha, eleito pelo Partido Socialista, substituído por Pedro Ramalhosa.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 04 de junho 2015;
- c) – Protocolo entre o Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Probability Makers, Unipessoal, Lda., Música no Coração - Sociedade Portuguesa de Entretenimento, Unipessoal, Lda. e Metropolitana - Edições Discográficas, Unipessoal, Lda. para a realização do Festival de Vilar de Mouros;
- d) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis;
- e) – Acordo de Pagamento Celebrado com as Águas do Norte, Grupo Águas de Portugal;
- f) – Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM);
- g) – Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha;
- h) – Plano Municipal de Ação no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2020;



Assembleia Municipal de Caminha

- i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora – Gestão de Combustíveis;
- j) – Rede de Saneamento de Vilar de Mouros - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento;
- k) – Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento;
- l) – Inclusão da Zona da Igreja no Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais – 2ª Fase – Freguesia de Âncora;
- m) – Concessão de Espaço Público Destinado à Colocação de Quiosques na Freguesia de Vila Praia de Âncora e União de Freguesias de Caminha e Vilarelho;
- n) – Alteração à Postura de Trânsito na Rua Pontault-Combault em Vila Praia de Âncora;
- o) – Alteração à Postura de Trânsito - Acesso ao Jardim de Infância e Rua do Paraíso em Vila Praia de Âncora;
- p) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua de Vilarinho, Rua Laurentino Monteiro e Praceta de Vilarinho – Freguesia de Vila Praia de Âncora;
- q) – Reforço da Sinalética Vertical na Travessa da Areia- Freguesia de Âncora;
- r) – Colocação de Sinalética na Freguesia de Seixas;
- s) – Colocação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Secundino Monteiro**, em representação dos comerciantes da Av.^a Manuel Xavier desta Vila, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e Comunicação Social e disse que:

"Em representação dos empresários e prestadores de serviços da Av.^a Manuel Xavier, informo o Sr.^o Presidente que foi solicitada uma reunião com o Sr.^o Vereador que detém o Pelouro do Trânsito, através da sua secretária à sensivelmente três meses, a qual ainda hoje aguardamos agendamento dessa mesma reunião. Daí estarmos hoje aqui presentes nesta Assembleia para apresentarmos as nossas solicitações.

Deste modo apresentamos um abaixo assinado que contém 429 assinaturas; o qual passou a ler:

"Exmo. Senhor,

Presidente da Câmara Municipal de Caminha,

Dr. Miguel Alves,

Os munícipes, proprietários de habitações, comércio e serviços, moradores, comerciantes, prestadores de serviços, utentes em geral abaixo assinados, reclamam a intervenção de V.Exa., designadamente junto da Assembleia Municipal, no sentido de, com carácter de urgência, serem tomadas as medidas legais necessárias à criação de lugares de estacionamento na Avenida Manuel Xavier, nesta Vila e Concelho de Caminha.

A Avenida Manuel Xavier é uma das artérias mais extensas e largas da vila de Caminha e uma das suas vias principais.

Tal como se encontra regulamentado o trânsito na mesma, não existe um único local de estacionamento, mesmo condicionado, em toda a sua extensão.

Na Avenida existem habitações, bem como vários serviços públicos e privados e estabelecimentos comerciais, nomeadamente o Tribunal Judicial e as Conservatórias, uma clínica de Fisioterapia, um Banco, uma Igreja, várias companhias de seguros, um pequeno centro comercial com várias valências



Assembleia Municipal de Caminha

(Cabeleireiro, Lavandaria, Florista, Funerária, Costureira, Serviços Diversos), um cabeleireiro, uma escola de condução, uma carpintaria, vários comércios conceituados e vários gabinetes de prestação de serviços.

Aos vários utentes destes serviços tem sido impedido o estacionamento e até a paragem momentânea na Avenida Manuel Xavier, pelas forças policiais, desde que foi retirado o sinal de estacionamento limitado existente do lado direito para quem circula de nascente (Estação) para poente (Rua de S. João).

Temos assistido e sido alvo de uma verdadeira caça à multa!

Por outro lado, a falta de veículos estacionados incentiva a velocidade, tendo já ocorrido vários acidentes nesta via, desde que deixou de aqui se poder parar ou estacionar.

O facto de os passeios que ladeiam a avenida, nomeadamente o do lado direito, ter sido "remendado" há alguns meses, não pode constituir motivo para retirar o estacionamento desta artéria, de forma definitiva e ilimitada.

De resto, teria sido mais ajuizado aproveitar a obra para reduzindo à largura dos passeios, sem impedir a circulação de peões e carrinhos/cadeiras de rodas, criar uma faixa de estacionamento ao longo de um dos lados desta artéria, bem como colocar uma passadeira em frente à entrada principal do Tribunal Judicial, intervenções públicas que facilitariam aos utentes o acesso aos vários serviços e comércios disponíveis- fica a sugestão!

As dificuldades económicas que atravessam, nomeadamente, as empresas deste concelho, que são do conhecimento geral, devem levar a que qualquer intervenção pública seja pensada e ponderada, antes de ser executada, sob pena de, ainda que sem intenção, se estar a contribuir para o agravamento das condições de vida no concelho, o que certamente não é intenção da Camara Municipal patrocinar.

Assim, impõe-se que a Camara Municipal, a que V.Exa. preside, proponha à Assembleia Municipal a regulamentação do trânsito na Av. Manuel Xavier, seja mediante uma intervenção que permita a criação de estacionamentos de um dos lados desta artéria, executando-se as obras adequadas, seja, enquanto tal obra



Assembleia Municipal de Caminha

não acontecer, restabelecendo o estacionamento limitado, nos moldes pré existentes.

Assim esperamos. “

Depois de ler este abaixo assinado, perguntamos ao Senhor Presidente de:

- O porquê de chegar a este ponto?
- O porquê mexer naquilo que está bem e funciona?
- O porquê de nada se fazer naquilo que funciona mal?

A Av.^a Manuel Xavier, foi intervencionada há sensivelmente 20 anos, ficando com os passeios danificados ao longo do tempo, onde o pavimento está a ultrapassar o nível dos passeios. Essa intervenção ficou a meio, os passeios nunca mais foram intervencionados conforme estava previsto.

Há poucos meses foi feita uma intervenção no fraco arranjo!!! Onde se retira o sinal que permitia um estacionamento de 20 minutos. Baseando-se na intervenção, no fraco arranjo, pena foi não requalificar devidamente os passeios deixando ficar o sinal e fazer aquilo tinha sido planeado com o anterior executivo, ou seja, a colocação de uma faixa delimitadora de estacionamento.

Também todos nos sabemos de quanto o estacionamento naquela artéria contribui para uma redução de velocidade onde se encontram várias passadeiras sendo uma delas de acesso a várias escolas.

Agora podemos chamar a esta artéria a “Rua do Raul Solnado”, proibindo o estacionamento às 2.^a, 3.^a, 5.^a, 6.^a e sábados, mas permitindo o estacionamento às 4.^a e dias com eventos ou romarias, quero dizer com isto, que todos aqueles que vem de fora (feirantes e outros) com intenção de ganhar a sua vida, tem privilégios evidentes os quais nós que pagamos cá os nossos impostos não os usufruímos, e mesmo assim ainda vamos pagar na fatura da água a limpeza daquilo que eles usufruíram.

Deste modo não podemos concordar com a dualidade de critérios, e repugnamos tal atitude.

Agradecemos desde já toda a atenção do Sr.^o Presidente e do Sr.^o Vereador para a melhor resolução deste nosso problema, que de tão pequeno, se torna tão



Assembleia Municipal de Caminha

prejudicial economicamente para o desenvolvimento de todas as atividades que ali se encontram.

Muito Obrigado.”

O **Senhor Secundino Monteiro**, em representação do Movimento de Empresários do Concelho de Caminha, reiterou os cumprimentos iniciais e disse o seguinte:

“Começamos por dizer que estamos aqui não como políticos, mas como pessoas de trabalho, vivemos tempos difíceis, mas como nós dizemos sem trabalho nada se consegue. Pensamos nas nossas empresas e relacionamo-las com as nossas famílias.

Também ambicionamos criar situações empresariais estáveis com maior empregabilidade dinamização e expansão sem demagogia dizemos que tudo se torna mais difícil sem determinados apoios, apoios primários. Na primeira reunião com o Sr.º Presidente ficando nós satisfeitos com o compromisso assumido pelo mesmo da mesma maneira ficamos descontentes ao longo destes tempos pela falta daquilo que foi assumido.

Assim sugerimos nesta primeira fase e sem perder mais tempo os seguintes pontos:

- Mais dialogo;
- Limpeza de ruas e jardins: deve haver um cuidado continuado ao longo de todo o ano;
- Projetar o nosso Concelho;
- Saída da A28 condigna;
- Sinalização e Placas Identificativas;
- Estacionamento – caótico;
- Tomada de posição em relação as Autoridades;
- Rua Direita; Regras de funcionamento, contentores apropriados, iluminação e intervenção no piso mesmo que não seja definitivo



Assembleia Municipal de Caminha

-Eventos: aumento significativo de eventos, no entanto sem coordenação, visto que no mesmo concelho, continuamos com vários eventos no mesmo dia e hora. Não se compreende qual é a estratégia.

Por Exemplo:

Temos a maior festa do concelho - Festas em honra da Nossa Senhora da Bonança de 10 a 13 de Setembro e precisamente no Sábado das festas, dia 12 - temos um concerto de Tó Trips no Teatro Valadares...então? Queremos atrair pessoas para as nossas festas ou queremos arranjar alternativas? Para isso, já basta as Feiras Novas em Ponte de Lima.

Vimos a insistir na Feira Agrícola nos dias 25 a 27 de Setembro em Vila Praia de Âncora, mas temos já um espetáculo de teatro agendado para o Teatro Valadares precisamente no Sábado à noite, dia 26 onde na Feira irá decorrer o Baile Tradicional. Não se entende...

-Em relação as Festas de St.^a Rita estas sim são as Festas Concelhias, o que parecem festas de Aldeia (com todo o respeito por estas). Como por exemplo a iluminação e espetáculos apresentados.

-Feira Medieval de Caminha;

Sugestão : mais contentores de lixo a espalhar pela vila. As fotos abaixo falam por si...

-Festa em honra de Nossa Senhora da Bonança, Barracas e Tendas na avenida já em Agosto de muito mau gosto. A avenida e praia nesta época é uma das nossas principais atrações turísticas e pecamos por colocar a mesma via, obstruída por barracas e tendas sem qualquer cuidado estético.

Estacionamentos condicionados em pleno agosto por causa das festas. Se falamos de falta de estacionamento, vamos piorar ainda mais esta situação? Palcos Gigantescos na Praça da República. Tapam a visibilidade de toda a praça. Viram o exemplo dos coretos na Praça de Ponte de Lima?

Mais grave ainda, é a desmontagem destes palcos ser efetuado 10 dias após as festas, o que se tem verificado em todos os eventos.



Assembleia Municipal de Caminha

-Caminhos de Santiago - para quem é desconhecedor, o Caminho da Costa que apanha o nosso Concelho está em "ALTA". O que está a ser feito para o bem receber destes peregrinos? Que tipo de informações estão a ser dadas à população do nosso concelho, para estarem alertados para este facto? Será que os caminhos estão dignos ou será que com pouco podemos fazer mais?

- Ferry-Boat:

Este ponto está interligado ao ponto anterior, dado que é fundamental esta ligação para os peregrinos que fazem este percurso. Alerta-se para o facto que existem já diversos Operadores Turísticos Nacionais e Internacionais, especializados no percurso - Caminhos de Santiago e que colocam esta passagem de Ferry-Boat como parte integrante do itinerário.

Continuamos a insistir na ligação entre estas duas margens.

-Feira Semanal de Vila Praia de Âncora, Não existe um local mais digno para efetuar a Feira Semanal?

- Pontos Estratégicos (Santo Antão, Corte de Arvoredo na Ligação Seixas/Caminha)

Muito Obrigado."

O **Senhor Ricardo Lopes**, em representação do Núcleo de Empresas da Gelfa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e Comunicação Social e disse o seguinte:

"Agradeço desde já a possibilidade de poder trazer a esta casa democrática o assunto do Núcleo de Empresas da Gelfa, no que se refere a sinalização da sua localização da Zona Industrial da Gelfa.

Sr. Presidente Miguel Alves dirijo-me em especial a si, e reitero o mesmo que já lhe transmiti em algumas conversas e emails. Não queremos, nem estamos aqui para criar "guerras" institucionais, CMC e AEVX que é quem nos representa e as nossas Empresas em particular.



Assembleia Municipal de Caminha

Não Sabemos nem queremos fazer política de forma alguma, apesar do momento ser bastante propício a isso.

Senhor Presidente, como sabe um dos assuntos que nos trás aqui, é a sinalização da Zona Industrial, e o parecer que lhe foi pedido Sr.º Presidente Miguel.

O Sr. Presidente desde Junho tem a informação necessária daquilo que os empresários querem realizar num terreno de terceiros na entrada para a Zona industrial da Gelfa.

A colocação da sinalização da zona industrial da Gelfa e da identificação e localização das empresas que estão alocadas nesse espaço, é vital e urgente, e isto sem custos para o Município, isto é, somos nós empresas que vamos gerir o processo e as obras necessárias.

Foi comunicado pelo Sr.º Presidente que vai existir um 4.º Regulamento interno da Zona industrial da Gelfa, onde me transmitiu que o nome da Zona Industrial iria ser alterado.

Peço-lhe especial atenção porque isso vai acarretar custos para as empresas e é necessário trabalhar isso em conjunto, já existe um problema de toponímia que nem a Junta de Freguesia de Âncora conhece a real dimensão, os empresários encontram-se por vezes com problemas de ativação de novos serviços.

A sinalização na A28 também é muito importante, porque vai existir alteração da sinalética no próximo ano e é importante aproveitar o momento, para podermos sinalizar junto de esta via a nossa Zona Industrial.

Outro assunto que nos está a preocupar e ainda não foi abordado ao Sr. Presidente Miguel, face aos últimos acontecimentos no final do mês de agosto na Zona Industrial, refiro-me ao incendio no pavilhão do Sr.º Vítor (em frente à Costa & Sá), que ardeu.

Os nossos anseios, preocupações e independentemente do plano de emergência de cada um de nós (empresas) que tem que ter, é tentar perceber junto do executivo, qual é o plano de emergência para uma catástrofe da mesma natureza numa das empresas presente na Zona Industrial, mas não vou discutir isto aqui, porque não é local para isso, como a articulação e a ação das corporações de



Assembleia Municipal de Caminha

bombeiros chamados ao local Âncora, Caminha e Viana, mas é importante saber se;

As autoridades sabem quais são as matérias que cada um de nós tem e quais os meios de combate mais adequados a utilizar?

E a água nas bocas de incendio da Zona Industrial tem pressão suficiente?

É importante para todos os empresários sentarmos e trabalhar com um único objetivo de desenvolvimento, crescimento das nossas empresas e consequentemente da economia local.

Sr.º Presidente da Assembleia Municipal e para não ocupar mais tempo desta sessão acabo da mesma forma, que comecei, os empresários do Núcleo da AEVC da Gelfa, não estão aqui para politizar um assunto simples e aparentemente rápido de ser resolvido, unicamente queremos trabalhar com esta Câmara e o seu Executivo no sentido de desenvolver o Concelho de Caminha e as nossas empresas com o sentido de crescimento comum.

Muito Obrigada”

O **Senhor Presidente da Câmara** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social e em resposta ao exposto pelos representantes dos comerciantes e empresários disse o seguinte:

Dirigindo-se à intervenção do Senhor Ricardo Lopes, a propósito da zona industrial da Gelfa disse que as questões que foram colocadas já tinham sido debatidas com ele pessoalmente, quer em reuniões na Câmara Municipal, quer em reuniões na própria zona industrial da Gelfa. Disse o Senhor Presidente que também tem mantido uma relação com a Associação Empresarial de Viana do Castelo e estas matérias têm sido debatidas e mais do que debatidas têm sido acompanhadas. Em primeiro lugar quer pela proximidade que tem com o gabinete de apoio à atividade empresarial e o facto de esse diálogo ter sido sempre mantido ao longo dos tempos, estranhando algumas das questões que ali foram colocadas porque, tudo aquilo que foi sendo dito e transmitido, e é exatamente aquilo que se passa.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que foi colocada a questão da sinalização da Zona Industrial da Gelfa na sua entrada, e aquilo que o Município fez, foi entrar em contacto com a empresa “Infraestruturas de Portugal”, que é a empresa que junta as “Estradas de Portugal” com a “Refer” e que hoje tem responsabilidades nessa matéria, e na verdade esse contacto foi tão ou pouco agudo que a diretora da Região Norte da “Infraestruturas de Portugal” veio a Caminha ter com o Presidente da Câmara para debater essa questão, aceitou estar com o Presidente da Câmara no local, à entrada da Gelfa para debater essa questão no local onde pôde estar também o cidadão que hoje aqui esteve, quer outro empresário da zona industrial da Gelfa, e a Senhora Diretora foi muito clara, em dizer que o terreno que estava a ser ocupado, ou pelo menos grande parte do terreno era das “Infraestruturas de Portugal” que eles teriam que avaliar para poder dar essa autorização. Disse ainda o Senhor Presidente que teve o cuidado de insistir com o gabinete da Senhora Diretora, e tem estado a aguardar a resposta sobre essa matéria, de modo a que os empresários possam apresentar o seu projeto, a quem o devem apresentar e quem tem que o autorizar, e de momento são estas as informações que temos, dado que aquele território é das “Infraestruturas de Portugal” e não permitem a colocação do Totem no local referido, e não autorizam também, a deslocação de uma pedra, que há naquela zona, de acordo com aquilo que é a vontade dos empresários, mas, esta não é a vontade das “Infraestruturas de Portugal”.

Quanto à denominação dada à Zona Industrial, disse o Senhor Presidente que a questão que lhe foi colocada, já há algum tempo, porque, havia uma grande discrepância entre as fórmulas utilizadas para denominar esta zona, e aquilo que tentou perceber o Senhor Presidente foi qual era a denominação que foi comunicada, ficando “Área Empresarial da Gelfa”, e é essa a denominação, enquanto não houver uma alteração através de uma proposta feita à Câmara Municipal, no contexto, de revisão do regulamento, pelo que, é esta a denominação que está.



Assembleia Municipal de Caminha

Também foram colocadas questões sobre a definição de um interlocutor na Câmara Municipal de Caminha, e se existe algum, existe e está resolvido e definido e é com ele que se tem dialogado, o Doutor Pedro Rocha.

Também foi colocada a questão da manutenção dos lotes não utilizados e da limpeza do espaço, disse o Senhor Presidente que a limpeza do espaço na parte pública foi efetuada, quanto à limpeza dos lotes que são privados foram, notificados para proceder a essa limpeza como tem que ser feito.

Finalmente, sobre a questão do plano de emergências o Senhor Presidente disse que existe um plano de emergências Municipais, o qual acautela cada uma das situações, pelo que, acautela também esta situação.

Relativamente à sinalização junto à saída da A28, disse o Senhor Presidente que a Senhora Diretora Norte das “Infraestruturas de Portugal” foi clara ao dizer que não será permitida essa sinalização, uma vez que só é permitido na saída direta para a própria zona industrial, pelo que, será no local junto da estrada nacional nº13, não deixando de frisar o Senhor Presidente que estas questões têm sido acompanhadas, essas respostas segundo informações que tem do Gabinete de Apoio Empresarial foram dadas. Acrescentado, ainda o Senhor Presidente que aquilo que está verdadeiramente em processo e tem que se resolver, tem a ver com o regulamento que tem de ser melhorado, porque, já está desatualizado, e portanto, sobre essa matéria logo que tenha possibilidade de avançar para a discussão do regulamento dará conta à Associação Empresarial, ao Núcleo de Gelfa, e a situação ficará esclarecida.

Relativamente, às intervenções do Senhor Secundino Monteiro como representante da Avenida Manuel Xavier e enquanto representante do Movimento Empresário, o Senhor Presidente disse que aquilo que foi dito a propósito da Avenida Manuel Xavier é um posicionamento que é claro no sentido de rejeitar a solução que foi defendida pela Câmara e aprovada pela Câmara Municipal, por unanimidade, a propósito de acabar com o estacionamento em cima dos passeios, disse que não é uma medida brutesca, nem pouco habitual, no contexto do país e do mundo. Disse ainda o Senhor Presidente que ao acabarem com a permissão de estacionar com



Assembleia Municipal de Caminha

as duas rodas em cima dos passeios, perceberam logo, que houve uma reação a essa questão que foi colocada já por varias vezes, e por várias vezes dissemos que a decisão estava tomada e deve ser avaliada em conjunto. Também foi dito que esta medida trata aquela avenida, de modo diferente, porque não tem lugares de estacionamento, o Senhor Presidente discorda, pelo facto, de que na zona mais chegada do Tribunal tem ali um parque de estacionamento paredes meias com a avenida, com uma capacidade bastante assinalável, disse ainda que a meio do trajeto tem um parque de estacionamento que fica na rua da escola primária que tem também uma capacidade bastante assinalável, o primeiro está paredes meias portanto está distanciado a dois metros da Avenida Manuel Xavier, este segundo está distanciado a dez metros e existindo ainda um parque de estacionamento novo, no topo da Avenida Manuel Xavier, junto da estação de comboios com capacidade para mais de cem automóveis, que está possivelmente distanciado a quinze metros. Isto com toda aquela Avenida que vem do Parque até à Rua da Corredoura que tem estacionamento e que tem nos dois lados possibilidade de estacionar. Reafirmando o Senhor Presidente que não será a Avenida que tem mais dificuldade que outros locais do Concelho de Caminha e da Vila de Caminha, pelo que, é necessário ter em conta esse facto.

Quanto à caça à multa disse o Senhor Presidente que essa é uma questão que deve ser colocada às autoridades, porque, aquilo que as autoridades fazem da sua parte não merece uma interferência uma vez que a Guarda Nacional Republicana tem competência para avaliar ou não do cumprimento da lei e faz aquilo que terá de fazer, da parte do executivo o que poderá ter em conta, aquando dos diálogos com a Guarda Nacional Republicana a propósito da segurança do Concelho poder-se dar conta dessa exigência por parte dos comerciantes da Avenida Manuel Xavier.

Disse ainda o Senhor Presidente que foi ali referido que os passeios não foram intervencionados durante vinte anos, mas foram agora intervencionados, portanto desmentindo um pouco a ideia ali passada de que não haveria intervenção onde



Assembleia Municipal de Caminha

ela é necessária, pelo que foi necessário intervir nos passeios e essa intervenção foi realizada.

Em relação às quartas, quintas, disse o Senhor Presidente que não percebeu a distinção que ali foi feita entre uns dias e outros e de quem vem ou não vem de fora da Vila porque a proibição de estacionamento é para todos os dias, pelo que, cabe às autoridades poder fazer o cumprimento e dar cumprimento da lei, não distinguindo aqueles que são do Concelho de Caminha e aqueles que são de fora do concelho, que pagam impostos ou que não pagam, que pagam licenças de espaços públicos, como os feirantes, ou outros que não pagam licenças de espaços públicos, como os comerciantes de Caminha pelo que não deve haver qualquer tipo de diferença nessa matéria.

Relativamente, à intervenção do Senhor Secundino Monteiro enquanto representante do Movimento de Empresários disse o Senhor Presidente que é de estranhar parte substancial daquilo que foi dito, disse ainda que tinha sido abordado durante aqueles dias por vários comerciantes e por vários empresários do Concelho de Caminha que estão ligados ao Movimento de Empresários de que não tinham absoluto conhecimento do que se ia passar aqui, mas que como é natural, as questões devem ser colocadas para se possam responder.

Quanto a mais diálogo o Senhor Presidente disse que tem bastante possibilidade de fazer diálogo com o Movimento de Empresários, infelizmente, a última vez que convocou o Movimento de Empresários para debater com o Presidente da Câmara a questão de organização do Natal e Passagem de Ano, do ano passado, o Movimento de Empresários recusou ir discutir sobre esses temas, que a partir desse momento tive que, convidar um a um dos comerciantes que tem no registo da Câmara Municipal uma reunião, e disse que foram realizadas com mais de uma centena de pessoas. Porém quando um Presidente de uma Autarquia por mal que seja visto aos olhos dos representantes do Movimento de Empresários lhe é declinada, recusada uma reunião para se debater a questão do Natal, julga que, sobre diálogo, estaremos conversados.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à saída da A28, o Senhor Presidente disse que se trata de uma matéria que não cabe diretamente à Autarquia, poder avançar, contudo já tinha ali referido que as “Infraestruturas de Portugal” tem no seu plano de investimento para o Norte do País, nomeadamente, para o distrito de Viana do Castelo em avançar com a obra de ligação Caminha e Vilar de Mouros a partir do ano 2017, uma obra que tem um valor base, sem iva, de seiscentos mil euros e portanto sobre essa matéria creio que teremos notícias muito em breve.

Relativamente à Rua Direita e da bandalheira que temos a necessidade de criar regras de funcionamento, horários de abertura e fecho, disse o Senhor Presidente que como as regras de funcionamento, os horários de abertura e fecho existem, a intervenção do representante do Movimento de Empresários se deve estar a referir ao policiamento e ao cumprimento, mas não se pode pedir chuva na eira na “Avenida Manuel Xavier” e depois que no nabal possa estar outro tempo, é que o policiamento existe para todas as ocasiões e não podemos pedir que haja mais controlo e mais policiamento para a Rua Direita para depois vir ter com o Presidente da Câmara com multas na mão para poder resolver junto da autoridade, isso é que não pode acontecer, logo o que tem que acontecer é o seguinte, é honrar aqueles que são os empresários e são a grande maioria da Rua Direita, que trabalham muito bem, cumprem as regras, cumprem a legislação e que são, às vezes, prejudicados por aqueles que não cumprem essa legislação e essas regras e que muitas vezes são defendidos por outros que enchem a boca para falar sobre a questão da bandalheira. Disse ainda o Senhor Presidente que a bandalheira resolve-se, com rigor no policiamento e no cumprimento das regras de encerramento e de controlo da Rua Direita, e é assim que cumprimos, é assim que beneficiámos os bares e os restaurantes que na Rua Direita são a maioria, que cumprem as regras e que têm trazido cada vez mais gente para a Rua Direita ao longo destes anos.

Disse ainda o Senhor Presidente que certamente o representante do Movimento de Empresários por lapso esqueceu-se de mencionar relativamente ao Ferryboat a boa notícia que é um facto, de até Agosto se ter recebido quarenta mil visitantes,



Assembleia Municipal de Caminha

que vem de Espanha para Portugal fazendo com que seja um número superior à da média dos últimos cinco anos, esqueceu-se, também que só na Vila de Caminha entre os meses de Verão (Junho, Julho e Agosto) o número de turistas que visitaram a loja de Turismo de Caminha subiu relativamente ao ano anterior 73%, foi por lapso deve ter ficado em alguma nota mais escondida do seu discurso. Relativamente à crítica da necessidade de aumento de eventos, disse o Senhor Presidente que é atacado por tantas festas, que o esforço que fazem para a divulgação do nosso Concelho e para se poder qualificar os eventos do nosso Concelho é um esforço que tem que ser equilibrado. Disse o Senhor Presidente que lamenta que haja uma visão tão paroquial como aquela que ali foi transmitida e que não cala fundo na generalidade dos empresários do Concelho de Caminha, hoje é possível no Concelho de Caminha que é possível ter-se eventos distintos em lugares distintos do nosso Concelho, dando como exemplo um fim de semana do mês de julho que teve 25 eventos, sendo uns apoiados ou organizados pela Câmara Municipal e todos eles tinham público, porque é diferente o público que vai ver o “Tony Carreira” do público que vai ver o “Tó trips”, como é o da Feira Agrícola, em relação ao público que vai ao Teatro no próximo sábado, porque, tem que se ter a capacidade de se olhar hoje para o nosso território de uma forma menos paroquial, porque tem tanto direito o comerciante de Caminha como o de Vila Praia de Âncora de poder beneficiar dos eventos.

Relativamente ao corte de árvores, disse o Senhor Presidente que se a proposta era cortar aquela cortina de árvores que vem de Seixas para Caminha, considera uma proposta lamentável, dizer que se deve cortar aquelas árvores para se poder olhar para o Rio com melhor acuidade.

Relativamente às Festas de Santa Rita o Senhor Presidente lamentou a crítica ali feita à Comissão de Festas, porque organizaram as Festas da melhor maneira e com os recursos que tem ao seu dispor, e tratar a Festa de Santa Rita como uma Festa de Aldeia pensa que será um pouco injusto para as pessoas que trabalham durante tanto tempo e que dão a cara pelas Festas e pela capacidade de se puxar as Festas de Santa Rita cada vez mais.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao afastamento da Câmara dos comerciantes, o Senhor Presidente disse que os eventos como a mesa da Pascoa, as Marchas Populares, foram trabalhadas em conjunto com o Movimento de Empresários, o Carnaval, a Caminha Doce que envolve as pastelarias do nosso Concelho, o fim de semana gastronómico que envolve os restaurantes do nosso Concelho, o Dia dos Namorados que é um investimento da Câmara para todos os restaurantes, o Festival das Francesinhas que trabalhou com vários comerciantes do nosso Concelho, a Festa do Mar e da Sardinha que pela primeira vez interligou os restaurantes na venda de sardinha, a programação de Natal que é organizada pelo Movimento de Empresários, para os comerciantes poderem valorizar o seu produto, embora o Movimento de Empresários entenda que não deve estar presente nas reuniões que tem com a Câmara Municipal, a iluminação de Natal que é feita em conjunto com os comerciantes, o Entre Margens, a decoração das montras e foram mais de 60 montras só no Concelho, a Feira Medieval que pela primeira vez reuniu com os comerciantes, o Sunset Party que foi organizado com a Associação Empresarial de Viana do Castelo com o apoio da Câmara Municipal que tem sido tão criticada pela nossa oposição. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo fez investimentos de milhares de euros em eventos para que as coisas corram bem, porque à sempre necessidade de se trabalhar mais e melhor, pelo que, todas aquelas críticas que ali foram ditas, não são críticas muito ajustadas.

Por fim disse o Senhor Presidente que se o Movimento de Empresários quiser reunir com ele, estará sempre de portas abertas, não negará essa reunião ao contrário daquilo que foi feito com ele, aquando pediu uma reunião com o Movimento de Empresários.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- E-mail da apreciação Parlamentar apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português relativa ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio «Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro»;
- E-mail da apreciação Parlamentar apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português relativas aos :
 - a- Decreto-Lei n.º 92/2015, de 29 de maio - Cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal;
 - b- Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio - Cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal e
 - c- Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio - Cria um sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.
- Ofício da ICloud Solutions a agradecer a presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal no Congresso da Associação Nacional de Municípios, referente à Plataforma de Contratação Pública acinGov.
- Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Caminha a dar conhecimento do cancelamento de concertos.
- Ofício da Câmara Municipal de Esposende a enviar convite para “I Convívio de Autarcas do Norte Ofir 2015.
- Ofício da Cooperativa de Ensino Ancorensis, a enviar convite para “ XVIII Festival Gimnico de Vila Praia de Âncora”.
- E-mail do Senhor Deputado Jorge Fão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a dar conhecimento das Atividades desenvolvidas em junho / julho 2015.
- Ofício do Gabinete do Sr.º Primeiro Ministro a dar conhecimento “41.º Aniversário da Revolução de Abril/ 1.º de Maio Dia do Trabalhador”, aprovada na sessão de dia 20 de Abril de 2015.
- Ofício da Assembleia Municipal de Viana do Castelo a dar conhecimento de um Voto de Protesto e Recomendação aprovado na sessão de 29 de junho de 2015.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- Ofício/Convite da Comissão de Festas de St.^a Rita de Cássia para participar na Procissão em Honra de St.^a Rita.
- E-mail do Senhor Adriano Braga da Cruz Azeredo, a dar conhecimento da falta de luz em um candeeiro na Av. de Santana, em Moledo.
- Três ofícios do Grupo de Deputados do Partido Social Democrata com assento nesta Assembleia Municipal, a solicitar alguns esclarecimentos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e felicitou o Senhor Presidente da Mesa pelo cumprimento de mais um aniversário e solicitou um esclarecimento à mesa. Perguntou ao Senhor Presidente da Mesa quanto as respostas dos requerimentos apresentados na última sessão de junho.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que tinha sido entregue à mesa uma resposta por parte da Câmara Municipal, a qual lhe faria chegar.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

A **Senhora Deputada Liliana Gomes** saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e disse que:

“A sua intervenção com uma pequena reflexão acerca do tão divulgado e autoproclamado e prometido Verão Azul? Será que foi um verão azul?

Aquele Verão Azul prometido, em que o Concelho de Caminha beneficiaria de muita Cultura, muita música, muita animação! Será que foi um verão azul?



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Infelizmente a resposta é clara e evidente! A julgar pelo desânimo vivido durante o mês de Agosto em que os emigrantes e turistas se lamentavam pela falta de animação, chegando mesmo a regressar a suas casas, tanto em Vila Paia de Âncora como em Caminha. Independentemente das diferenças entre Caminha e Vila Praia de Âncora, que na cultura fica sempre a perder, não obstante alguns concertos com artistas de renome, caros, que representaram alguma animação num ou outro fim-de-semana, o verão azul prometido tornou-se cinzento!

Foi um completo vazio de animação em sucessivos dias e fins-de-semana. E não vale a pena desculpar-se dizendo que a oposição tão depressa diz que gasta em concertos como diz que não há animação!

Poderia sempre promover animação e cultura com o contributo das diversas associações de grande prestígio e qualidade!

Com ares de importante, gastando balúrdios em concertos para uma noite pugnou para que com a ajuda do tempo este Verão do prometido azul se transformasse em cinzento!!

Também em relação a Festa da Sardinha, que é nada mais, nada menos que o peixe ex-libris da nossa costa, é com tristeza que assistimos este ano ao declínio da qualidade a que fomos habituados, tanto pela duração do evento, como pela qualidade da mesma.

Em suma, pela falta de empenho na realização da Festa da Sardinha, e pela sucessiva degradação a que voltam todos os eventos deixados pelo anterior executivo, se verifica que V. Exas., não põem os interesses do Concelho acima dos interesses partidários.

Querem à força instituir no Concelho e em relação à cultura os nossos e os vossos, desprezando completamente a marca e o benefício material e turísticos que estes eventos já significavam. Acrescento a Feira Medieval!

Este designado Verão azul, afinal cinzento, nada mais é que uma política cultural negra, amorfa que transforma a nossa sala de visitas natural, o terreiro, ultimamente muito sujo e transformado em pombal, num amontoado de cadeiras, esplanadas, e barracas, com o trânsito sistematicamente fechado, onde nem o



Assembleia Municipal de Caminha

turismo tem informação para oferecer, afastando do seu centro natural turistas e visitantes que insatisfeitos ou já não param ou levam para as suas terras esta triste imagem!"

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seixas, Rui Ramalhosa** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e disse o seguinte:

"No seguimento da minha intervenção na anterior Assembleia Municipal na qual repassei o trabalho efetuado na Freguesia de Seixas pelo executivo da Câmara Municipal, venho informar os Caminhenses e Seixenses do trabalho feito desde essa data.

Quero deixar realce especial aos trabalhos feitos na ecovia Seixas-Lanhelas porque o trabalho desenvolvido ao nível de obras continua a ser efetuado com profissionalismo e qualidade. Sempre que é solicitada uma reunião com o Senhor Vereador responsável e com o empreiteiro, estão sempre prontos a ouvir as nossas opiniões e receios, que são os dos Seixenses. Muito obrigado Senhor Vereador. Começou no Cais de São Bento, passou pelo Cais de São Sebastião, pela Rua da Boalheira. Rua que aproveitou os melhoramentos da rede de água e de esgotos primeiro e da sua pavimentação, depois.

Agora sim, na Boalheira, começa a ser uma "Ecovia" no sentido verdadeiro da palavra "Eco".

A zona envolvente da Boalheira, que merece ser visitada por todos, começa a ter espaços de lazer com mesas e bancos debaixo de árvores belas e frondosas, zonas de miradouro para os juncais e Rio Minho.

Também reapareceu o nosso velhinho Tanque das Rabadas, um tanque em que as lavadeiras lavavam a roupa de joelhos, com a sua zona envolvente com mesas, bancos, caixotes do lixo e suporte para bicicletas. Esta sim é uma zona pura de ecovia.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas a Junta de Seixas, para não deixar ficar mal a Freguesia e porque a ecovia se dirige para Lanhelas achou por bem limpar os caminhos do saneamento e linhas de água que estão junto ao Rio Minho e preparar o prolongamento da mesma até à zona sul das Pedras Ruivas. Esta sim "Eco" porque se mantem em terra batida, original, natural e ecológica, como sempre deveria ser toda a nossa zona ribeirinha. Hoje, pode-se vir de Lanhelas, zona da estação da Refer até às Pedras Ruivas por ecovia ou zona pedonal, junto às margens do Rio Minho, são cerca de 3 km de passeio ecológico que só nos trará benefícios para a nossa saúde se os percorrermos.

Obrigado Senhor Presidente e Câmara Municipal por esta obra que é para todo o Concelho.

Dissemos "presente" com a representação da Freguesia de Seixas na Feira Medieval de Caminha. Com a nossa grande representação e presença nos dois grandiosos cortejos de abertura e encerramento e com uma tenda própria. Felicito os responsáveis deste ano pela feira medieval porque trouxe gente, como nunca, ao Concelho de Caminha.

Fizemos a I Festa do Rio. Festa que, apesar de molhada" trouxe muitos visitantes a seixas. Decoramos o Largo de São Bento com motivos fornecidos pelos nossos pescadores. Barco Carrocho à Vela, redes, boias, e muitos outros utensílios variados. Diversificamos os eventos com teatro e musica. Sempre com concertinas e bombos. Demos a conhecer "a solha, o mujo (peixe branco), o robalo e a lampreia do rio Minho. Fresca ou seca são sempre iguarias á mesa do Seixense. Quero agradecer aos pescadores de Seixas a sua participação.

Muito mais foi feito pertencente ao rol dos trabalhos normais de uma Junta de Freguesia.

Este foi o nosso trabalho, que vos quisemos informar, ao longo destes meses de verão, feito com muita dedicação e muito trabalho. Queremos mais e melhor, pelo que continuaremos a trabalhar com muito afínco.

Muito obrigado a todos."



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e disse que:

"Quando em 20-04-2015 e depois em 24-04-2015 nos reunimos neste mesmo local para discutirmos e depois votarmos o Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2014, ficou decidido, por unanimidade, que todos os documentos seriam enviados pela Câmara Municipal de Caminha ao Tribunal de Contas, para apreciação e veracidade da sua legalidade, para eventual posterior impugnação, conforme nossa pretensão, Aliás como é de lei, porque as declarações de voto são parte integrante das atas. Não podem ser cortadas ao sabor de vontades políticas, por muito que vos custe ter de enviar a crueldade dos vossos erros descrita em papel.

A verdade é que podemos comprovar que a Câmara Municipal, em vez de enviar a totalidade dos documentos, referentes à Assembleia Municipal de 20-04-2015 e da sua continuação em 24-04-2015, assim como da reunião de Câmara anterior que analisou e votou o Documento de Prestação de Contas de 2014, teve o cuidado de seleccionar os documentos a enviar ao Tribunal de Contas.

Eu próprio, conforme se pode ler na Ata n.º11/13-17 de 20-04-2015, página 81, linhas 12 a 18, disse e paço a citar, "solicitamos que o Documento de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Caminha, quando for enviada ao Tribunal de Contas, seja acompanhado por este e por todos os votos de protesto dos Deputados do Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, assim como também seja acompanhado deste suporte digital "pen", que contém toda a informação enviada pela Câmara Municipal aos Srs. Deputados do PSD no período em causa e que comprova a veracidade das nossas palavras e atos".

E o que fez a Câmara de Caminha?

Seleccionou os documentos a enviar ao Tribunal de Contas.

Escolheu, e só enviou os documentos que a poderiam favorecer na decisão final.

Favorecer o Partido Socialista!

Sonegou informação e isso é ilegal.



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

Por outras palavras e de modo a que todos percebam:

- "Martelou a informação".

Sr. Presidente!

Eu bem não queria voltar a este registo, gostava imenso de mudar o teor das minhas intervenções nas Assembleias Municipais, mas V. Exa. Sr. Presidente, da maneira e da forma como se comporta, não me deixa outra alternativa.

É V. Exa. que me obriga a denunciar a "Narrativa Socialista", que não é mais que a sua versão de ver as coisas.

A sua versão socialista.

Que quase nunca é coincidente com a realidade.

Depois ficam muito admirados e acham-se muito ofendidos quando eu digo que V. Exa. martela os números, martela as contas, martela a dívida, e até martela os documentos que envia para uma entidade tão importante como o Tribunal de Contas!

O engraçado, que não tem graça nenhuma, é que os Socialistas acham-se os arautos da Democracia, do Diálogo e da Transparência no Concelho de Caminha. Só eles, e mais ninguém, é que sabem interpretar na sua essência a Democracia que foi conquistada em 25 de Abril de 1974.

Depois, na prática, é o que se vê.

Sr. Presidente.

Eu já lhe tinha retirado a minha confiança política para gerir os destinos do município de Caminha.

Já lhe tinha dito, que não tinha maturidade política para exercer este cargo.

Disse e reiterei.

Digo-lhe que o Senhor perdeu toda a credibilidade e por muito que diga ou que martele os números as pessoas lá fora sabem que o que dizemos é verdade. As pessoas lá fora sabem que mente. As pessoas que nos estão a ver sabem, ...sabem de tudo."



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse que:

“É com bastante frequência que alguns Deputados do PSD vêm aqui, a esta Assembleia e, noutros fóruns da comunicação social, lançar atoardas contra o Executivo liderado pelo Presidente Miguel Alves: ora os eventos são um fiasco, ora vem a imaturidade, ora o Ferry é um desastre, ora são contra as esplanadas em Vila Praia de Âncora, ora desacreditam a bandeira Azul, ora são contra o Rally de Portugal e os eventos organizados pelos comerciantes, ora são contra a nova biblioteca, ora são contra o Festival de Vilar de Mouros, etc. etc. etc... Poderia aqui analisar toda esta a narrativa do PSD mas, em abono da verdade, os Senhores Múncipes, bem sabem o que a casa laranja gastou e veio gastando ao longo dos 12 anos de mandato.

Gostaria aqui de referir, que o PSD local não diverge muito, diria até, não diverge nada, do PSD nacional.

O PSD local, quando foi mandatado para gerir os destinos do nosso concelho prometeu muito: a elevação do Caminha a cidade, uma ponte internacional para La Guardia, uma Universidade para Caminha, enfim... Muito prometeu, muito quis, muitas expectativas criou e no final deixou um fardo de dívidas que todos os muncípes têm hoje que pagar.

E assim também é o nosso PSD nacional. Um mar de tudo que acaba por ser um ribeiro de nada. Quatro anos de austeridade, quatro anos de aumento de impostos, quatro anos de cortes nas pensões, quatro anos de cortes nos salários. Quatro anos de sacrifícios para deixar o país com o mesmo défice de 2011, um aumento da dívida do país e nenhum problema estrutural resolvido. Para quê tanto sacrifício? E depois de tanto desespero, que mais se propõe fazer nos próximos 4 anos?

Estes 4 anos foram desastrosos mas cumpriram o objetivo da Coligação: o empobrecimento das pessoas, o declínio da economia:



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

Aumentou a emigração, que levou ao despovoamento das nossas zonas rurais e até mesmo dos nossos centros urbanos. No distrito de Viana do Castelo, segundo dados do INE, a população caiu o dobro dos quatro anos anteriores!

Aumentou impostos sobre as famílias e as empresas. No distrito de Viana do Castelo, segundo o INE, foram retirados 160 milhões à economia - de um crescimento de 24,4% ao ano entre os anos de 2005 e 2010, passamos para uma quebra de 5,2% nos últimos anos. A riqueza por habitante caiu 3,3% em Viana do Castelo e a pobreza aumentou.

Fechou tribunais em nome de uma maior produtividade, o que na prática não acontece, muito pelo contrário.

Fechou escolas e aqui o nosso município foi alvo desta fúria desenfreada do Governo de Coligação, que encerrou a escola de Venade e Riba de Ancora, tendo sido este executivo autárquico que com a sua intervenção minimizou os danos. Além disso, travou a obra da nova Escola Secundária de Caminha que constava da 4.^a fase do Parque Escolar, perigando o ensino do 10.º, 11.º e 12.º ano em Caminha.

Fez um reordenamento das Freguesias a régua e esquadro, não auscultando as populações, não querendo saber da história da terra, não observando as tradições dos territórios.

Cortou em pensões, cortou nos subsídios de apoio às famílias, cortou nos salários, precarizou o trabalho, cortou a esperança, cortou o sonho. Mas em nome de quê?? Recentemente bem vimos que tudo está como estava em 2011. Mas há uma diferença. Os portugueses viviam melhor, com mais dignidade, com um olhar crente no futuro.

Caras e Caros Municípios

Este Governo decepou a escola pública, o serviço nacional de saúde, a justiça. O mesmo é dizer o Estado Social, e em última análise os pilares fundadores da Democracia.

Nós, aqui neste cantinho, neste nosso concelho, bem sabemos as angústias por que muitas famílias, empresas, associações, IPSS's passam.



Assembleia Municipal de Caminha

Para o nosso Distrito, mas para o nosso Concelho em particular, nunca foi tão fundamental que o PS fosse Governo. O concelho de Caminha muito teria a ganhar com um Governo Socialista. Um Governo que se preocupasse com as pessoas, que visse o cidadão enquanto pessoa e não como um mero número; um Governo que visse no Alto Minho e no nosso Concelho uma fonte geradora de riqueza; um Governo que desse real valor e importância às autarquias locais. Um governo que quisesse Mais e Melhor para Caminha, Mais e Melhor para o Alto Minho, Mais e Melhor para Portugal.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou todos os presentes, felicitou o Senhor Presidente da Mesa pelo seu aniversário, e deu início à sua intervenção, e disse que:

“Ano após ano é já uma tradição o balanço à época balnear que geralmente anima o concelho, fazendo do município de Caminha uma referência nas opções de férias de muitos veraneantes. Indiferentes aos alertas de que não podemos continuar a apostar neste turismo de sazonalidade, a verdade é que os dias mais longos e as temperaturas mais amenas convidam à organização de mais eventos. Este ano não é exceção, não sendo nossa vontade detalhar o que genericamente consideramos desinteressante, sem nada de novo, com um ou outro pormenor a salvar o revivalismo do Verão Azul, mas que em nada acrescenta ou transforma. Não nos parece ser este executivo dotado para os eventos que sozinho organiza; basta ver as suas grandes novidades, o Entre Margens e o Viagens à Terra Nova; o primeiro com um momento alto de concertinas, como se não as tivéssemos em S. João D’Arga, com a particularidade do espaço que sempre torna tudo especial; o segundo com o frio gélido que o afastamento entre os locais onde decorreram as diferentes atividades importou. De facto, como se diz, esta não é mesmo a vossa praia, e isso foi notório quando se promoveram reedições de eventos ou iniciativas privadas, independentemente do grau de envolvimento do município e do erário público. Mas não seríamos justos se também não referíssemos as condições instáveis do tempo que fizeram deste Verão uma estação imprevista, tornando



Assembleia Municipal de Caminha

difícil a decisão de ficar, para quem nos visita, e o sucesso de muitas iniciativas. E este é o mote para que seja verdadeiramente equacionado o tipo de eventos que são organizados, sendo talvez necessário repensar o contributo do município na animação de Verão, aproximando este apoio do tecido industrial e comercial, envolvendo animadores locais das diferentes artes e ofícios, no campo das artes, da cultura e do desporto, resultando um investimento melhor rentabilizado, sabendo quem nos visita que no concelho de Caminha há sempre um ambiente agradável que dispõe bem e oferece umas boas férias a quem por cá passa, ou a quem opta por não sair de cá. Assim será possível, na mesma lógica, organizar a animação ao longo do ano. Grandes eventos pecam, por vezes, pela própria definição. Nascem para ser grandes, mas por vezes nunca deixam de ser pequenos. Repetir espaços ou insistir em percorrer todas as freguesias com uma ou outra iniciativa que assim se repete, não nos parece ser de alimentar. Promova-se sim uma boa mobilidade, ponto em que este executivo dá sinais de saber fazer, como se viu nas festas de Sr.^a da Bonança, e as pessoas também gostarão de se deslocar. Apoie-se também as iniciativas de sucesso que levam mais visitantes a outras paragens do concelho, como o festival SonicBlast, que, persistente, se mantém firme, marcando a singularidade e a diferença entre os festivais.

Esta é também uma preocupação de gestão dos dinheiros públicos, a mesma que sempre preocupou a CDU.

É hoje facilmente comprovável a história desta Assembleia. A 12/09/2007 a CDU foi a única votação existente contra a constituição da Sociedade Comercial Para A Construção, Instalação e Conservação de Parques de Estacionamento e Piscinas Municipais. Argumentámos, considerámos um erro, defendemos outro modelo, mas nada, ficámos sozinhos, com um único voto contra, porque à data apenas tínhamos uma representação nesta assembleia. PS e PSD viam nas parcerias público-privadas soluções nacionais e locais. Alinhavam-se no essencial. Por isso é até estranho assistir a todo o acalorado das reuniões de Câmara no que toca à Caminhaequi. Que a dívida é avultada e deve ser paga, defendem os vereadores do PSD; que a Câmara, minoritária nesta sociedade, escolhe a quem paga e está



Assembleia Municipal de Caminha

neste processo na dupla função de cobrador e pagador, defende o presidente e vereadores do PS, fazendo lembrar, toda esta questão, a situação do Estado Português com o caso BES/Novo Banco, com os conhecidos resultados sobre o défice. Fará isto lembrar o Bom e o Mau Ladrão a atormentarem Cristo na hora da morte, que depois da ladroagem ainda, um deles, queria a absolvição? A verdade é que o erro cometido há 8 anos pelo PSD tem repercussões que se irão prolongar, mas não é menos verdade que o compromisso decidido pelo PSD vincula o município de Caminha, e não o próprio PSD. Resultado, quem tem de pagar é a Câmara Municipal de Caminha e não o partido A ou B. E neste momento esta dívida avoluma outras que nesta reunião se irão discutir, sendo tempo de exigir, pelo poder fiscalizador desta Assembleia, que o executivo esclareça da real situação financeira do município, assumindo ou afastando qualquer cenário de debilidade nas contas municipais. E é nesse capítulo que queremos também que o Sr. Presidente apresente a esta assembleia os valores já usados do empréstimo aqui aprovado em dezembro último de até 1 M€ para pagamento de indemnizações resultantes de sentenças em tribunal. Entenda-se que deve explicitar o montante e a sentença a que diz respeito.

Não podemos igualmente deixar de nos referirmos à nossa orla costeira e às últimas intervenções que aí se tem operado. No que respeita à duna dos Caldeirões em Vila Praia de Âncora, de repente parece ter-se transformado um desastre numa vitória em várias frentes, com maior relevo para a política e a ambiental. Sobre a primeira é mais do mesmo, mas sobre a segunda a prudência sugere contenção. O desconhecimento é grande e as condições naturais e antropológicas não alteraram; as correntes marítimas estão lá e o portinho continua edificado. A duna, parece-nos, deveria ser testada com a passagem do inverno, possivelmente redimensionado o canal mais interior, executado há algumas décadas, evitando-se o avanço sobre a duna. Mas o apetecível pisoteio, porque é grande a vontade de mostrar obra, não só da Câmara como do próprio Governo, não deixa sequer que se promova uma maior fixação da duna, o respiro natural, porque a natureza tem destas coisas, precisa de tempo.



Assembleia Municipal de Caminha

E é também no afã das ecopistas, que reconhecemos serem importantes e necessárias, que no concelho nos parece não serem devidamente acauteladas as questões naturais e históricas. Especificamente, a ligação pedonal entre Moledo e Vila Praia de Âncora, praticamente sobre o mar. Não sendo um exclusivo camarário, a verdade é que não nos parece terem considerado que esta zona foi já fustigada por várias vezes pelo efeito das marés, já foi pedreira, além de ser uma zona de costa onde existem vestígios de indústria pré-histórica, do que o pico ancorense é uma evidência, e até mesmo salinas. De tudo isto nos parece ter sido feita tábua rasa, fazendo lembrar o spot publicitário do Euromilhões que cria excêntricos, e no meio da excentricidade até se alcatroava a praia. Mas duas notas nos parecem fundamentais, uma, lembrar que este caminho foi inutilizado porque o mar o reduziu, outra, que esta obra, não abra qualquer possibilidade de urbanização das zonas limítrofes.

No domínio da utilização do meio natural com múltiplas funções, questionamos o executivo se existe algum estudo para reduzir a possibilidade dos fogos nos montes do concelho servindo também outros fins, como os percursos pedestres, bicicleta, entre outros. Para tal é urgente e necessária a limpeza dos caminhos rurais, do domínio público, criando também medidas que levem à limpeza dos caminhos privados de servidão. Recordamos que os caminhos paralelos ao acesso à via rápida também já estão intransitáveis. Não podemos esperar que os montes sejam apenas olhados quando por cá passa o rali.

Finalmente queremos saber a posição da Câmara Municipal quanto à quinta da Sobreira e Dólmen da Barrosa.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Terminamos há dias a época balnear. O slogan escolhido "Verão Azul" inspirado no facto inédito de termos tido, pela primeira vez, quatro bandeiras azuis no



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

município de Caminha (Forte do Cão, Vila Praia de Âncora, Moledo e Foz do Minho).

Trata-se efetivamente de um slogan adequado porquanto significa que o facto de haverem quatro Bandeiras Azuis da Europa marcaram uma mudança significativa em relação ao passado em que apenas havia uma ou duas, mais recentemente três e, agora, quatro.

A atribuição das Bandeiras Azuis significa qualidade e excelência das nossas praias mas significa também a realização de bons eventos culturais, desportivos e recreativos. A animação cultural foi diversificada e permitiu, quer aos residentes, quer aos veraneantes vivenciarem momentos muito agradáveis.

Pode pois dizer-se que o município de Caminha teve um "Verão Azul", marcado pela elevada oferta cultural. Um verão que colocou Caminha no roteiro cultural de todo o país, que elevou o nome do nosso concelho e tornou Caminha uma referência na atratividade e qualidade da oferta cultural.

Pode dizer-se que se tratou de uma programação sem precedentes, diversificada, atrativa e de qualidade.

Vou referir-me a seguir a alguns dos eventos mais marcantes que criaram um impacto positivo, e projetaram o nosso concelho a nível regional, nacional e internacional.

A Festa do Mar e da Sardinha, uma festa de cariz popular e de muita alegria; visitada por milhares de pessoas onde foi vendida cerca de uma tonelada e meia de sardinha.

A afluência de público, a gastronomia, o lançamento do licor de algas, os showcookings infantis e os espetáculos musicais foram os fatores que contribuíram para os bons resultados de mais uma edição do certame.

As comemorações do 91.º (nonagésimo primeiro) aniversário da passagem de Gontinhães a Vila Praia de Âncora, com o hastear da bandeira e a realização de um espetáculo com Simone de Oliveira, Nuno Feist e as Três Marias constituiu também um momento alto em termos históricos e culturais.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O "Entre Margens — Encontro de Tocadores" fez com que muitas pessoas visitassem o centro histórico de Caminha. Nesta II edição as propostas foram múltiplas: oficinas, feira de construtores, palestras, bailes ao improviso, concertos, exposições e gastronomia tradicional e um, impar, encontro de tocadores de concertinas.

O Entre Margens promoveu o encontro entre construtores e tocadores de instrumentos tradicionais de gerações distintas, permitiu fomentar a partilha de conhecimentos, repertórios e técnicas instrumentais e possibilitou a continuidade das tradições musicais de várias regiões, em particular, das localizadas nas margens do Rio Minho - a Galiza e o Minho.

A iniciativa cultural intitulada "Viagens À Terra Nova" tem como objetivo valorizar a atividade piscatória e o seu legado histórico na pesca do bacalhau, prestando uma homenagem aos pescadores da nossa terra pela bravura demonstrada e pelas lutas travadas nos longínquos mares da Terra Nova.

Este evento permitiu ainda estreitar relações com o vizinho concelho de A Guarda, de onde eram oriundos os primeiros pescadores que começaram a organizar-se, enquanto comunidade, em Vila Praia de Âncora sendo de realçar o facto da toponímia da Vila passar a contar com o "Passeio de A Guarda" na zona fronteira ao Forte da Lagarteira que realça esse facto histórico. As atividades desenvolvidas no âmbito das "Viagens à Terra Nova" permitiram também homenagear 723 pescadores que andaram na pesca do bacalhau e acrescentar mais atividades de lazer, cultura e gastronomia.

A importância deste evento teve um grande impacto nos média pois incluiu reportagens em televisões nacionais por vezes em direto como foi o caso da RTP que deu particular ênfase às duas vertentes: homenagem aos pescadores e gastronomia, ocupando quase meia hora de emissão no "Portugal em Direto".

O momento musical designado "Fado Forte", com a atuação de Elsa Gomes, Miguel Xavier e Ana Laíns, no Forte da Lagarteira constituiu igualmente um assinalável êxito.



Assembleia Municipal de Caminha

A Feira Medieval da Caminha, com taberneiros, mercados alimentares e não alimentares, animação permanente, esta edição, ficou marcada muito positivamente pela afluência de público e nas vendas efetuadas.

Este evento continua a ser uma referência e o número elevado de pessoas que visitaram Caminha confirmando a dimensão e importância da feira medieval o que significa que temos Senhor Presidente um enorme desafio pois a farsquia está muito elevada e cada vez mais visitantes participam neste evento.

O grande concerto com Carlos do Carmo e Carminho que encheu o pavilhão municipal constituiu um momento alto do programa de animação cultural.

O Artbeerfest ;O Festival BlueSoul; O Festival Bife de Espadarte; O SonicBlast Moledo; O Festival Ibérico de Folclore; Sunset Experience; Festival das Francesinhas, todos constituíram um assinalável sucesso.

A Romaria de S. João d'Arga, com milhares de romeiros a subirem à serra para participarem na festa. Este puderam apreciar as obras de requalificação do Mosteiro orçadas em mais de meio milhão de euros, que melhoraram as condições em todo o edificado, introduzindo também as infraestruturas básicas, como instalações sanitárias e energia elétrica.

O relato já vai longo mas não posso deixar de referir as Festa em honra de Santa Rita de Cássia, as festas da Nossa Senhora da Bonança, com o Tony Carreira e Quim Barreiros e com muitos milhares de visitantes.

Atento ao trabalho desenvolvido e a sua disponibilidade deixo em nome da bancada do Partido Socialista uma palavra de apreço e de parabéns às várias comissões de festas e aos muitos voluntários que colaboram e participam nestes eventos.

Realço o resultado das apostas da Câmara diversificadas e qualitativamente importantes que se traduzem:

Num acréscimo de pessoas que visitam a nossa terra e numa maior procura das nossas unidades hoteleiras e de restauração;

No crescimento das atividades comerciais e hoteleiras, impulsionadas pelo acréscimo da procura turística a nível interno e externo.



Assembleia Municipal de Caminha

Refiro e enalteço a colaboração e o espírito de iniciativa dos estabelecimentos comerciais do concelho, assim como, todo o tipo de associações e instituições que se juntaram aos eventos com uma participação muito positiva.

Sublinho o facto de o Concelho estar com mais vitalidade e visibilidade, realço a notoriedade e imagem do município que tem aparecido em vários programas televisivos e informativos, transmitindo a sua cultura, a sua beleza e as suas gentes, quer através de informação escrita, em jornais, quer através da televisão das rádios, redes sociais, da publicidade e promoção associada aos eventos, atraindo cada vez mais pessoas para visitar o concelho, fruto de uma agenda cultural diversificada, uma aposta forte na qualidade das atividades e organização das mesma, assim como a capacidade de envolver todos os agentes da comunidade.

Importa ter em conta alguns dados que ilustram esse desenvolvimento:

Nos meses de Verão, junho, julho e agosto, a Loja Interativa de Turismo de Caminha e o Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora registaram um aumento médio de 36,74% de visitantes relativamente ao ano transato.*

O número de pessoas que procuraram os postos de turismo à procura de informação é apenas um indicador do fluxo turístico do concelho, mas é um indicador importante. Entre os dois equipamentos foram recebidas 20.599 pessoas este verão.

Em síntese,

Sublinho que há outros indicadores que acompanham estes números, nomeadamente ao nível de ocupação hoteleira, da restauração.

Registo o afluxo de turistas vindos pelo Ferry-Boat; Relevo os picos de visitantes em vários momentos com particular destaque para o "Verão Azul" com um cartaz de animação cultural non-stop que o concelho viveu;

Destaco as muitas atividades culturais que atraíram milhares de pessoas a todas as freguesias do concelho.

Deixo nota de que desde que o Ferry-Boat retomou a atividade, em abril último, foram transportadas quase 90 mil pessoas entre as margens de Caminha e A



Assembleia Municipal de Caminha

Guarda, o que corresponde a mais passageiros do que os registados durante todo o ano de 2013, e realço o facto da receita de bilheteira em agosto ter sido superior à média dos últimos cinco anos o que significa que a retoma da atividade do Ferry-Boat foi, sem dúvida, uma aposta ganha.

Para terminar refiro que, fruto do trabalho desenvolvido pelos agentes económicos e pelo município, o concelho de Caminha aparece com muita força nos roteiros turísticos nacionais e internacionais. Importa seguir o caminho traçado. A população do concelho conta com a dinâmica e com o empenho da Câmara Municipal para fazer do concelho uma referência turística no norte de Portugal. O distrito e a região pode contar com Caminha em termos de desenvolvimento económico, empresarial e social.

Podemos pois dizer que o município está de parabéns por tudo quanto tem sido feito até à presente data e acreditamos que o Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saberá continuar a desenvolver as ações necessárias com vista ao seu progresso económico e social.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo seu aniversário e saudou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e disse que esta constante ladainha por parte de alguns deputados do PSD, em cada sessão da Assembleia Municipal já começam a ser fastidiosas, pensa que estes deputados querem ficar na história como deputados do “bota abaixo”, do negativo, aqueles que tem uma visão do nosso Concelho tenebrosa, acrescentando que estes deputados vem a esta Assembleia Municipal com este tipo de ladainha e de imediato já estão a preparar uma outra para uma próxima Assembleia, o que vai fazer que fiquem na história com uma marca clara de que tudo é negativo e que o nosso Concelho está abandonado, o que não é verdade, uma vez que este problema resulta de duas premissas que estes Senhores Deputados tem, sendo uma delas verdadeira e a outra não tanto; a primeira premissa é dizer mal de tudo que parte do Partido



Assembleia Municipal de Caminha

Socialista, aliás a palavra Socialista é repetida exaustivamente e não é pelo Senhor Presidente da Câmara. Sendo que tudo que parte do Partido Socialista é para abater, e isso não é bom, e esta premissa para esses Deputados é a verdadeira, a outra é que não é verdadeira, e porquê? É pensarem que nós do Partido Socialista temos o mesmo comportamento e pensamento que eles, ou seja, em 12 anos de governação do PSD, dizer que nada foi bem feito, tudo foi negativo, nada se fez pelo nosso Concelho. Mas os Deputados do Partido do Socialista não tem essa posição, como o Senhor Presidente da Câmara já o tem referido por várias vezes e os factos comprovam isso. De imediato o Senhor Deputado passou a citar vários eventos criados pelo PSD como a: Festa da Sardinha, que o executivo deu continuidade e como é óbvio, com outras opções, ideias de um novo executivo; Feira Medieval, passou-se o mesmo, como em outros eventos. Porque os Deputados do PS não se deixam contagiar, porque aquilo que na realidade querem é o bem, o desenvolvimento do nosso Concelho, venha ele de onde vier, seja do PS, do PSD, da CDU, dos Municípes, dos comerciante e empresários que aqui estiveram, porque aquilo que queremos é o desenvolvimento, e entendem que este executivo do PS tem feito um trabalho dentro daquilo que lhes é possível e com um programa eleitoral que foi sufragado pela população de Caminha, tem vindo a fazer um trabalho em cumprimento de esse mesmo programa eleitoral, e por parte dos Deputados do PSD poderia haver de vez enquanto uma critica construtiva, algum apontamento positivo, porque aquilo que queremos é o desenvolvimento do Concelho de Caminha, e não queremos é o "bota abaixo", acrescentando que para aqueles municípes que assistem a estas sessões, depois de verem os discursos de estes Senhores Deputados, vão pensar, que vivemos perto das fronteiras, sem condições, como é o caso daqueles refugiados que hoje vivem aí, e na realidade vivemos em Caminha que é um Concelho que o considera pujante, apesar de algum défice, porque as condições orçamentais e financeiras não o permitem como são de todos conhecidas. Mas, dentro daquilo que é possível este executivo do PS tem feito obra e em apenas 500 dias de mandato, está a cumprir um programa eleitoral, e a avaliação deverá ser feita daqui a 2 anos. De seguida o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado recordou algumas obras como a da Foz do Rio Âncora, apesar de ter sido através do programa Polis, a reconstrução do Mosteiro de São João d'Arga, e até poderiam vir aqui dizer que se tratava de obra já projetada pelo executivo do PSD, mas não sabíamos se a iriam fazer e este executivo fê-la, as Ecovias, sendo uma delas também do programa da Polis, não deixando de criticar a governação do PSD desta Câmara Municipal, o qual fez parte da Polis e nada fez em prol do nosso Concelho e até poderia ter realizado obra. Para terminar o Senhor Deputado disse que nem tudo que o antigo executivo fez foi mal feito, mas também não pode deixar de dizer que digam constantemente através de uma ladainha que tudo que este executivo faz está mal feito.

A **Senhora Deputada Júlia Paula** felicitou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo seu aniversário e saudou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e disse que:

“Decorrente dos comentários sucessivos que tenho ouvido quer desta assembleia e de notícias que me têm chegado de afirmações e atitudes proferidas por responsáveis políticos, em locais públicos onde não estou presente e que atentam contra a minha honra pessoal e profissional e porque os munícipes me merecem maior carinho e respeito não posso deixar de tecer as seguintes considerações:

Antes de mais tenho a dizer que a minha gestão e a deste executivo estão em patamares diferentes.

Tenho um passado de 12 anos como Presidente de Câmara e tenho um trabalho feito em colaboração com sucessivas equipas, com a inestimável colaboração das Juntas de Freguesia e de todos os trabalhadores deste município, de que muito me orgulho e que sempre foi reconhecido pela população do Concelho de Caminha, que me elegeu sucessivamente com 3 maiorias consecutivas.

Um executivo, deveria do meu ponto de vista perseguir o seu caminho, cumprir o seu programa eleitoral e as promessas que fez ao eleitorado que o elegeu.

É isto que os eleitores esperam dos políticos em quem confiaram a sua escolha.



Assembleia Municipal de Caminha

Quando fui eleita, naturalmente, e como acontece em todo o país, em e todas as Câmaras Municipais também herdei dívidas, também herdei processos em tribunal, também herdei obras inacabadas e por pagar, mas sobretudo soube com elevação independentemente de se vinha do anterior executivo ou não, dar seguimento aos projetos de qualidade que constituíssem um benefício para Caminha e para o seu futuro.

Em diversas obras que inaugurei, várias foram as vezes em que foram convidados para estar presentes os responsáveis políticos que me antecederam.

Dei seguimento ao que era bom e positivo e enfrentei os problemas e os desafios que se me colocavam procurando a melhor solução possível para as resolver.

Com humildade reconheço que poderá nem sempre ter sido a melhor, mas fiz tudo que estava ao meu alcance para resolver os problemas que se me depunham.

Não são compatíveis com o exercício deste cargo público as constantes desculpas de “nada fazer por culpa dos outros”. Não é isso que os eleitores esperam de nós!

Os problemas, obstáculos, dívidas, processos, obras merecem de nós trabalho incansável, dedicação total e constante.

Sobretudo, um autarca não pode denegrir a imagem do seu Concelho para atingir política e partidariamente quem quer que seja.

Há um tempo para tudo. Nas campanhas debatem-se ideias, apresentam-se estratégias e procuramos promover as qualidades dos nossos candidatos e destacar os defeitos dos nossos adversários.

A partir do momento que somos eleitos temos que gerir e tomar decisões mesmo que por vezes difíceis.

Não consigo sequer entender “como possível” que alguém se desculpe constantemente, criando bodes expiatórios, atirando culpa para os outros, numa sucessiva e clara destituição das suas responsabilidades e funções.

Se alguém quer criar o cenário de que nada faz porque não tem meios financeiros, não pode ter uma gestão gastadora e incompatível com aquela argumentação.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O que é normal numa família ou mesmo numa empresa com dificuldades financeiras é que se faça uma gestão equilibrada dos recursos e que se estabeleçam prioridades nas despesas.

Não é normal que essas famílias gastem dinheiro em guloseimas, televisões, em idas a espetáculos, ao circo, ao teatro...

O que é normal é que comprem alimentos, bens de primeiras necessidades, medicamentos, paguem a renda.

Afirmções de que não tem dinheiro para comprar “um prego”, não tem dinheiro para apoiar as pessoas em dificuldades, não tem dinheiro, nem ideias para apoiar o comércio e a indústria, não tem dinheiro para apoiar as Juntas de Freguesia e as nossas associações, são incoerentes e contraditórias, com gastos de centenas e milhares de euros em espetáculos, arraiais, festas e concertos.

Nada temos contra espetáculos, arraiais, festas e concertos não conseguimos arranjar justificação de por um lado haver falta de dinheiro e por outro lado se gastar desta forma.

Não sei se será mais grave a expectativa criada nas promessas feitas e não cumpridas,

Ou se a transformação da gestão camarária numa arte de marketing, comunicação e cursos de representação;

Ou se transformar a Câmara num palco de espetáculos pagos com os recursos camarários desviando-os para o acessório em detrimento do essencial;

Ou se será mais grave a perfeita consciência que estão a levar o Concelho para o abismo, mas que daqui a um ano com mais falsas promessas, festas, projetos e uma boa dose de marketing, acham que podem iludir novamente os eleitores!

Queria por fim destacar a essência dos estilos e não apenas das aplicações dos estilos!

Dizer a todos, que fosse covarde ou tivesse a falta de coragem de muitos, poderia ter resignado ao lugar de deputada, ou por conforto ou porque poderia ser entendido como uma despromoção!



Assembleia Municipal de Caminha

Dizer a todos que estou aqui e aqui continuo por sentido de compromisso para com quem me elegeu e não para defender ou esconder nada.

Os trabalhos e os resultados falam por si, e dão-me força, coragem e moralidade para estar aqui.

Por fim a Senhora Deputada dirigiu-se ao Senhor Deputado Rui Lages e disse que este decidiu desviar um pouco a sua intervenção para o contexto eleitoral precedido da política nacional, disse-lhe ainda que fez um exercício de comparação do PSD local com o PS local e do PSD nacional com o PS nacional, e fez uma fraca escolha, porque se nos deslocarmos a uma rotunda próxima, verificamos que o PSD local e o PSD nacional são diferentes na questão do despesismo, porque só encontramos cartazes do candidato do PS, o que dá a entender que até parece que não conhecemos o ex-presidente da Câmara de Lisboa, o Dr. Antonio Costa, ou o ex-ministro do Eng.º Jose Sócrates, porque sendo uma figura Nacional fica muito mal que o PS se demarque nesta campanha eleitoral com este tipo de despesismo. Referiu ainda que o Senhor Deputado destacou nesta sessão que o PSD local tem a audácia de querer e ambicionar, pelo que não pode deixar de lhe dizer que foi aquilo que fez de nós um povo diferente, um povo que enfrentou oceanos, que partiu para as descobertas e não teve medo, porque quer e porque ambiciona, e se estas foram as críticas, não pode deixar de agradecer ao Senhor Deputado o elogio que acabou de fazer ao PSD local.

No que que respeita à narrativa da historia do País e ao PSD nacional, nomeadamente ao trabalho da coligação à frente do governo, lembro ao Senhor Deputado que na sua narrativa da historia se esqueceu da primeira parte da historia, sendo que a primeira parte da historia foi escrita pelo PS quando colocou o país e no estado e na situação em que colocou, quando chamou a Troika, mas foi a coligação com o sacrifício de todos os portugueses, que se consegui livrar da Troika e com isso devolver a liberdade e soberania aos Portugueses.

Por fim disse ao Senhor Deputado Manuel Falcão, que se deveriam recuperar as ladainhas anteriores, quando o PS era oposição, porque depressa iria chegar à conclusão que agora apenas se inverteram os papéis. Sugeriu ainda que se o



Assembleia Municipal de Caminha

entendimento do Senhor Deputado ao criticar a postura dos Senhores Deputados do PSD nesta Assembleia, ao estarem sempre numa atitude crítica e contra, se devia a terem aprendido com o candidato do PS a nível nacional, que já diz que se não ganhar as eleições, não votará o próximo orçamento de estado. Ou seja, ainda não o conhece e já diz que não o vota, deste modo, o PS neste órgão não tem moral de vir aqui dizer que os Deputados exercem a sua opinião, com toda a legitimidade democrática de dizer as sua ideias, as suas opções e de falar sobre aquilo que acham que está errado, até porque, este é, o órgão próprio para se dizer e debater aquilo que pensamos.”

O **Senhor Vereador Rui Teixeira** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e esclareceu o Senhor Deputado Rui Taxa que o documento ATA 11/13-17 de Abril de 2015, fez parte integrante dos documentos enviados para o Tribunal de Contas, assim como faz parte integrante da resposta do seu requerimento.

Relativamente á pergunta colocada pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que os pagamentos efetuadas, através da utilização do empréstimo feito para esse efeito, sequentes das audiências judiciais, foram utilizados sensivelmente 245 mil euros para o Âncora Praia, e cerca de 20 mil euros para a funcionária Teresa Amorim.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e a Comunicação Social, e disse que foram focados dois eventos nesta sessão, as Viagens a Terra Nova e o Entre Margens como eventos iniciados por este executivo e referiu que sobre aquilo que ouviu provavelmente não estariam a falar da mesma coisa, porque a postura ali salientada, foi olhar para estes eventos



Assembleia Municipal de Caminha

como eventos espetáculo, que apesar de ter uma componente de animação, estes são eventos com características iminentemente culturais, vão muito para além do espetáculo. Disse ainda o Senhor Vereador que este ano teve o cuidado de acompanhar bem de perto estes eventos, porque também é crítico, e ficou extremamente impressionado com o Entre Margens, com os workshop que se desenvolveram, os pontos de encontro de pessoas que tocavam determinados instrumentos, pessoas que vieram ao nosso Concelho adquirir instrumentos e como exemplo o Senhor Vereador falou numa professora da Universidade de Vigo especialista em "Gaita de Foles", a qual andou de stand em stand à procura da Gaita que mais lhe interessava. Esta é uma das provas que este tinha qualidade requerida para os especialistas, referiu ainda o Senhor Vereador que assistiu a palestras dadas por um professor da Universidade de Santiago, onde viu um elevadíssimo conhecimento de causa, e que ainda temos muito que aprender em alguns domínios, disse o Senhor Vereador que não viu ninguém daqueles que aqui vieram criticar o evento lá estarem presentes, o que lhe dá a entender que provavelmente estariam a falar de eventos diferentes. Disse ainda o Senhor Vereador relativamente às Viagens à Terra Nova, que este foi um evento sempre bem referido desde a sua primeira edição, é um evento que tenta recuperar património imaterial, tenta-se não perder o pouco que resta de uma atividade que teve uma enorme importância no Concelho de Caminha, nomeadamente, em Vila Praia de Âncora, houve todo um esforço em apanhar os testemunhos de essas gentes, saber quem eles eram, porque até este ano não se sabia quem tinha andado na pesca do bacalhau. Este foi um trabalho notável realizado pela Dr.^a Aurora Rego com o apoio da Câmara Municipal, no sentido de se tentar recuperar essa parte do património. Disse ainda o Senhor Vereador que no ano passado recuperaram-se depoimentos de pessoas que estavam vivas, sublinhou que desses depoimentos três já tinham desaparecido de um ano para o outro, se não se tivesse realizado esse trabalho, e isto é que é muito importante, é mais importante que a animação que se faz a propósito do evento, realça o Senhor Vereador que só esta valência já justifica no futuro como sendo uma iniciativa que



Assembleia Municipal de Caminha

deve ser preservada, uma vez, que o Senhor Vereador não pode deixar de discordar pela forma como foram abordados nesta sessão.

Relativamente à questão da Duna dos Caldeirões disse o Senhor Vereador que esta é a Duna da polémica, toda a gente tem opinião, porque uns defendem que o Rio Âncora deveria desaguar ali, outros que se fizesse um paredão, mas o facto, é que a natureza faz o seu percurso e é a quem devemos dar uma ajuda, porque parte daquele enrocamento com pedras soltas devidamente impermeabilizadas daquele espigão que conduz a água, vai defender a erosão da Duna, a Duna paulatinamente irá sendo recomposta, referindo o Senhor Vereador que um professor da Universidade de Engenharia do Porto especialista em dinâmica fluvial, ficou espantado com a recuperação da Duna dos Caldeirões em tão pouco tempo, no entanto todos nós podemos e devemos ter várias opiniões, mas o facto é que esta intervenção na Duna, na margem do Rio, no Campo de Futebol e no Parque de Estacionamento, deram aquele local uma requalificação notável, estando associado à intervenção que o ICNF fez na recuperação da Mata da Gelfa.

O Senhor Vereador relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que a ligação de Moledo a Vila Praia de Âncora, o piso não é alcatrão, pois trata-se de um piso permeável, perfeitamente amigo do ambiente, muito utilizado em outras situações semelhantes, reforçando que a intervenção toda ela foi acompanhada pela Agência Portuguesa do Ambiente, que é a entidade responsável pela gestão do ponto de vista ambiental daquela Orla Costeira, pois esta não é da competência da Câmara.

Quanto aos Caminhos Florestais o Senhor Vereador disse que toda a rede primária do Concelho de Caminha, foi alvo de candidatura aos apoios comunitários, e só ainda não se iniciou porque o PRODER no que diz respeito ao apoio às florestas ainda está suspenso, destacando o Senhor Vereador que foi possível congregar com todas as Juntas de Freguesia no sentido de se fazer esta candidatura, pelo que não existe qualquer problema para que esta candidatura não seja aprovada.

Relativamente as prevenções de incêndios o Senhor Vereador disse que foram constituídas duas zonas de intervenção florestal no Concelho de Caminha, uma



Assembleia Municipal de Caminha

nas Argas e a outra na restante parte do Concelho. As zonas de intervenção florestal são o passo determinante para a candidatura a ajudas ao investimento na floresta, apesar de não ser uma tarefa fácil, foi possível constituí-las.

Por fim o Senhor Vereador disse relativamente à política nacional, que perante o que viu e leu na comunicação social a Coligação iria gastar mais que o PS na campanha eleitoral, uma vez que cada um utiliza os fundos naquilo que entende, e não se viram cartazes da Coligação e até entendeu o porquê? Porque não tem, programa, e até lhe parece que a memória das pessoas não é assim tão longa que não consiga identificar o que aconteceu num passado recente e que todos nós sofremos, e todos nós nos lembramos.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, fez uma interpelação à mesa, para pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente que na intervenção da CDU tinha sido pedido ao abrigo do seu dever como membro da Assembleia, e sendo essa uma obrigação que possuem, uma obrigação fiscalizadora, para que o executivo Camarário esclarecesse da real situação financeira do Município, pois trata-se, da maior importância que o executivo esclareça cabalmente, de forma, a que todos os munícipes fiquem tranquilos quanto à real situação financeira da Câmara de Caminha.

Disse ainda o Senhor Deputado que por vezes poderá ser um pouco confuso, por vezes não será fácil perceber aquilo que ele diz, mas nunca foi tão mal interpretado no final de uma intervenção. E dirigindo-se ao Senhor Vereador, disse o Senhor Deputado que não criticou, que apenas sugeriu, chamou à atenção, e aquilo que o Senhor Vereador disse é que a CDU criticou o Entre Margens, porque o Entre Margens é mais do que um espetáculo, quando foi o este executivo que o invocou de espetáculo, com a história das concertinas, e mesmo o Senhor ainda refere que uma professora de Vigo andou atrás da gaita que melhor lhe servia, portanto, não somos nós que trazemos espetáculo são vocês que o fazem à volta de questões que são sérias, acrescentado o Senhor Deputado que o Entre Margens pode ser uma grande iniciativa no futuro. Quanto às Viagens à Terra Nova, disse o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Deputado que reconheceram que houve um bom trabalho, dando como exemplo, o trabalho fotográfico, e mesmo o modelo de espalhar o evento pela avenida que também pode ser interessante, ficando apenas as suas recomendações no que diz respeito às conferências e às projeções, de estas não serem feitas no mesmo edifício, mas aquilo que o Senhor Vereador preferiu foi não compreender aquilo que aqui foi dito por nós.

Relativamente à Duna dos Caldeirões, o Senhor Deputado disse que o Senhor Vereador também não o compreendeu, quando disse que não há memória de em tão pouco tempo, fazer-se a recuperação de uma Duna, e disse ao Senhor Vereador que não há memória de em tão curto espaço de tempo se ter destruído a Duna, e disse ainda, que toda a gente tem opinião sobre a Duna, e aquilo que o Senhor veio aqui dizer é que tem certezas sobre as coisas. O Senhor Deputado referiu ainda que o pisoteio não existe quando o solo está coberto com um piso que é permeável, e perguntou ao Senhor Vereador, sobre o que é que nasce num piso que foi lá colocado, porque a única coisa que defendemos é que não foi salvaguardo o património histórico que lá havia.

Por fim o Senhor Deputado disse que a única coisa que o prendia nesta réplica era a necessidade da Câmara Municipal esclarecer a real situação financeira.

O Senhor Presidente da Câmara, disse ao Senhor Deputado que no próximo período da ordem do dia, será esse o ponto precisamente para apreciar a situação financeira do Município, e que aí fará a discussão sobre essa matéria.

Quanto às questões colocadas, disse o Senhor Presidente que admita a sua absoluta insuficiência para compreender a sageza da sua intervenção. Mas não deixa de referir que o Senhor Deputado não percebeu nada daquilo que foi transmitido pelo Senhor Vice Presidente, porque aquilo que foi transmitido é que não existem certezas absolutas sobre estas matérias, e que a posição do executivo é aquela que está sufragada e sustentada junto dos técnicos da Polis Litoral Norte e do ICNF.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao troço da Ecovia entre Moledo e Vila Praia de Âncora é que se houver um desordenamento e não exista qualquer tipo de ordenamento sobre uma passagem de um determinado território, vai permitir que as pessoas andem indiscriminadamente sobre a flora e sobre os minerais, o que vai provocar a destruição de estes.

Quanto aos eventos assinalados, disse o Senhor Presidente que as matérias foram bem esclarecidas, e até considera que o Senhor Deputado fez uma análise curta sobre estes dois eventos, estes eventos iram continuar, e estarão disponíveis para perceber se a posição do Senhor Deputado se vai manter.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que não se trata bem de uma réplica, mas sim de uma chamada de atenção, e disse que independentemente de considerar muito as opiniões do Senhor Vice Presidente e de as respeitar em termos democráticos, e como é natural não somos todos obrigados a ter o mesmo entendimento, e entende que os portugueses já perceberam que mais vale fazer sacrifícios e continuar em frente, do que regredir para o despesismo e para o facilitismo. Disse ainda a Senhora Deputada que apesar do Senhor Presidente da Câmara poder mandar os Senhores Vereadores para prestarem esclarecimentos sobre questões objetivas que aqui são colocadas, e no que concerne às questões colocadas pelos Senhores Deputados, os Senhores Vereadores apenas podem usar da palavra para defesa da honra. Assim, as considerações de natureza política, do ponto de vista da Senhora Deputada são abusivas e não tem cabimento no Regimento que está em vigor.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre



Assembleia Municipal de Caminha

a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, solicitou ao abrigo do art.º 25 do Regimento, um pedido de esclarecimento, e perguntou ao Sr.º Presidente da Câmara, se se é ou não verdade que devem à SUMA desde novembro de 2014 até à presente data, e disse ainda o Senhor Deputado se tem uma dívida vencida de 742.111€, uma dívida total de 879 602€, Sim ou Não! Deve ou não!

É verdade ou não que o Senhor deve à Caminha aqui desde dezembro 2014, até julho de 2015, o valor de 463 771.35€? Deve ou não?!

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, saudou todos os presentes e disse que relativamente a este ponto:

“Vamo-nos centrar apenas nas informações financeiras da Assembleia Municipal e não nas informações que fornece aos Vereadores em sede de reunião de Câmara. A Informação Financeira, documentos enviados à Assembleia Municipal continua a aumentar os encargos assumidos ao longo do ano 2015;

- em março 2015: 3 214 891,55€, em apenas dois meses aumenta a dívida de 1 076 302,14€ para um valor de 4 291 193,69€ situação esta de maio de 2015. E no período de 25 de maio de 2015 a 02 de setembro de 2015, informação fornecida pelo Senhor Presidente da Câmara à data de 17 de setembro de 2015, os encargos assumidos e não pagos são de 5 055 247€, mais um aumento de 764 mil euros, mais dívida da sua gestão.

Informou à Assembleia Municipal que tem uma dívida de curto prazo no valor de 5 milhões de euros, mas para além de isso, apuramos o seguinte:

- Água/Saneamento + Juros, deve 2,6 milhões de euros;
- SUMA (não paga desde novembro de 2014), deve cerca de 1 milhão de euros;
- Piscinas (não paga desde fevereiro de 2015), deve cerca de 525 mil euros;
- Valorminho, perguntamos se estará tudo pago.

Escondeu estes factos aos Vereadores da oposição, aos Deputados da Assembleia Municipal e acima de tudo aos Munícipes.



Assembleia Municipal de Caminha

Estamos aqui perante uma falência técnica financeira, senão vejamos:

Para esta Assembleia Municipal dizem ter disponível, com o FEF, 1 milhão e duzentos mil euros, mas inclui as cauções, que não podem ser utilizadas que são de menos 310 850, 25 mil euros; salários, gestão corrente e alguns fornecedores (que à data da informação ainda não tinham sido pagos), um valor de mais ou menos 400 mil euros, ora apenas restam mais ou menos 490 mil euros, pelo que terá de disponibilidade 490 mil euros, e se se fizer aqui um exercício de memória o executivo anterior deixou uma poupança no valor de 2,4 milhões de euros em bancos, 500 mil euros em IVA e 1,5 milhões do Ferry, o que perfaz um total de 4,4 milhões em ativos realizáveis, e não somos nós que o estamos a dizer, foi a auditoria que o Senhor Presidente contratou e que o certificou.

Parece que estamos aqui a brincar com os números, primeiro o Senhor Presidente diz que a dívida de curto prazo é de 3 milhões de euros, de 4 milhões de euros e de 5 milhões de euros, certamente será melhor escolher o numero que lhe dá mais jeito. Mas com 200 mil euros de disponibilidades, a pergunta é como vai pagar todas as despesas, mais as dívidas das Piscinas de Vila Praia de Âncora, da SUMA, Águas do Norte e Valorminho.

Mais grave, na página 30 do relatório de contas, que foi aprovado nesta Assembleia Municipal diz que a 31 de dezembro de 2014, os pagamentos em atraso são de 8 040,99€. Mas só as faturas da água que assumiu que não pagou desde março de 2014 são na ordem de 1 milhão de euros, até 31 de dezembro de 2014, e no relatório só menciona 8 040,99€, estamos aqui perante uma situação em que martela ou não as contas!! Sendo que o que aqui está em causa é apurar se mentiu ou não ao Tribunal de Contas.

Disse a Senhora Deputada que vai fazer uma análise comparativa relativamente a dois mapas, sendo um relativo à pagina n.º26 do relatório de Contas que todos aprovamos em abril de este ano, e um outro é a pagina n.º4 do balanço remetido ao Tribunal de Contas, que os Vereadores da oposição lhe pediram cópia e cujo o Senhor Presidente nos remeteu, sendo que a esta análise podemos verificar que no ano 2014, a dívida da Caminha aqui foi contabilizada como longo prazo e ao



Assembleia Municipal de Caminha

analisarmos o que foi carregado e enviado para o Tribunal de Contas a dívida foi contabilizada como curto prazo, até dá a entender que o Município de Caminha tem uma contabilidade paralela, o que deve ser esclarecido nesta Assembleia.

Para terminar a Senhora Deputada disse que afinal martela as contas, porque na página do Município, o relatório de contas de 2013 aprovado nesta Assembleia Municipal, as dívidas das Piscinas foram contabilizadas como dívida de curto prazo, em 2014 passam para medio/longo prazo e nos documentos que são enviados para o Tribunal de Contas mantém as dívidas das Piscinas como dívida de curto prazo, afinal isto é uma vergonha.

O Senhor Deputado Manuel Falcão, disse que quanto à questão das contas, o Senhor Presidente esclarecerá todas as dúvidas que foram levantadas. Disse ainda o Senhor Deputado que fica estupefacto com as intervenções dos Senhores Deputados do PSD, e até perguntou sobre o que será verdade, porque temos em primeiro lugar um pedido de esclarecimento, por parte do Senhor Deputado Rui Taxa, que interroga o Senhor Presidente se há dívida à SUMA, Caminhaequei e etc., e posteriormente vem aqui a Senhora Deputada Lilita Gonçalves e esta responde de imediato às questões colocadas pelo Senhor Deputado, então não percebe para que servem os pedidos de esclarecimentos, uma vez que são logo respondidos e precisamente pela Deputada Lilita Gonçalves.

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

"Felizmente que o Senhor acabou por perceber da necessidade urgente da ligação de Caminha à A Guarda.

Após várias Assembleias Municipais, em que sistematicamente trouxemos aqui a este Órgão Municipal, a denúncia da necessidade urgente da ligação de Caminha à A Guarda, o Senhor Presidente sempre se convenceu da necessidade de colocar o Ferry a trabalhar entre as duas margens.



Assembleia Municipal de Caminha

Desistiu de lutar definitivamente pela construção da Ponte Internacional entre as duas localidades, por não ter força política necessária e suficiente para ganhar esta causa, mas pelo menos sempre se convenceu da exigência que todos lhe faziam ao querer o Ferry a trabalhar.

Descobriu agora o Senhor Presidente da Câmara que afinal o Ferry é uma aposta ganha!

Convém esclarecer, Senhor Presidente, que foi por sua opção que o Ferry deixou de navegar. O Senhor parou o Ferry.

Foi por sua opção, que o canal de navegabilidade do Ferry ficou assoreado.

Foi por sua opção, que se viu obrigado a desassorear o cais de embarque do Ferry, a expensas da Câmara de Caminha.

Foi por sua opção, que ao desassorear o cais de embarque do Ferry, assoreou o cais dos pescadores de Caminha, impedindo-os de trabalhar normalmente e acabando por colocar as suas vidas em perigo.

Foi por sua opção que isentou bilheteiras do Ferry, promoveu passagens gratuitas, levando recursos e benefícios para A Guarda.

Foi por sua opção, que não cobrou A Guarda e dívida de 2,5 milhões de Euros.

Como sabem o PSD e os seus representantes eleitos, tanto na Câmara Municipal como nesta Assembleia, têm uma postura de política de rigor e seriedade sempre com o intuito de fiscalizar a ação governativa do partido socialista no Concelho de Caminha e pugnar pela defesa dos interesses e aspirações dos Caminhenses.

Como temos vindo a insistir, o Ferry é um assunto recorrente e de importância capital para os caminhenses, mais quando estão em causa dinheiros que é pertença dos Caminhenses e de mais ninguém.

Além do mais, somos de opinião que os números e dados que V. Exa. divulgou sobre o funcionamento do Ferry durante o Verão, estão empolados.

Porque sempre pugnamos pela verdade, solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que através dos serviços da Câmara Municipal nos entregue a seguinte documentação:



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- Fluxo diário da receita do Ferry da bilheteira de Caminha referente ao mês de julho/2015;
- Fluxo diário da receita do Ferry da bilheteira de Camposancos referente ao mês de julho/2015;
- Fluxo diário da receita do Ferry da bilheteira de Caminha referente ao mês de agosto/2015;
- Fluxo diário da receita do Ferry da bilheteira de Camposancos referente ao mês de agosto/2015;
- Fluxo diário de tráfego (passageiros e veículos) do Ferry de Caminha-Camposancos referente ao mês de julho/2015;
- Fluxo diário de tráfego (passageiros e veículos) do Ferry de Camposancos-Caminha referente ao mês de julho/2015;
- Fluxo diário de tráfego (passageiros e veículos) do Ferry de Caminha-Camposancos referente ao mês de agosto de 2015;
- Fluxo diário de tráfego (passageiros e veículos) do Ferry de Camposancos-Caminha referente ao mês de agosto/2015;
- Balancete analítico das despesas do serviço do Ferry Boat referente ao mês de julho/2015;
- Balancete analítico das despesas do serviço do Ferry Boat referente ao mês de agosto/2015;
- Balancete analítico das despesas do serviço Ferry Boat referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015;
- Montante das receitas arrecadadas da bilheteira Camposancos- La Guarda referente ao período de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2015;
- Montante das transferências efectuadas por A Guarda durante o ano de 2014 e ano de 2015 até 25 de setembro, dos valores em dívida ao Município de Caminha constantes de um "programa de pagamentos" subscrito por A Guarda e lavrado em ata, por parte de ambos os Municípios.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Caminha

Chamo a atenção de V. Exa. que nos termos do artigo 86º do novo Código de Procedimento Administrativo, a informação agora por mim solicitada deve ser prestada no prazo de 10 dias.

Ao contrário do que tem acontecido até aqui, não vou esperar pela realização da próxima Assembleia Municipal para sistematicamente ter de perguntar pelas respostas aos requerimentos que aguardo.

O Senhor Deputado fez também um pedido de esclarecimento nos termos art.º 25 n.º 1 alínea g) do Regimento, e salientou que o vai fazer uma vez que não lhe foi respondido quando o solicitou e de seguida leu o seguinte ofício:

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha

Exmo. Senhor Presidente,

Vimo pelo presente, alertar a V.Exa., pelo facto do Município de Caminha estar em atraso pelo pagamento das rendas que tem perante a empresa “Caminhaequi, SA”, referente as Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, da qual o próprio Município é acionista.

O Numero de rendas em atraso neste momento são de sete, totalizando o valor global em dívida de 463.771,35€, o que ultrapassa em muito o prazo de pagamento das mesmas conforme o contrato de exploração assinado entre as partes. Este atraso conjugado com o facto de a “Caminhaequi” não possuir meios financeiros suficientes para suportar os atrasos verificados, levou a que neste momento estejamos em atraso no pagamento da prestação bancaria que venceu a de junho de 2015, na Caixa Geral de Depósitos, bem como no pagamento da conta de IRC, IMI, IVA com os consequentes problemas associados ao incumprimento perante o Banco de Portugal e coima mais juros perante a AT, sem referir a necessidade de pagar os outros compromissos existentes na “Caminhaequi” e que são de vosso conhecimento e que a curto prazo deve reverter aos administradores, face ao exposto pedimos a V.Exa., que diligencie no sentido que esta dívida seja liquidada o mais breve possível, bem como o agendamento de uma reunião de carater de urgência, para discursão deste tópico de interesse para ambas as partes.



Assembleia Municipal de Caminha

E Assim sendo o Senhor Deputado volta a perguntar ao Senhor Presidente Miguel Alves se:

- É verdade ou não que o Senhor deve à Suma desde Novembro de 2014 até à presente data:

Dívida total = 879 602,00€

Sim ou não? Deve ou não deve?

- É verdade ou não é verdade que o Senhor deve desde Dezembro de 2014 até Julho de 2015 do, á Caminhéqui o valor de 463.771,35€?

Sim ou não? Deve ou não deve?"

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse quanto à intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, deixaria a questão económica e financeira da Câmara, para o Senhor Presidente, no obstante, e uma vez que a intervenção inicial e principal do Senhor Deputado, prendeu-se contudo, menos com a questão financeira do Município. Disse o Senhor Deputado Rui Lages, que foi o PS em 2013, com este manifesto eleitoral, que já nessa altura se falava em reativar o Ferry, e porquê? Porque já se encontrava parado, e este é um documento publico que todos o podem consultar. Quanto à Ponte sobre o Rio Minho, disse o Senhor Deputado que foi o Ministro da altura, que pertencia à Coligação PSD/CDS-PP, que veio a Caminha e disse que era inviável contruir uma Ponte sobre o Rio Minho com ligação a Caminha, pelo que a memoria não é curta e se o é, não será para todos.

O **Senhor Presidente da Câmara**, deu início à sua intervenção com um esclarecimento sobre o Ferry, e disse, que as intervenções do Dr. Rui Taxa são sempre muito divertidas porque fazem rir e porque tem algum exercício circense que é de facto apelativo. Disse o Senhor Presidente que veem aqui dizer que o Ferry estava a funcionar, quando todos sabem que foram seiscentas viagens que deixaram de acontecer durante o ano de 2013; dizer ainda que o Presidente da Câmara é o responsável pelo assoreamento do canal do Ferry quando durante anos nada fizeram, nem um grão de areia tiraram do canal do Ferry, dizer tudo isto



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

quando foram ao Ferry retirando pessoal que trabalhava no Ferry e que não tornava possível o funcionamento do Ferry, deixando um quadro de pessoal que não permitia o funcionamento normal do Ferry e, finalmente, como todos sabemos porque foi já confirmado pelos trabalhadores do Ferry que lhes tinha sido comunicado que o Ferry ia acabar, isso, é de facto muito divertido. O Senhor Presidente disse que foi este executivo, que recuperou o Ferry, fez limpeza da cais de atracação, e tem o ferry a funcionar com números fidedignos, e até já recuperou dezenas de milhares de euros A Guarda do processo onde o executivo anterior não conseguiu nada amearhar.

Disse ainda o Senhor Presidente que sobre a informação dos fluxos diários de dinheiro, daquele que entra e sai, pode o Senhor Deputado estar descansado porque agora sim, existe condições para dar os valores fidedignos, o que antes não havia, e sabe porquê? Porque não havia registo praticamente de nada, o dinheiro circulava de banco e de saco, de um lado para o outro ninguém podia dizer com verdade o que entrava e o que saía, mas agora está tudo registado. Disse o Senhor Presidente que gosta de ver esta vontade de que os números não sejam aqueles, que não podem ser aqueles, e de facto não andaram quarenta e duas mil pessoas de Espanha para Portugal e nem andaram quarenta e sete mil pessoas de Portugal para Espanha, isso tem que ser mentira, mas não é mentira, é verdade, estamos a falar de noventa mil passageiros em pouco tempo, de mais de noventa e dois mil euros que fomos buscar porque agora também temos a receita que vem de A Guarda. Disse ainda o Senhor Presidente que entrou mais gente de Espanha para Caminha durante estes dias do que na média de agosto dos últimos cinco anos, e esta é a realidade.

Relativamente às contas do Município o Senhor Presidente disse que já que esta é uma matéria é tão importante, saber-se aquilo que se passa com as contas do Município e a realidade entre aquilo que existe e aquilo que existia. Disse que é muito curioso perceber-se, por exemplo, que a Senhora Deputada Lilita comentou o relatório de contas de 2014, ainda está com dificuldade de digerir aquilo que foi o relatório de contas do ano 2014. Disse o Senhor Presidente que não se



Assembleia Municipal de Caminha

aperceberam mas Senhora Deputada Lilita fugiu completamente à questão. Porque, em termos de debate a Senhora Deputada é uma daquelas adversárias políticas que dá gosto poder debater e porquê? Porque, a incapacidade de compreender o que quer que seja sobre números da Senhora Deputada é de tal modo claro, que lhe permite, explicar aquilo que se passa. Referindo, o Senhor Presidente que a Senhora Deputada, na responsabilidade que teve na Junta de Freguesia de Riba de Âncora deveria ter aplicado esse seu conhecimento e capacidade para fazer um bom trabalho, e não ter criado um problema à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Riba de Âncora, que por exemplo, quando lá chegaram os funcionários não tinham instrumentos para poder trabalhar, os livros históricos estavam a apodrecer, e este executivo em pouco tempo conseguiu equipar a Junta de Freguesia de Riba de Âncora para esta poder fazer um trabalho sério.

Relativamente ainda às contas o Senhor Presidente disse que daquilo que foi a herança de vossa excelência e dos seus apoiantes deixada aqui no Conselho, e que agora se está a mudar e a resolver. Disse em primeiro lugar que, sobre a questão dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal ao longo do tempo, desde 2011 até agora o que podem encontrar, é que foi no ano de 2014, no ano de gestão deste executivo, como se pode verificar no quadro, em que menos compromissos assumidos houve para pagar, e como se pode também verificar, a diferença entre o que vossas excelências assumiram em 2013, mais de vinte e cinco milhões de euros de compromissos para pagar, até agora, e aquilo que este executivo assumiu em 2014 tendo sido vinte milhões, é onde está uma diferença importante, o que quer dizer que estamos a descer e a ser racionais, porque, o PSD admite aquilo que se tem vindo a dizer, desde o primeiro dia desta Câmara, é que esta Câmara está com dificuldades financeiras sérias, e não está de agora, já está há muito, porque durante demasiado tempo viveu-se com maquilhagens, com truques, com aproveitamentos de empréstimos e com falta de liquidez, sem pagar faturas, sem pagar a fornecedores, e foi assim que a Câmara viveu durante estes



Assembleia Municipal de Caminha

anos todos, injetando dinheiro na tesouraria através de empréstimos, que quem os está a pagar, é este executivo e os munícipes de Caminha.

Relativamente ainda aos compromissos que foram assumidos e não pagos, o Senhor Presidente disse que como se pode verificar, nestes últimos quatro anos, e só em 2011, assumiram-se compromissos de seis milhões de euros que não pagavam, de todos aqueles que assumiam durante um ano. Em 2013 assumiram compromissos com pessoas e com fornecedores de quatro milhões e oitocentos mil euros que não pagaram, está este executivo a fazer o trabalho para reduzir, e este é o número mais baixo dos últimos quatro anos, entre compromissos assumidos e compromissos pagos.

Relativamente aos prazos médios de pagamentos, disse o Senhor Presidente que também ali foi dito que se tem cem, duzentos, trezentos dias de prazos médios de pagamento, e a diferença está, que desde 2010 a 2014, os pontos mais baixos dos prazos médios de pagamento, só foram atingidos com este executivo e estes são números da DEGAL, e estão para se poder demonstrar qual é o verdadeiro prazo médio de pagamento de faturas. Disse ainda o Senhor Presidente que é muito claro, todo o esforço que é feito apesar das dívidas que foram deixadas por vossas excelências aos fornecedores. E querem saber como evoluiu o passivo nos últimos anos? Em 2010, o passivo era de trinta milhões de euros, em 2011, trinta e três milhões de euros, em 2012, desceram, ligeiramente, porque, tem a ver com os empréstimos contraídos, nomeadamente, para pagamento de dívida. Em 2013, deixaram um passivo de trinta e oito milhões duzentos e sessenta e sete mil euros. E disse o Senhor Presidente que a obrigação deste executivo, apesar das dificuldades, seria baixa-lo, e irá continuar a baixar, e esta foi a herança e são estes os resultados desta governação. Referindo o Senhor Presidente que é através de pequenas coisas, de gestos pequenos, nomeadamente, no fundo de maneiio que os Senhores Vereadores e Senhores Presidentes, utilizavam. E relativamente ao passado e ao presente disse o Senhor Presidente que existe uma diferença entre os fundos de maneiio? Porque havia de facto, um pacote que era permitido usar a belo prazer, cartões de crédito que voavam, muitos voos,



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

bastantes voos e verdadeiramente a despesa foi agora reduzida, porque o valor de fundo de maneo do Presidente e dos Vereadores, são três mil e setecentos euros para acorrer a pequenas despesas que acontecem todos os dias, bem longe dos vinte e quatro, vinte e cinco mil euros que era utilizado no fundo de maneo do anterior executivo, de modo que existe agora uma verdadeira gestão, uma gestão que começa com a diferença na questão dos custos de pessoal na Câmara. Em 2013, os custos com o pessoal eram cinco milhões quinhentos e setenta e três mil euros, em 2014 reduzimos para cinco milhões duzentos e setenta e oito mil euros; em fornecimentos e serviços externos os custos eram de sete milhões e oitenta e nove mil euros apesar de todas as dificuldades, ao pagar aquilo que não foi contraído por este executivo, e existe agora uma redução, nestes custos para seis milhões novecentos mil euros; em despesa efetiva da Câmara, o dinheiro que saiu da Câmara, para cumprir orçamento, em 2013, foram vinte milhões quatrocentos e sessenta e sete mil euros, em 2014, dezassete milhões, esta variação do passivo, de 2013 para 2014, demonstra uma descida ligeira, mas está no sentido correto; a diferença entre os compromissos e faturas emitidas, em 2013, são de dois milhões trezentos e sessenta mil euros, em 2014, ano da gestão deste executivo, são de oitenta e quatro mil euros, esta é a diferença entre executivos.

Disse ainda o Senhor Presidente que vai assinalar mais diferenças e tem precisamente a ver com o mito dos dois milhões de euros que deixaram a este executivo, porque é um mito que verdadeiramente apesar de todos os esforços, ainda não conseguiu explicar exatamente aquela matéria; porque as pessoas abordam-no na rua e perguntam “Presidente explique-me lá se eles deixaram dois milhões de euros, como é que é possível de facto a Câmara estar nesta situação?”, e o Senhor Presidente disse que iria demonstrar exatamente o porquê de terem esse problema, dos dois milhões de euros, e mais uma vez volta a explicar que, quando chegaram à Câmara havia de facto no banco cerca de dois milhões de euros, e voltou a dizer que desses dois milhões de euros, em cauções estavam setecentos mil euros; O que é que isto quer dizer? Que quando o PSD fala de dois milhões de euros, nunca está a falar verdadeiramente a verdade porque sabem



[Handwritten signatures in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

que setecentos mil euros não podem ser tocados, são cauções, é dinheiro que pertence a pessoas, que caucionaram qualquer tipo de ação e muitas vezes estavam lá anos à espera de serem devolvidas sem qualquer razão aparente. Este executivo devolveu de imediato as cauções em que as obras estavam comprovadas como terminadas e algumas delas até já tinham muito tempo. E como setecentos mil euros eram de cauções, mais os salários que se pagaram em relação ao mês Outubro, que acrescentam entre duzentos e cinquenta mil a trezentos mil euros, onde já se está a falar de um milhão e cem mil euros; E sabem aonde é que se gastou o resto dos dois milhões de euros? Gastamos um milhão e noventa e cinco mil euros, naqueles dois meses a seguir às eleições até ao final do ano, a pagar, sessenta e oito mil euros a faturação de junho, de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2010 e janeiro de 2011 referente a água, pagou-se mais de sessenta e três mil euros de outro acordo de pagamento que tinha sido feito para a água, pagou-se também as faturas de março, abril, julho e a fatura de agosto de 2013 que não estavam pagas. Este executivo chegou à Câmara e teve que mobilizar daqueles dois milhões que sobrava um milhão para pagar a água de 2010, e este, é o problema da Câmara, são os custos que a Câmara tem, e vem falar aqui numa defesa do “Caminhaequi” e das PPP’s não surpreende o Senhor Presidente, que venham aqui defender esta matéria. Porque, quem decidiu construir as piscinas com base numa PPP, quando percebeu que não tinha fundos comunitários, porque, ninguém de bom senso dava fundos comunitários para uma Câmara numa situação calamitosa em que estava, quando percebeu que não havia empréstimos bancários para uma câmara, quem fez as piscinas, que custaram cinco milhões de euros, e que vão custar dezanove milhões de euros ao erário público, fez um negócio ruinoso para a Câmara Municipal de Caminha, um negócio que vai pesar nas contas e nos munícipes durante anos e anos. Disse o Senhor Presidente que esta defesa emocionada, dos privados que têm que, receber o seu dinheiro para poder pagar as piscinas é extraordinário e comovente; a diferença que deixaram, e aquilo que a Câmara paga é metade do serviço da dívida que a “Caminhaequi” tem junto do banco. Pagou-se da outra metade, serviços de



Assembleia Municipal de Caminha

manutenção que raramente acontecem, e o trabalho do executivo na “Caminhaequi” não é estar com falinhas mansas e palmadinhas nas costas, é resolver um problema de quem fez este negócio ruinoso para o Concelho, deu direito de superfície de grande parte do Centro de Caminha, fazendo com que toda a zona da Calouste Gulbenkian, a zona em frente à Junta de Freguesia e toda a zona de Campo da Feira fosse entregue de mãos abertas aos privados. Um negócio ruinoso que vai custar muito ao Município, e quem resolveu e vai resolver isto, vai ser este executivo, porque este executivo está precisamente, a trabalhar numa solução que reduza substancialmente os custos que o Município tem com o “Caminhaequi”. Disse ainda o Senhor Presidente que é para isso que este executivo está a trabalhar, e é uma pena que não fique evidente que aqueles que se dizem arautos de pagar a tempo e horas, aqueles que estão sempre à vontade nestas matérias não percebiam, e temos ali uma ordem de pagamento com faturas com data de emissão de 01/07/2010, 30/07/2010, 31/08/2010, 30/09/2010, 29/10/2010, 30/11/2010, 31/12/2010 e 31/01/2011, que tem um custo de seiscentos e oitenta e quatro mil euros e serve para pagar, em Novembro e Dezembro de 2013 as águas que ninguém pagou em 2010. Esta é a situação da Câmara e é esta a situação que gostava que fosse respondida por quem ruinosamente fez negócios, como os negócios das PPP's e outros que esta Câmara vai ter durante muito tempo, uma financeira muito dura, muito difícil que este executivo alertou desde o primeiro dia e que agora o PSD veio, confirmar e juntou-se à ideia que a Câmara vive numa situação muito e muito difícil.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, em defesa da honra, disse ao Senhor Presidente da Câmara, quando a conversa não lhe agrada, passa para o ataque do mais baixo nível, proferindo expressões nada dignas para o lugar que ocupa, sugerindo a Senhora Deputada que deve ter um pouco de cuidado com as expressões que ali profere. Disse ainda a Senhora Deputada que não admite ao Senhor Presidente que ponha em causa as suas análises, porque de contabilidade e de contas ele não percebe, até porque não é a sua área, assim, como reconhece



Assembleia Municipal de Caminha

a Senhora Deputada que não faz comentários às suas interpretações legais, uma vez que não tem conhecimentos para o fazer, pelo que agradece quando forem solicitados esclarecimentos, o Senhor Presidente não parta para o ataque pessoal e esclareça aquilo que lhe é solicitado, porque todos os Deputados lhe merecem respeito e o órgão que ali representam, dado que a intervenção do Senhor Presidente em nada respeita os documentos ali apresentados.

Relativamente às funções que exerceu na Junta de Freguesia de Riba de Âncora a Senhora Deputada, considera que o Senhor Presidente não tem conhecimento nenhum do funcionamento de uma Junta pelo que não deve proferir considerandos desnecessários.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, em defesa da sua honra pessoal, disse a Senhora Deputada que tendo em conta a gravidade das afirmações que o Senhor Presidente da Câmara ali proferiu, ela faz questão que fique lavrado em ata, que a anterior Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dr.^a Júlia Paula Costa, vem aqui perante este órgão negar em absoluto que qualquer elemento da Câmara anterior ou do executivo tivesse possuído ou utilizado algum cartão de crédito. Disse ainda a Senhora Deputada que pela gravidade destas afirmações se percebe o tamanho e a monstruosidade das pessoas com responsabilidade política que estão à frente de esta Câmara Municipal, podem dizer.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento a solicitar que o Senhor Presidente da Câmara esclareça a Assembleia Municipal sobre o que significa o documento que possui em mão, e o qual foi entregue aos Senhores Vereadores da oposição no mês de junho, onde consta, compromissos por pagar, reporte atual de 7 089 491,13€; solicita ao Senhor Presidente que esclareça sobre o que significa o documento que possui em mão, e o qual foi entregue aos Senhores Vereadores da oposição, onde consta, compromissos por pagar, reporte atual de 9 087 875,72€; solicita ao Senhor Presidente que esclareça sobre o que significa o documento que possui em mão, e o qual foi entregue aos



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores Vereadores da oposição em 02 de setembro de 2015, onde consta, compromissos por pagar, reporte atual de 12 074 570,91€.

Solicita ainda a Senhora Deputada que o Senhor Presidente esclareça a Assembleia sobre que tipo de informação que a oposição pode recolher da leitura de um mapa "Balancete Analítico do Plano Geral", onde consta o Ferry, dívidas do Caminhequi e etc.

Relativamente aos compromissos de anos anteriores, solicita também Senhora Deputada que esclareça o Senhor Presidente sobre uma listagem de contratos inferiores a cinco mil euros, onde consta contratos de 2014 pagos em 2015, pergunta a Senhora Deputada se são ordens de pagamento que não foram pagas no final do ano e se são estornadas e transferidas para o ano seguinte.

O **Senhor Presidente da Mesa**, interrompeu a Senhora Deputada para que apresentasse por escrito todos os esclarecimentos solicitados.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, perguntou ao Senhor Presidente da Mesa, onde estão as respostas aos requerimentos que apresentou, sendo que um deles já tem mais de um ano e deste modo não vê necessidade de o fazer por escrito.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que da informação que tem só falta responder a dois requerimentos.

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso**, fez uma interpelação à mesa, e disse que se encontram na mesa em conjunto a trabalhar, eleitos por todos vocês, e disse que o Senhor Presidente está a conceder o tempo limite; quando na mesa reunimos a Senhora Deputada Júlia Paula dirige-se e chama pelo seu nome "Sónia", disse então a Senhora Deputada que quando se dirige a qualquer membro trata-o sempre como Senhor Deputado pelo que ela também deverá ser respeitada na função que está a exercer.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, de seguida leu o art.º 29 do Regimento onde refere que “os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente, podendo, no entanto, o presidente da assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito”, para que não restassem dúvidas aquando solicita que sejam apresentados por escrito os pedidos de esclarecimentos.

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 04 de junho 2015

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 04 de junho 2015**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Protocolo entre o Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Vrobability Makers, Unipessoal, Lda., Música no Coração - Sociedade Portuguesa de Entretenimento, Unipessoal, Lda. e Metropolitana - Edições Discográficas, Unipessoal, Lda. para a realização do Festival de Vilar de Mouros



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de setembro de dois mil e quinze, relativa ao “Protocolo entre o Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Vrobability Makers, Unipessoal, Lda., Música no Coração - Sociedade Portuguesa de Entretenimento, Unipessoal, Lda. e Metropolitana - Edições Discográficas, Unipessoal, Lda. para a realização do Festival de Vilar de Mouros”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, e nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, propõe-se que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração protocolo entre o “Município de Caminha, Junta de Freguesia de Vilar de mouros, Vrobability Makers, Unipessoal, Lda., Música no Coração - Sociedade Portuguesa de Entretenimento, Unipessoal, Lda. e Metropolitana - Edições Discográficas, Unipessoal, Lda. para a realização do Festival de Vilar de Mouros”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e solicitou um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, Senhor Carlos Alves, e disse o seguinte:

“Com toda a consideração e respeito pelas funções que exerce como Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, com toda a consideração e respeito pelas funções que exerceu no passado como Presidente desta Assembleia Municipal, e também com todo o carinho e amizade que tenho por si, gostava de lhe dizer sobre este protocolo que hoje aqui estamos a discutir e votar o seguinte. Tinha eu 16 anos quando assisti em 1971 ao Festival de Vilar de Mouros.



Assembleia Municipal de Caminha

Foram 3 noites e 2 dias que me marcaram para toda a vida.

Saí de Vilar de Mouras com uma fome terrível e coberto de pó, e só tenho que agradecer aos meus Pais por terem confiado em mim e me terem deixado ir passar um fim-de-semana num Mundo desconhecido e cheio de perigos.

Escusado será dizer que fiquei um fã incondicional de Vilar de Mouros, e sempre estive presente em todos os Festivais que se realizaram em Vilar de Mauros.

É inquestionável a importância da realização deste Festival, não só no panorama musical nacional, mas acima de tudo como fator de desenvolvimento da economia concelhia.

Ninguém dúvida disso.

Acredito que o Sr. Presidente Carlos Alves queira muito a realização deste Festival em 2016.

Eu se estivesse no seu lugar também o desejaria.

No entanto quero aqui publicamente adverti-lo para duas situações.

A parceria na qual se encontra a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, tem como parceiro também a Câmara Municipal de Caminha, que e pelas posturas que têm assumido nestes últimos 2 anos, é um parceiro politicamente incorreto.

É um parceiro que não se importa de martelar orçamentos, martelar documentos de prestação de contas, martelar documentos a enviar ao Tribunal de Contas.

E um parceiro desta categoria, não é de confiar.

Por outro lado, corremos o risco de ficarmos com 2 protocolos em vigor para Vilar de Mouros, caso hoje este protocolo que estamos a discutir venha a ser aprovado. Na minha opinião, o anterior protocolo estabelecido com a AMA., deveria ser revogado.

Revogado em Reunião de Câmara, e revogado em Assembleia Municipal.

Só depois de revogado, é que poderíamos estar aqui hoje a aprovar este protocolo que nos é apresentado.

É que corremos o risco, de uma Providência Cautelar, inviabilizar a realização do Festival de Vilar de Mouros de 2016.

É por esta razão, por esta única razão, que voto contra este protocolo.



Assembleia Municipal de Caminha

Embora deseje muito que o Festival se realize em 2016.

Peço-lhe Sr. Presidente Carlos Alves, que em Assembleia de Freguesia esclareça os Vilar Mourenses da razão do meu voto e do Grupo do PSD que aqui represento. Com toda a consideração, com todo o respeito e com toda a amizade que tenho por si."

De seguida o Senhor Deputado disse que ia ler uma documentação, porque que lhe foi solicitado para que lê-se nesta sessão uma vez que tem estabelecido com Marco Horta Reis que é o Presidente da AMA e disse o Senhor Deputado que lhe foi enviado hoje um email e solicitou o Senhor Presidente da AMA que o lê-se nesta sessão da Assembleia Municipal, e de seguida passou a ler:

"Estou totalmente indignado com a informação que me deu e com o protocolo que me enviou, a verdade é que é o Presidente da Câmara de Caminha, rescindiu publicamente e de forma unilateral quanto a nós sem fundamento, o protocolo que temos para a realização do Festival de Vilar de Mouros até 2017 sendo que algumas das afirmações no seu discurso não corresponderam ao que realmente acontece, mas isso, ficará para mais tarde. Estas declarações surpreenderam-nos e descivilizaram-nos totalmente originando e impossibilitando a realização do mesmo em 2015. Não conseguimos perceber as declarações por ele preferidas entre as quais, impreparação, incapacidade, palhaçada por parte da AMA, quando este mesmo autarca também afirmou publicamente durante o Festival 2014, que o Festival era um sucesso e tinha sido muito bem organizado. Como é certo sabido, a Câmara Municipal de Caminha, não participou financeiramente na organização do Festival de Vilar de Mouros de 2014, nem sequer nos ajudou, ou, participou no policiamento, vedação em nada, não participando com um simples euro. O Festival de Vilar de Mouros 2014, originou um elevado prejuízo na ordem dos 900 mil euros, dos quais a AMA assumiu por completo e na sua totalidade, visto o autarca alegar não ter verbas para nos ajudar. O nosso departamento jurídico tem estado em contacto com a Câmara Municipal de Caminha, a fim de resolvermos esta situação, mas até à data ainda não conseguimos reunir com esta autarquia, nem chegar a qualquer tipo de



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

entendimento, ou, acordo. Depois de ler o protocolo que gentilmente me disponibilizou a minha indignação aumentou ao ver as verbas que a autarquia está disposta a dar ao consórcio, para além de assumir várias outras despesas inerentes ao festival são totalmente incompreensíveis, para que fique bem claro a Câmara Municipal de Caminha sempre negou e recusou comparticipar qualquer despesa ou apoio financeiro à nossa instituição para a realização do Festival de Vilar de Mouros 2014, estamos claramente perante um “negócio” que não consigo entender para a AMA, uma IPSS, que apoia crianças com autismo e que tinha um projeto solidário, autarquia não cedeu um cêntimo, mas agora a um consórcio de três empresas privadas a autarquia vai “doar” milhares de euros e colaborar ao assumir vários encargos que negou a AMA, não me parece uma situação muito clara, para não usar outras palavras.

Qual será o benefício para a Câmara Municipal de Caminha ao comparticipar com um valor tão elevado a estas três empresas privadas.

Que contrapartidas terá a Câmara de Caminha ao assinar um protocolo deste tipo. Um protocolo a 6 anos que ultrapassa largamente o mandato do atual executivo, porquê?

Para além disso, a Câmara Municipal vai assumir o pagamento dos seguintes pontos:

- Vedação 16 mil euros;
- Colocação 5 mil euros;
- GNR, 26,700 mil euros;
- Policia Marítima 7.500 mil euros;
- Posto Médico 7.500 mil euros;

Para além de outros valores que nem vou perder tempo.

Com que fundamente a autarquia, assume estas despesas, se são despesas de realização e organização.

O Consórcio só tem de pagar aos artistas, palco e som e vai ficar com toda a verba arrecadada, isto parece-me um negócio muito “infantil”, para ser verdade”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar, Carlos Alves**, saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e disse que:

“A discussão hoje aqui do presente protocolo de realização do festival de Vilar de Mouros, é, na opinião da Junta de Freguesia a que presido, um momento muito especial para todo o concelho de caminha.

O regresso deste grande e histórico evento terá sem dúvida um impacto muito importante na economia da Freguesia de Vilar de Mouros e do concelho de caminha, quer pela realização direta do evento, quer através da promoção que se irá verificar através de imensos meios de comunicação social.

Não me irei deter demasiado no que diz respeito a todo o percurso deste importante festival que infelizmente também passou por momentos bastante tortuosos, nomeadamente nos últimos anos e em especial no que toca à celebração do último protocolo, e apenas lembrarei que nos incluímos nas forças que colocaram muitas reticências à sua assinatura por parte dos executivos de freguesia e câmara anteriores, tendo-se confirmando infelizmente todos os nossos receios relativamente todo o processo. No entanto também é com os erros (mesmo os de terceiros) que se aprende e por isso é que estamos aqui a discutir um novo protocolo desta vez a ser celebrado com um consórcio que oferece muitas garantias de levar o festival a bom porto, reconhecendo-se o profissionalismo e credibilidade que detêm no meio musical, a nível nacional e internacional.

O presente acordo tornou-se possível graças à inevitável correção de uma situação herdada e à entrega na procura de melhores soluções para este festival, devolvendo o entusiasmo à discussão e negociação, contando também com o envolvimento do executivo da minha freguesia. Não é também de esquecer, como contributo de maior importância e de decisão, o enorme património que o Dr. António Barge nos legou, com toda a carga história que se lhe seguiu, aliado às condições excecionais dos espaços que servem o evento, e ainda o entusiasmo e



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

carinho que a população do nosso concelho (e em especial os Vilar Mourenses) já se habituou a emprestar a este magnífico e mítico festival.

A Junta de Freguesia como autarquia local e como entidade proprietária dos espaços, num sincero sentido de responsabilidade, empenhou-se com todo o entusiasmo na discussão do presente protocolo, apresentando sugestões, ideias e propostas que o vieram a enriquecer e valorizar, tendo sempre presente a ideia fundamental de dignificar o festival e reunir condições para que o mais rápido quanto possível este evento se coloque de novo entre os melhores festivais do País, com a sua identidade de tal forma assumida que o diferencia dos demais, levando também à sua valorização a nível internacional.

A Junta de Freguesia bateu-se para que a sua participação no protocolo não viesse a ser meramente simbólica, já que pretendemos que a freguesia seja uma parte ativa e interveniente em muitos dos aspetos desta organização, nomeadamente com a população e seus constrangimentos, e ainda na gestão e melhoria dos espaços.

Nesse sentido consideramos de transcendente importância as verbas negociadas, assumindo que as pretendemos canalizar para uma beneficiação constante dos espaços (dando aliás continuidade a uma prática que tem vindo a ser seguida) e que se tornarão uma vertente importante da valorização passo a passo do próprio festival, e naturalmente para serem utilizados e aproveitados para muitos outros eventos e sejam motivo de cada vez maior atração por parte de cada vez mais pessoas que nos visitam, assim contribuindo também para a promoção do Concelho.

Foi com este espírito de entrega, acreditando no valor cultural e nos diferentes proveitos para a freguesia e para o município, que quisemos estar neste protocolo, reconhecendo nele capacidade de realização do festival de Vilar de Mouros pelo tempo definido, dignificação da imagem de Vilar de Mouros e do Concelho de Caminha, e a garantia de edições atrativas capazes de mobilizar a população local, os visitantes e todos os setores direta ou indiretamente relacionados com o Festival de Vilar de Mouros.”



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature]

A **Senhora Deputada Sónia Lajoso**, saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção e disse:

“Festival de Vilar de Mouros” que devido à sua idade não teve a sorte como o Deputado Rui Taxa de ter participar no de 1971, mas no 1996 já participou, e se há festival que conta uma história de liberdade e de revolução é o festival de Vilar de Mouros!

É o mais antigo festival de música em Portugal.

Certo é que a memória do Festival de Vilar de Mouros, muito pelo seu momento inicial, constitui um património cultural valiosíssimo e o simples nome do festival Vilar de Mouros, uma marca diferenciadora com um potencial económico indiscutível.

O Partido Socialista e nesta Assembleia Municipal, durante todos estes anos tem-se batido permanentemente pela realização do Festival de Vilar de Mouros, com uma grande indiferença do executivo camarário anterior do PSD pelo evento que sempre classificava, em Assembleia Municipal, passo a expressão como “economicamente nada interessante para os habitantes locais e para o próprio concelho.

O anterior executivo no dia 12 de Agosto de 2013, a 6 semanas das eleições, de 29 de Setembro de 2013 propôs a esta Assembleia Municipal que em reunião extraordinária, convocada à pressa para o efeito, ratificasse um protocolo para entregar a organização do Festival de Vilar de Mouros à Associação dos Amigos do Autismo de Viana do Castelo durante os próximos 4 anos.

O PSD não gosta do Festival de Vilar de Mouros, não o realizou 8 anos quando todos os festivais cresciam e inventou um modelo à pressa em cima de eleições não correu como todos desejávamos:

A AMA não tinha experiência nem vocação para organizar um evento desta natureza o que se provocou com a incapacidade e impreparação para levar a cabo um festival com esta dimensão, chamando a atenção que os próprios deputados que votaram a favor de este Protocolo e que são Facebokianos disseram que o



X

2

8

Assembleia Municipal de Caminha

Festival iria ser uma desgraça, não ia ter ninguém, uma vergonha, ficando chocada a Senhora Deputado como os próprios Deputados do PSD quando votaram favoravelmente e se deram a esses desvaneios políticos.

O atual executivo camarário e a Junta de freguesia de Vilar de Mouros estão em perfeita sintonia e empenhadas em trazer para Vilar de Mouros uma organização com experiência e credibilidade, capaz de realizar um evento desta dimensão e de conseguir puxá-lo para o seio dos melhores festivais do país.

Assim surge este protocolo com este consórcio que são os melhores profissionais da área em Portugal.

O Festival de Vilar de Mouros em 2016 estará no lugar que merece que é no topo dos festivais de verão e levará o nome do nosso concelho além-fronteiras.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, disse que previamente à sua intervenção, vai dar conta de duas notas que se relacionam exatamente com o tipo de documento que se vai votar e com o relacionamento com privados e disse a Senhora Deputada que até parece que as parcerias público privadas são uma descoberta do executivo do PSD e não foram sistematicamente usadas pela governação do Eng.º José Socrates do PS no Governo; até parece que a nossa PPI é igual a essas PPI's, é bem diferente; até parece que as candidaturas para serem aprovadas estão dependentes de qualquer tipo de empréstimo.

Disse ainda a Senhora Deputada que quem não tem moral para falar de relacionamento com privados nomeadamente a Caminha aqui, e com as parcerias publico privados que consubstanciaram a construção das Piscinas, é o mesmo órgão, a mesma entidade que vem aqui submeter a apreciação este Protocolo. Passo a explicar: se o Senhor Presidente da Câmara acha que as Piscinas não são boas para Vila Praia de Âncora, como todos os Concelhos do Distrito tem Piscinas Municipais se acha que Caminha não o merece, então Senhor Presidente, pegue numa retroescavadora e destrua-as, porque foi a isto que o Senhor Presidente da Câmara reduziu as Piscinas de Vila Praia de Âncora. A um marketing político de parceria publico privado e relacionamento com privados.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A senhora Deputada disse que voltando a um relacionamento com privados e voltando ao Protocolo de Vilar de Mouros que estamos a analisar e porque se trata de um relacionamento com privados, a bancada do PSD vai votar contra esta proposta por duas ordens de razões: Por razões de índole política e por razões de índole legal.

As razões de índole política são óbvias! O PS não tinha nem nunca teve nenhuma ideia para o Festival de Vilar de Mouros, nunca fez parte do protocolo que existia entre as empresas que o realizaram e a Junta de Freguesia.

E o atual executivo é que não tem mesmo de 2 em 2 anos de eleição em eleição acena com um novo protocolo e com uma nova ideia para Vilar de Mouros.

Neste órgão o PS votou contra a nossa proposta de protocolo com a AMA, mas depois, já eleito Miguel Alves, quando poderia ter pensado e realizado a sua pretensa ideia de festival, vem subscrever com a AMA e o seu protocolo!

A verdade é que não soube executá-la e não teve a humildade para ouvir a oposição que o avisou que daquela forma iria ser um fiasco! E foi! Não é, não gostar do Festival de Vilar de Mouros, é defender a qualidade do Festival e a qualidade da marca que ele representa para o Concelho para o Distrito e para o País.

A verdade é do melhor festival de sempre como o apregoava aos 4 ventos com conferências de imprensa em Lisboa, transformou-o pela sua incapacidade e falta de apoios, no pior festival de sempre!

Não se importou nem de gastar recursos do Município, nem de contribuir para denegrir a marca e a imagem do festival.

Aliás, e por falar em marca, ao seu jeito e para desviar as atenções do fiasco, resolveu mais uma vez entreter-se com papelada ao invés de se preocupar com o essencial.

A verdade é que a marca só agora foi registada e não foi por isso que por anos sucessivos o festival deixou de se realizar e com qualidade!

É bom lembrar, aliás, que foi o executivo PSD que “salvou” literalmente a marca do festival, pois esta já estava registada a favor da empresa PortoEventos e a Câmara



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

teve de pagar mais de 40 mil euros para libertar e recuperar a marca e ajudar a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros a ver-se livre dessa empresa que a troco do pagamento libertou a marca! Está escrito em documentos só não vê quem não quer!

A marca só foi uma desculpa para enredar os mais incautos para a vossa incapacidade de realizar o Festival de Vilar de Mouros!

Ao contrário do que sistematicamente afirma, o festival só se deixou de realizar porque a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros revogou o protocolo que tinha com a Porto Eventos, nem poderia ser de outro modo porque a Câmara não era parceira nem fazia parte desse protocolo!

Ora, de todo este enredo que o Senhor criou à volta do festival e que o senhor usa para fins eleitoralistas, surgem agora as razões de índole jurídica!

É que conforme pude apurar junto dos responsáveis, V. Exa.:

- Decidiu unilateralmente não realizar o festival;
- O protocolo anterior não foi denunciado;
- O protocolo anterior não foi revogado através da competente deliberação em sede de reunião de Câmara e Assembleia Municipal.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, disse que este órgão é aquele que melhor representa a democracia, até por composição plural, e a emanação da democracia é o respeito pelos outros, e os Senhores Deputados do PSD, sistematicamente fazem exatamente o mesmo exercício, ou seja, inserem nas suas intervenções questões e afirmações que não tem nada a ver com o ponto da ordem de trabalhos que está a ser discutido, e isto, é realmente uma falta de respeito para com a inteligência dos demais e essa falta de respeito disse o Senhor Deputado que não aceita, pelo que exorto o Senhor Presidente da Assembleia a que ponha termo a este conjunto de circunstâncias que não podem ocorrer. Disse ainda o Senhor Deputado que esta é a casa da democracia e a emanação primária da democracia é o respeito pelos outros, e os Senhores Deputados do PSD estão a desrespeitar os outros ao desrespeitar a sua própria inteligência.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa e disse que ainda há pouco uma Chefe de Divisão de Contabilidade de uma instituição pública, foi nesta sessão posta em causa na sua competência e no seu profissionalismo e não viu a Senhora Deputada, o Senhor Deputado Manuel Falcão fazer este exercício democrático, dizer que neste órgão, que não se insultam pessoas, nem se põe em causa o profissionalismo das mesmas. A Senhora Deputada também pediu ao Senhor Presidente da Mesa para que de futuro não permita que expressões destas sejam utilizadas neste órgão.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, fez uma interpelação à mesa e disse que censura todas as faltas de respeito e não assistiu nesta sessão a outra falta de respeito a não ser o desrespeito pela inteligência dos demais e foi essa a sua interpelação. Referindo o Senhor Deputado que quanto a faltas de respeito eles sabem muito bem quem as pratica, e mesmo, até com muita fluidez, neste órgão.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez uma interpelação à mesa e disse que assistimos a mais um número do PSD, para desculpar de uma forma cínica e de estratégia política, para não votar o Protocolo do Festival de Vilar de Mouros, porque trata-se de um Protocolo que pode potencializar Caminha e Vilar de Mouros colocando este Festival no ponto em que merece estar. Disse ainda o Senhor Deputado que os Deputados do PSD não gostam de nada que possa ter êxito que parta de este executivo, pelo que devemos ter todo o respeito quando proferimos no nome da AMA.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que este é um tema que incomoda o PSD de um modo absolutamente claro. O PSD durante 8 anos, ou não foi capaz, e por isso foi incompetente, ou não quis, e por isso errou estrategicamente organizar o Festival de Vilar de Mouros, não há outra maneira de ver este problema. Durante 8 anos em que foram os anos que os festivais cresceram e desenvolveram no País, o



Assembleia Municipal de Caminha

PSD entendeu relegar o festival dos festivais para uma pagina na historia quando tinha todo o futuro pela frente, e foi isto que aconteceu, o PSD não gosta do festival, porque ora é organizado pela Câmara e pela AMA e vai ser um fiasco, ora a Câmara deixa de organizar com a AMA e passa a organizar com festivais e vai ser um desastre, verdadeiramente ou é o PSD a organizar o festival ou nunca o festival vai ser bom. Disse ainda o Senhor Presidente que durante todo o tempo que mediou o início do mandato de este executivo e o festival que vivemos no ano passado, o PSD esforçou-se por dizer mal, prejudicar publicamente a edição do Festival de Vilar de Mouros, e esta é a realidade, existem atas lavradas sobre essa matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que o Festival abre uma pagina para o futuro, e volta a ser alvo dos ataques do PSD, e existe uma razão muito clara, o PSD não gosta do Festival de Vilar de Mouros, não o quis durante 8 anos, e como sabe que não pode impedir que isso aconteça, não quer que corra bem, e isto é não estar a pensar no Concelho nem Vilar de Mouros, isto é, apenas pensar no seu “umbigo” politico na sua totalidade.

Disse ainda o Senhor Presidente que existem afirmações que são extraordinárias, quando criticam um protocolo que prevê uma edição nos próximos 6 anos, porque vai obrigar o próximo executivo, mas, para quem fez um protocolo a um mês das eleições a obrigar todo o executivo a todas as edições torna-se de facto extraordinário do ponto de vista da argumentação politica.

Disse ainda o Senhor Presidente que este festival e esta negociação que foi realizada ao longo de vários meses, parte de várias premissas, acontecendo em primeiro lugar uma avaliação realizada através da Câmara Municipal e da Junta de Vilar de Mouros no sentido de se perceber sobre os resultados do festival de 2014 não terem alcançado aquelas que eram as expectativas da Câmara e da Junta de Freguesia, e também parte do facto da Junta de Freguesia ter percebido que a organização do festival não estava preparada para lidar com uma magnitude de compromissos e de situações profissionais que obrigam a uma experiência, quer na capacidade de angariar fundos, quer na capacidade de projetar musicalmente o festival. Disse ainda o Senhor Presidente que partiu de uma avaliação que está



Assembleia Municipal de Caminha

esplanada artigo a artigo, alínea a alínea nas cartas de resolução do contrato, quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia enviaram para a AMA, pelo que, toda a avaliação realizada antes, durante e depois do festival, tanto o Senhor Presidente como o Presidente da Junta de Freguesia sabe o que aconteceu. Disse ainda o Senhor Presidente que não faz aquilo que o PSD fez com a AMA desde o início do processo, até porque a AMA é uma instituição de grande mérito pelo trabalho que realiza, é uma instituição que trabalha com a Câmara Municipal de Caminha em outros patamares, como na cedência de instalações, quer da Câmara, quer da Junta de Freguesia de Moledo, quer da AMIR. Por fim o Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal de Caminha, em agosto de 2013 usou a AMA para aprovar um protocolo para a realização do Festival de Vilar de Mouros, mas que nunca acreditou, que se viu obrigada a fazê-lo por pressão eleitoral. Posteriormente o PSD, foi atacando a AMA sistematicamente, porque, esta iria realizar o festival, não cuidando do que seria importante para a instituição, para a realização do festival, que pudessem realizar fundos para fazerem face às despesas do primeiro festival, nunca estiveram preocupados sobre essa matéria, pelo contrario atacaram sempre duramente a realização do festival, e agora voltam a usar o nome da AMA para fazer combate político sem sentido nenhum e de uma forma chocante. Disse o Senhor Presidente que o PSD, instigou a AMA, a responder a um ofício que enviou, e a AMA disse de sua justiça e o executivo sabe que muitas coisas não correspondem à verdade dos factos, e a verdade é que o PSD voltou a utilizar a instituição, e pode estar a instigar a uma ação que nunca terá razão de ser, e disse o Senhor Presidente que responsabiliza o PSD por qualquer tipo de ruído que possa existir relativamente ao festival, naquilo que diz respeito aos seus organizadores. Disse ainda o Senhor Presidente que nunca foi contactado pela AMA, ou pelos seus serviços jurídicos desde o último dia que falou com o Presidente da AMA, que foi aquele que acordou verbalmente a resolução amigável do protocolo, disse ainda o Senhor Presidente que desde esse momento nunca mais conseguiu contactar durante meses a AMA para se conseguir dar corpo aquilo que ficou acordado, dado que fez-se aquilo que nos competia, identificar os itens



Assembleia Municipal de Caminha

não cumpridos e avançar para a resolução do contrato, pelo que se deve ser claro com toda esta matéria.

O Senhor Presidente disse que a Câmara Municipal de Caminha fez um investimento avultado para o Festival de Vilar de Mouros, superior a cem mil euros, a Junta de Freguesia também se viu obrigada a fazer um investimento no espaço para que o festival se realizasse, e curiosamente viu-se afastada pela organização nos dias do festival contra a vontade da Câmara, mas agora quando se decidiu realizar o festival tinha-se que arranjar uma solução profissional e por esse motivo foram escolhidos os melhores dos melhores em Portugal, e para isso foi necessário fazer-se um investimento que é inferior aquele que é feito pelas Câmaras Municipais que tem grandes festivais, e é inferior aos 220 mil euros que a Câmara do Porto investe no "PrimaveraSun", é inferior aos 120 mil euros que a Câmara de Oeiras investe no "Nós a Live", é inferior a 100 mil euros que a Câmara de Odemira investe no "Sudoeste", é inferior aos 175 mil euros que a Câmara de Gaia investe nos "Marés Vivas", é inferior aos 70 mil euros que a Câmara de Paredes de Coura investe, com isto não quer dizer que o executivo vai desinvestir, quer sim dizer que se vai investir bem na realização do festival, porque se trabalha com profissionais dentro da área para se obter um grande resultado. Disse para terminar o Senhor Presidente que devemos todos colaborar para que se tenha um bom festival, um festival que qualifique Vilar de Mouros e o Concelho, porque, é para isso que este protocolo aqui está a ser aprovado.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 8 votos contra e 1 abstenções por não terem estado presentes.

Não se encontravam na sala 3 deputados aquando da votação.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra esta proposta porque:

- Conscientemente foi o atual executivo que escolheu a AMA, para parceiro da organização do festival e decidiu assinar um protocolo! Poderia ter escolhido outros parceiros, mas decidiu escolher a AMA! Não foi o PSD foi este executivo!

Votamos contra esta proposta porque:

- O protocolo anterior nem sequer foi denunciado ou revogado desconhecendo esta AM em absoluto as consequências jurídicas e financeiras dessa atuação;

- Votamos contra esta proposta porque:

- Porque é uma proposta eleitoralista, não evidencia com clareza os custos financeiros que com a sua assinatura o Município de Caminha vai ter de assumir;

- Votamos contra esta proposta porque:

- Porque não é uma proposta séria! Se o fosse constaria do Plano Plurianual de Investimentos, como um dos eventos relevantes para o Concelho, o que não acontece. Aliás com a grave situação financeira temos dúvidas que tenha capacidade para cumprir e honrar os compromissos aqui subjacentes;

Mas principalmente e sobretudo votamos contra porque:

- Este Protocolo representa assumir compromissos e encargos financeiros que no mínimo é para os seis anos perfazem o montante de cerca de 420 mil euros.

- Enquanto no anterior protocolo não se contratou qualquer empresa ou empresas, apenas se permitiu que uma associação sem fins lucrativos “usasse” a marca Festival Vilar de Mouros para angariar verbas para a persecução dos seus fins sociais;

- Esta proposta contempla um protocolo que envolve uma prestação de serviços a pagar pelo Município, sem que tenha havido qualquer procedimento de



Assembleia Municipal de Caminha

contratação, o que viola gravemente o código dos contratos públicos e os princípios da transparência e da concorrência, pelo que é ilegal”.

d) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de setembro de dois mil e quinze, relativa à “Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea d) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imoveis, propõe-se a aprovação das seguintes taxas:

- Prédios Rústicos 0,8%;
- Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,34%.

De acordo com a estratégia mencionada, propõe-se ainda:

Que haja redução até 50% da taxa do IMI a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural e outros imóveis reabilitados que detenham certificado de eficiência energética máxima.

Que se aplique a taxa de 0,5% aos prédios urbanos avaliados que se encontrem devolutos ou que configurem risco para pessoas e bens, de acordo com parecer da Proteção Civil Municipal, bem como prédios em incumprimento de obras coercivas.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“Há um ano a esta parte foram aqui lembradas as promessas eleitorais do Partido Socialista na baixa de impostos. Na altura alertamos que para que a diminuição de impostos apenas se tornaria possível se acompanhada pela redução da despesa, fazendo com que a redução de encaixe financeiro do município não



Assembleia Municipal de Caminha

comprometesse a execução orçamental. O executivo camarário não foi contrário a esta análise, no entanto consciente da sua decisão, fez da sua determinação o cumprimento da promessa eleitoral.

Ora volvido um ano é claramente assumido pelo executivo que não foi capaz de travar a tendência de aumento da despesa sem o devido acompanhamento por parte da receita. Como agir no sentido contrário às promessas eleitorais seria perturbador do calendário legislativo que nos leva às urnas a 4 de outubro, a opção do executivo é manter as taxas em vigor, ou seja de 0,8% para prédios rústicos, 0,34% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, não sabendo contudo qual a taxa a aplicar aos restantes prédios.

No capítulo das reduções, também nada de novo face ao ano anterior, sendo de questionar esta decisão, mais até porque o Sr. Presidente da Câmara usa recursivamente nos seus discursos a defesa do apoio às famílias, mas ignora-a na redução em função do número de filhos. Este executivo que se diz vocacionado para as pessoas pretere-as nas possibilidades de redução de IMI dando mais valor aos edifícios, considerando-os mais importantes na avaliação do imposto a pagar. Esta é a forma encontrada pelo PS na liderança da Câmara Municipal de Caminha, que se outorga capaz de ajuizar sobre o impacto que tem em cada família a redução de determinado valor no imposto. De facto, considerando as contas largas do Sr. Presidente, apenas 58 agregados poderiam beneficiar desta discriminação positiva, envolvendo cerca de 22 000€, sendo para si irrelevante este montante. Pois saiba, por exemplo, que este valor, distribuído por essas famílias, é o necessário em manuais escolares em alguns níveis de ensino, por cada filho desses mesmos agregados. Mas para si, Sr. Presidente, este valor é tão ínfimo que não merece sequer ser considerado. É sem dúvida uma questão política. Ou se tem uma visão estratégica para a fixação das populações, vendo oportunidades em todas as medidas, ou mantém-se a deriva na condução dos desígnios do concelho. No entanto, a verdade é que só uma alteração global do respetivo Código do IMI, bem como uma alteração ao regime de finanças locais, com reforço da participação das autarquias nos impostos do Estado, poderá de facto contribuir para uma maior



Assembleia Municipal de Caminha

justiça contributiva, promovendo uma imediata redução deste imposto. Mas infelizmente para Caminha, e para o país, PS e PSD estão demasiado alinhados nesta matéria.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, deu início à sua intervenção e disse o seguinte:

“Sr. Presidente Miguel Alves;

- O Senhor prometeu baixar o IMI porque estava confortado pela receita de IMI que o anterior executivo lhe deixou;

- O ano passado como era às custas da receita das Juntas de Freguesia que pretendia reduzir o IMI até estava na disposição de o baixar, mas como fomos nós oposição que o confrontámos com a ilegalidade de por e dispor de verbas que não lhe pertence, o Senhor teve de recuar!

- 2 pesos e 2 medidas senhor Presidente:

-quando os pareceres lhe são desfavoráveis o senhor diz que pareceres, são pareceres...mesmo sendo de uma tão digna instituição como a ANAFRE;

-quando o parecer da Anafre legitimamente solicitado pelo seu representante nos deu razão, o Senhor, mais uma vez, tentou confundir a opinião pública e até chegou ao deslante de insinuar que o parecer da ANAFRE era do PSD;

- Baixar IMI à custa da receita dos outros é muito fácil e depois não teve o Senhor outra possibilidade senão retroceder na sua política! - De cenário em cenário deteriorou as finanças da Câmara e agora que por força da Lei, teria a possibilidade de beneficiar as famílias do Concelho em função do número do agregado, numa significativa redução de IMI, como é à custa da sua receita, o Senhor que na campanha eleitoral andou a prometer baixar o IMI diz, pasme-se: que quem tem filhos tem possibilidades para isso! Palavras suas na passada reunião de Câmara a que assisti!

Quem tem filhos tem possibilidades para isso?! Sr. Presidente? Então é assim que incentiva à natalidade?! Resumindo:

- O Senhor não baixa o IMI porque não tem condições para reduzir mais a receita!

- O Senhor objetivamente prejudica as famílias numerosas do nosso Concelho!



Assembleia Municipal de Caminha

- O Senhor cortou os incentivos à natalidade e agora que a legislação lho permite não quer ajudar esta famílias reduzindo-lhes o IMI.”

O **Senhor Deputado Pedro Ramalhosa**, saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Camara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e disse que:

“O que me traz aqui hoje, a fazer a minha intervenção nesta alínea da ordem do dia, é a manutenção da taxa de IMI.

Que após dois anos consecutivos tem vindo a baixar, coisa que nos anteriores mandatos não acontecia, mas pelo contrário se manteve na taxa máxima, apesar da nossa perseverança em baixa-la ao longo dos anos.

Ora os nossos caros colegas da bancada PSD pedem explicações agora pela grave situação financeira do município, mas por outro lado pedem ou indicam que o governo deu indicações para baixar parte deste imposto a determinadas famílias.

Ora sendo este imposto exclusivo municipal não o podem fazer diretamente, deixem-se de demagogias de uma vez por todas, é que além desta demagogia implícita, estão a tomar uma posição completamente contraditória às atitudes e palavras aplicadas ao longo destes anos, se não vejamos:

Ainda tenho pintado a fresco, que há um ano nesta mesma assembleia, vinham V.Exas., dizer que era uma injustiça retirar IMI que pertencia às freguesias, ora agora o Governo quer fazer o mesmo mas vocês estão de acordo.

Mais, se baixamos o IMI foram contra, se a mantemos então devíamos baixar, mas entende-se “Estamos em Época Eleitoral”, e como tal dizem o contrário do que fazem, como vem sendo habitual e provado nestas épocas.

Ora por outro lado essa medida aplicada no IMI nem é uma medida social como o governo agora o quer fazer passar, e não é social porquê?

Porque quem fica beneficiado é quem mais património tem, quem tem casas maiores, quem tem apartamentos arrendados, sim porque a maioria destas famílias que realmente necessitam apoio, e a quem querem fazer passar a ideia do



Assembleia Municipal de Caminha

benefício, vivem em casas e apartamentos arrendados, pelo que nem sequer iriam ter benefício algum, mas sim os seus senhorios.

Poupemo-nos então a estas demagogias baratas.

Este executivo tem mais que provado o esforço feito no apoio social, e não considera, e bem, esta medida como sendo social, e se não vejamos:

Foi criado neste mandato de aspeto social:

O aumento de apoio nas pausas letivas, e o apoio no transporte escolar até ao 12.º ano, tal como prometemos que iria ser feito no nosso programa eleitoral, como vêm o que prometemos cumprimos, e vamos continuar a cumprir as restantes medidas sociais às que nos propusemos, sem que nos seja imposto por fins eleitoralistas.

Obrigado.”

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que esta matéria ficou bastante esclarecida com a intervenção do Senhor Deputado Pedro Ramalhosa. Disse ainda que não vai deixar de alinhar alguns pensamentos, e de imediato disse:

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro o Senhor Presidente disse que o alinhamento entre a CDU e PSD foi perfeito, pensa que alguém estará errado nesta matéria, e disse que aquilo que o executivo tem vindo a fazer é um trabalho de responsabilidade, e de afirmação de uma política que possa ajudar as famílias, dizendo o Senhor Presidente que pensa que ninguém duvida que ao longo de estes dois últimos anos, baixou-se o IMI duas vezes, baixou-se a taxa variável do IRS, a baixa que se promoveu nos resíduos sólidos que fez baixar a fatura global da água, porque, é assim que se deve fazer uma política séria. Referiu ainda o Senhor Presidente que o Governo disse agora à boca das eleições, que vai promover uma medida retirando receita aos Municípios, ou seja, fazer política com a receita dos Municípios, aquilo que foi criticado há um ano, que a Câmara Municipal estivesse a mexer em uma receita das Freguesias, recordando que a Câmara acatou e não mexeu nessa receita. Disse ainda o Senhor Presidente que custa um pouco ouvir os campeões do aumento dos impostos, aqueles que durante anos viveram com taxas de IMI, onde eram as



Assembleia Municipal de Caminha

máximas aplicadas no conjunto do Alto Minho, aqueles que dizem recorrentemente nestes debates que baixaram o IMI, mas apenas o fizeram há 10 anos, aqueles que aplicavam a taxa máxima permitida pela Lei na taxa variável do IRS, aqueles que apoiam um Governo que castigou o País, com o aumento do IVA, e da sobretaxa do IRS, é realmente estar aqui a defender esta descida da taxa do IMI é muito pobre do ponto de vista argumentativo.

Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que é um apoio que passa por ajudar as famílias, não deve ser um apoio que passe por todas as famílias sem perceber exatamente como atuar com cada uma delas. Disse o Senhor Presidente que hoje o apoio social deve ser realizado de casa em casa, e para isso temos as políticas sociais, os técnicos sociais, que são aqueles que tem capacidade para avaliar que em determinado momento existe merecimento de um apoio social, porque, é isso que este Município faz e que todos os Municípios fazem, como no transporte escolar, ou nas pausas letivas como aqui foi salientado.

Por fim o Senhor Presidente disse que como de costume já tinha sido chamado de tudo nas intervenções ali proferidas, mas, neste momento não pode deixar que aquando da intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa, que este salienta que disse que quem quer ter filhos tem que ter possibilidades para isso, e isso, não é verdade porque, nunca o disse na vida em lado nenhum, e pensa que já é demais tanta invenção.

Para concluir o Senhor Presidente disse que este executivo retirou o Município de Caminha, em dois anos, do conjunto de Municípios que mais IMI obrigavam as pessoas a pagar, e mais taxa variável de IRS, porque, este executivo está a fazer política dentro das suas responsabilidades, não embarcando nesta política como centenas de Câmaras por todo o País, porque perceberam aquilo que estava em causa com o lançamento de esta proposta a um mês das eleições legislativas, por parte do Governo.

O **Senhor Presidente da Mesa**, antes de passar à votação leu o n.º3 do art.º 33 do Regimento onde diz que "Nenhum membro da assembleia pode ausentar-se da



Assembleia Municipal de Caminha

reunião no período de votação e regressar aos trabalhos no fim do mesmo”, acrescentado o Senhor Presidente da Mesa que, a não ser que se espere que regresse a pessoa que se encontra ausente por algum momento.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que aquilo que o Regimento diz e bem, quando refere que as pessoas não podem regressar depois de se ter feito a votação, mas não nos podemos esquecer que já se fez uma votação e se agora voltarmos a contar o número de pessoas possivelmente será diferente.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que já se ausentaram dois Presidentes de Juntas e não voltaram.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu como exemplo o Senhor Deputado Manuel Amial, que não estava presente e agora já se encontra presente.

O **Senhor Deputado Manuel Amial**, levantou-se e abandonou a sala.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse para o Senhor Deputado não se ausentar, porque apenas era uma questão de forma, e o Senhor Presidente da Mesa é que terá de resolver.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que o Senhor Deputado entrou, mas que se o Senhor Deputado Joaquim Celestino não tivesse falado o Senhor Deputado Manuel Amial não se teria ausentado.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o Senhor Presidente da Mesa, levantou ali uma premissa que não a tinha referido antes, quando disse que a não ser que se espere que as pessoas entrem, pelo que é um pouco injusta esta saída do Senhor Deputado Manuel Amial.



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signatures in blue ink]

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que aquilo que pretendeu com a invocação daquele artigo, é para evitar que as pessoas saiam na altura da votação das propostas

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 10 voto contra e 2 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra porque foi uma opção do Sr. Presidente prometer que reduzia o IMI e não está a cumpri-la;

Votamos contra porque mais uma vez o Senhor joga com os números! Que significado terá o valor de 300 mil euros diluído pelo IMI que paga cada Múncipe?!

Votamos contra porque fruto da Lei no 82-E de 2014, as famílias numerosas poderiam beneficiar de uma redução que poderia ir até mil euros nos agregados com 2 dependentes e a 2 mil euros nos agregados com 3 ou mais dependentes!”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 32 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Acordo de Pagamento Celebrado com as Águas do Norte, Grupo Águas de Portugal

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de setembro de dois mil e quinze,



Assembleia Municipal de Caminha

relativo ao “**Acordo de Pagamento Celebrado com as Águas do Norte, Grupo Águas de Portugal**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, e nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize o acordo de pagamento celebrado com as “Águas do Norte, Grupo Águas de Portugal”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse que a CDU comunga com todos os representantes de bancada e entende que este ponto seja debatido com a profundidade que ele merece, pelo que seria melhor deixa-lo para uma próxima sessão da Assembleia.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu aos Senhores Deputados, e declarou suspensão a Sessão da Assembleia, quando eram 02H30M, da madrugada dia 26 de setembro de 2015, e disse que continuaria no próximo dia 01 de outubro, pelas 21.00horas conforme ficou acordado com todos os representantes de bancada.

..... /

O **Senhor Presidente da Mesa** deu início à continuação da sessão da Assembleia Municipal no dia 25 de setembro, pelas 21.00horas.

Foi comunicado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, da impossibilidade de presença dos Senhores Deputados; Clemente Pires; Manuel



Assembleia Municipal de Caminha

Amial; Antonio Brás, Presidente da Junta de Freguesia de Âncora; Carlos Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e José Luis Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vile, cujas faltas foram justificadas.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma interpelação à mesa, onde felicitou o Senhor Vereador Rui Teixeira pelo “Trail da Serra D’Arga” e de seguida fez uma declaração política:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha

São diversas, as vezes que nesta Assembleia o Senhor Presidente da Câmara profere afirmações de conteúdo falso e difamatório, que atentam contra a honra e o bom nome de vários membros desta Assembleia eleitos pelo PSD.

A bancada do PSD, não pode, não deve e nem vai tolerar mais, tais afirmações e atitudes impróprias para o exercício deste tipo de função e inadmissíveis num Estado Democrático.

Nesse sentido, venho solicitar que nos termos e no cumprimento dos prazos do CPA, nos seja facultada cópia integral da gravação da última Assembleia Municipal realizada no passado dia 25 de Setembro, bem como, cópia certificada dos documentos originais e respetivas fontes, que foram projetados na mesma sessão”

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, deu início a sua intervenção e disse:

Foi o Senhor Presidente que decidiu que recebia o valor da água e o saneamento dos Municípes, mas que não pagava à empresa Águas do Norte!

Foi o Senhor Presidente que teve de fazer um acordo para pagar a verba de 2.649.032,38 correspondente aos meses de março de 2014 a Julho de 2015;

Será que, de março de 2014 a Julho de 2015, o Dr. Miguel Alves não era Presidente da Câmara de Caminha?!

Só teve que fazer o acordo porque não pagou!

Se tivesse pago mensalmente a fatura da água e saneamento não teria de estar aqui a discutir este acordo!



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Aliás esta é uma verdade tão inequívoca que a proposta de acordo que nos é dada para apreciar e votar contempla na sua redação tão só a verba que corresponde à sua dívida, unicamente e só à sua dívida!

Mais nenhuma e de mais ninguém, a sua!

2.649.032,38 € - Correspondente aos meses de março de 2014 a Julho de 2015, mais uma quantia astronómica de juros 300.378,50 €. O que perfaz um montante de quase 3 milhões de euros!

O Senhor Presidente para esconder a gravidade da sua atuação, desviar as atenções e confundir os menos informados, construiu um novo cenário e para não variar arranjou mais uma vez “bodes expiatórios” com informações “encomendadas” que deturpam as verdadeiras, para mais uma vez sacudir responsabilidades atirando as culpas para os outros.

Agora vejamos o que diz o email das Águas do Norte: Cito:

“Segue minuta de acordo onde apenas se inclui a dívida de faturação de serviços desde Março de 2014 a Julho de 2015 e juros de mora emitidos em 2014”

Alguém tem dúvidas sobre a responsabilidade e a gestão do pagamento em dívida?!

Mas porque será que se usa a expressão apenas?!

O Senhor Presidente não quis explicar na dita informação técnica e então procuramos o esclarecimento à fonte, ou seja, à empresa Águas do Norte para que não se duvide sequer da veracidade desta informação:

O valor que resta pagar do 1º acordo é de 497.352,29 €;

A expressão “apenas” é utilizada porque estas verbas já constam do 1º acordo e vão ser objeto de acerto e encontro de contas a liquidar aquando da celebração das parecerias para as baixas estando já previsto no 1.º Acordo.

Convém esclarecer a todos que estes valores não são “dívida” de água! São sim, investimentos, nomeadamente projetos “em baixa” que serão objeto de candidatura e respetiva comparticipação no âmbito da CIM Alto Minho.

Então vejamos:



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- 2 649 032.38€, é a dívida do novo acordo, referente a março de 2014 a julho 2015;

- 497 352.29€, é o valor correspondente ao 1.º Acordo;

- 323 809.56€, é a ser acordado com a CIM (ainda não formalizado);

- 638 751.35€, é o valor a liquidar com a celebração de parceria para as “baixas”;

E por isso esses valores não são considerados no presente acordo.

A verdade do novo acordo é que em 2 anos de gestão do PS a dívida da água e saneamento é de 2 949 410.88€.

A verdade do novo acordo é que:

- O Sr. Presidente decidiu voluntariamente deixar de pagar a água e saneamento à empresa Águas do Norte.

- O Sr. Presidente “não entregou o dinheiro” que os munícipes entregam ao município quando pagam as faturas da água.

- O Sr. Presidente decidiu utilizar esse dinheiro para festas, festinhas, assessorias, marketing e comunicação...

- E agora está sem crédito e sem dinheiro e não tem outra alternativa senão negociar a dívida que criou, prejudicando o município com um valor avultado de juros, nada mais, nada menos, do que 300.000,00€.

A **Senhora Deputada Liliana Gomes**, saudou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e todos os que nos acompanham via internet, e disse o seguinte:

“Exmo. Sr. Presidente,

Inequivocamente a proposta que estamos a debater e que submeteremos à votação diz respeito a um acordo decorrente da falta de pagamento de água e saneamento do período da sua gestão: de Março de 2014 a Julho de 2015!

Infelizmente foi o Senhor que nos colocou nesta situação porque simplesmente decidiu não pagar.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Estivesse ou não a negociar, o Senhor não tinha o direito de deixar de pagar, porque o Senhor recebeu mensalmente esses valores dos munícipes.

Não vale a pena desculpar-se com o passado e com o que tinha para pagar, porque mensalmente essa receita é cobrada aos consumidores de água e esse dinheiro entra nos cofres do Município!

Da mesma forma que:

Quando recebemos os nossos ordenados são feitos os descontos dos impostos e o nosso patrão não pode ficar com esse dinheiro e utilizá-lo para outros fins;

O Senhor Presidente que recebeu e recebe dos consumidores os valores correspondentes à fatura da água mensal, tinha e tem a obrigação e imposição legal de entregar esse dinheiro à empresa que presta o serviço, neste caso à empresa Águas do Norte.

O Senhor não tinha o direito de usar esse dinheiro que recebeu para outros fins!

O Senhor não tinha o direito de receber o dinheiro dos consumidores, criar esta dívida, e sujeitar-nos agora ao pagamento destes encargos!

O Senhor não tinha o direito de omitir esta situação, escondendo de todos nós, esta dívida enorme de 2 milhões e seiscentos mil euros, que com juros se cifra em 2 milhões e novecentos mil euros!

No passado e enquanto elemento desta Assembleia Municipal, assisti muitas vezes à cobrança política da bancada do Partido Socialista de respostas sobre a questão das águas, quando foi o Partido Socialista que deixou ao anterior executivo do PSD, este negócio ruinoso!

Como vê, também herdámos de V. Exas., negócios ruinosos. Mas a faturação que estava, essa sim, a ser negociada, enquanto se discutia o processo de contestação da tarifa em Tribunal, foi objeto de um acordo que poupou ao Município 1 milhão de euros!

Essa faturação nunca foi escondida! Constava das contas, em provisões!

Esse acordo foi aqui aprovado em Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2012.

Onde é que está a ilegalidade?



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

O PAEL, um incentivo importante com que o nosso governo beneficiou tantas Câmaras do Norte a Sul do país e que tantas Câmaras aproveitaram independentemente da cor dos Partidos, foi aqui aprovado em Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2012.

Onde é que está a ilegalidade disso?

O Senhor não nos queira confundir! Foram atos de gestão legítimos, sujeitos a deliberações nos órgãos competentes, que o Senhor já conhecia e sabia existirem! Mas mais importante, quando foram aprovados, a Câmara gerida pelo executivo anterior, tinha de disponibilidades financeiras 2 milhões e meio de euros, não somos nós que dizemos é a sua auditoria na página 13!

E agora quais são as suas disponibilidades?

400 Mil euros?!

O Senhor não nos queira confundir, porque não está aqui a submeter à aprovação um acordo que reduza a dívida que o Senhor criou por efeito de negociação, pelo contrário, está aqui a submeter-nos à aprovação um acordo que aumenta a dívida que o Senhor criou!

O Senhor não nos queira confundir, porque não está aqui a submeter à votação um Plano de pagamento que custa ao Município 15 mil euros por mês como é o caso do PAEL, pelo contrário, está aqui a submeter à votação um acordo que vai custar aos cofres do Município 50 mil euros por mês!

O Senhor não nos queira confundir, porque não estamos a discutir a dívida do passado essa ficou resolvida e paga através do 1º acordo e o do PAEL, ao contrário, o que estamos aqui a discutir é:

- A dívida que o Senhor ainda não pagou;
- A dívida que o Senhor criou desde Março de 2014 até à presente data;
- E sobretudo, a dívida que o Senhor criou mesmo tendo recebido dinheiro dos Municípios!

O Senhor não nos queira confundir, porque o valor que consta do acordo é tão só o da sua dívida, mais nenhuma, a sua!



Assembleia Municipal de Caminha

A única confusão em que o Senhor nos coloca é se: até aqui com os encargos que o anterior executivo já pagava, o Senhor não conseguiu pagar a fatura da água. Agora, com mais 50 mil euros por mês, como é que vai pagar a fatura do mês e mais esta verba?!

Vai continuar a receber dos Municípios e a não pagar?!”

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e disse que ficou confuso com as intervenções ali proferidas, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse e a todos os municípios sobre o seguinte:

- É verdade que o PSD enquanto executivo não pagou faturas de água em 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011;
- O anterior executivo fez ou não acordos como estes e empréstimos para pagar água, Quantos? E em que valor?
- O anterior executivo pagou ou não as faturas?
- Quanto é que se está a pagar de juros referentes aos empréstimos feitos pelo anterior executivo?

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, todos os presentes, comunicação social, e todos os que nos acompanham via internet, e disse que:

“Resulta óbvio da apreciação deste ponto da Ordem de trabalhos que em 2 anos à frente da gestão do Município V. Exas., já acumularam uma dívida de cerca de 3 milhões de euros objeto deste acordo;

É o Senhor presidente que com as constantes desculpas do passado, arrasta para esta discussão da sua dívida, o necessário enquadramento da situação financeira herdada, versus criada!



Assembleia Municipal de Caminha

É o Senhor que confrontado com pedidos de esclarecimento sobre a existência de mais dívidas, nomeadamente à Suma, cerca de 800 mil euros e às piscinas cerca de 500 mil euros, nada responde e argumenta com números e mais números infundados, que visam unicamente dar resposta e alimentar o ego da sua máquina político-partidária e confundir para reinar!

Contra factos não há argumentos, e por muito que tentasse, não conseguiu esconder que lhes deixámos nos cofres do Município 2 milhões e duzentos mil euros!

Até parece que é pouco! Até parece que em plena crise e nos dias de hoje poupar e deixar em bancos nos cofres do Município 2 milhões de euros é coisa pouca....

O Senhor não conseguiu esconder este facto, mas ainda assim tenta confundir os mais incautos e dizer que lhe deixámos este dinheiro, mas que tiveram que pagar salários e abater as cauções. Até parece!

Então e nós? Durante 12 anos não tivemos que pagar os mesmos salários?!

Até parece que precisamente em Setembro de 2013 por ordem do Tribunal Constitucional não tivemos de pagar cerca de 500 mil euros, de subsídios, cujo pagamento não estava previsto no Orçamento nem nos Fundos Disponíveis e que tivemos de acondicionar!

Então e nós? Durante 12 anos não tínhamos que reservar as cauções?! Tanto que reservámos que até lhes deixámos dinheiro em bancos, de valor 3 vezes superior ao valor das cauções!

A verdade é que nós também tínhamos estes mesmos encargos, fizemos obra e ainda lhes deixámos poupança! Dinheiro! Dinheiro em contas a prazo e à ordem no montante de 2 milhões e duzentos mil euros!

Ora, Como na sua linha de pensamento "somos todos paroquianos", o Senhor passa-nos a todos um atestado de incapacidade como se fossemos ou néscios ou impreparados!

Vem sempre e mais uma vez desculpar-se com o passado! Com o passado que lhe deixou 2 milhões e duzentos mil euros no banco!

Veio primeiro desculpar-se com o PAEL!



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Até parece que nós não pagávamos já o PAEL, o acordo das águas e a fatura mensal da água e do saneamento!

Até parece que este não foi um programa de apoio aproveitado pela maioria dos Municípios Portugueses e até parece que não foi aprovado nos competentes órgãos e visado pela Inspeção Geral de Finanças e pelo Tribunal de Contas!

Até parece que não pagávamos já mensalmente à SUMA e à Valorminho a limpeza urbana!

Até parece que não pagávamos já mensalmente o valor das rendas das piscinas!

Até parece que como candidato à Câmara de Caminha, não sabia da existência destes encargos que já pagávamos e que tinha de continuar a pagar! Se não conseguia resolver os problemas para que se candidatou?!

A diferença e a verdade é que com menos receita (porque o atual executivo recebe muito mais verba de IMI e das transferências do Estado), com menos receita como ia dizendo, nós pagámos sempre mensalmente os mesmos encargos. Pagámos dentro do prazo dos 90 dias que a Lei estipula e ainda lhes deixámos no banco 2 milhões e duzentos mil euros!

Mas deixámos também um crédito de 2 milhões de euros sobre a Câmara de La Guardia que o Senhor enfiou na gaveta e não quer cobrar! Como já é seu costume não mostra um único acordo escrito que garanta e defenda os legítimos interesses do Município de Caminha, mas enquanto diz que negocia não cobra!

Mas deixámos também para receber um crédito de 500 mil euros de IVA das piscinas!

São 9 meses de renda! E o que é que o Senhor fez?! Deixou de as pagar! Diz que está a negociar e mais uma vez enquanto negocia deixa de pagar!

Vem agora com outra desculpa! Agora alegadamente teríamos deixado faturas de água e saneamento de 2010 na gaveta!

Que moral tem o Senhor para falar de gavetas, quando traz aqui esta proposta de falta de pagamento, cuja informação foi omitida a todos!

É caso para concluir que o senhor gostou tanto dessa gaveta que engavetou lá, mais dois milhões e seiscentos mil euros?!



Assembleia Municipal de Caminha

Mas alguém acredita que a empresa das Águas do Norte se "esquecia" de faturas de 2010? Olhe se esqueceu as suas de 2014 e 2015? Não esqueceu e ainda lhe cobra juros!

Ao contrário do que afirma, estas faturas de 2010, constam da listagem do PAEL, respeitam ao pagamento da última tranche do PAEL e portanto foram pagas com o dinheiro do empréstimo que recebeu e não com outro.

Finalizo e repito: como na sua linha de pensamento "somos todos paroquianos", o Senhor passa-nos a todos um atestado de incapacidade como se fossemos ou "néscios" ou ignorantes!

Mas não somos Senhor Presidente! Não nos deixamos é enredar na sua teia de discussão de números, que visa distrair-nos do essencial, e o essencial é que em dois anos e só para falar nestas prestações de serviço fixas, o Senhor Presidente acumula já uma dívida de cerca de 4 milhões de euros, diz que está a negociar tudo, mas para negociar deixa de pagar!

Triste sina de quem pensa que engana os outros e só se engana a si próprio!"

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e publico em geral, e disse que não nos deveríamos desviar do que é essencial neste ponto, que é o enquadramento da proposta apresentada. Disse o Senhor Deputado que o enquadramento político é importante, porque, já houve a oportunidade de se assistir de pelo menos a três intervenções por parte dos Senhores Deputados do PSD, de que este executivo não tem o direito de fazer este tipo de acordos, esquecendo-se que o executivo PSD entre 2005 e 2011 contraiu uma dívida para com as Águas do Norte no valor de cerca 5 milhões de euros. Disse ainda o Senhor Deputado que este acordo que se está a debater incide sobre uma formula que o próprio executivo do PSD, da Câmara Municipal de Caminha já utilizou precisamente entre 2005 e 2011, possivelmente em alguns períodos, o mesmo é dizer, que o executivo do PSD, da Câmara Municipal de Caminha, já deixou de



Assembleia Municipal de Caminha

pagar faturas de água à empresa de Águas do Norte, pelo que, não tem que estar com esta indignação, porque esta é a repetição de um acordo que o próprio PSD já utilizou e por um valor muito mais elevado, portanto, e preciso ver que politicamente para o PSD está bem este tipo de acordos, mas, para o PS não estão bem este tipo de acordos. Disse ainda o Senhor Deputado que o modo de proceder do PS e do PSD, são totalmente diferentes, é que o PSD fez este tipo de acordos no âmbito de processos judiciais, o que significa que a empresa de Águas teve que interpor uma ação judicial contra o Município de Caminha, sendo que, neste caso em concreto não foi necessário fazer-se isso, porque o executivo do PS, pessoa séria que é, deve e vai pagar, sem que seja necessário haver ações judiciais, existindo uma justificação para isso, porque está bem explícito no acordo que nos foi apresentado aonde diz "...pois bem, durante o ano de 2014 e 2015, o Município devolveu faturas emitidas pelas Águas do Noroeste que continham, valores que não correspondiam aos registos internos da Câmara Municipal, por um lado,...." Está aqui uma justificação para que não houvesse o pagamento de algumas faturas, e diz ainda que "...deixou de liquidar outras faturas por razões de gestão de tesouraria...", diz o Senhor Deputado que o executivo está a ser sério, quando diz que não paga, porque naquele momento na tesouraria não convinha pagar, e fosse para o que fosse o dinheiro, os Senhores Deputados não podem garantir para o que foi, se foram para festas ou festinhas, os Senhores dizem que foram para festas e festinhas porque lhes convém. Por fim o Senhor Deputado disse que a fórmula é a mesma que os Senhores do executivo PSD utilizou, mas foi por um valor muito inferior àquele que os Senhores utilizaram, sem que fosse necessário recorrer aos tribunais.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez uma interpelação à mesa e disse que como vivemos num estado democrático, lhe parece de mau tom que se façam comentários sobre as intervenções de cada deputado, porque cada um tem o direito de fazer a sua intervenção, e não é legítimo que o Senhor Deputado Manuel



Assembleia Municipal de Caminha

Falcão tenha feito considerações acerca do teor das intervenções que ali foram proferidas.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início á sua intervenção e disse:

“Exmo Sr. Presidente Miguel Alves

O Senhor afirmou em reunião de Câmara de 04-09-2015 que tinha deixado de pagar as contas mensais de água, à Empresa Águas de Norte, desde Janeiro de 2015.

Durante todos estes meses, o Senhor ocultou esta informação dos Srs. Vereadores, dos Srs. Deputados Municipais e de todos os Caminhenses.

E disse mais.

Em reunião de Câmara, o Senhor afirmou que não pagou, porque não tinha dinheiro. Não tinha dinheiro para pagar!

Em vez de cativar este dinheiro, guardá-lo numa conta só para este efeito, o Senhor desbaratou todo este dinheiro sabe-se lá em quê!.

Quer dizer, o dinheiro que todos nós caminhenses pagámos à Câmara Municipal de Caminha referentes à conta da água dos nossos contadores domésticos, o Senhor anda a desbarata-lo em tudo, menos em pagar o que devia pagar às Águas do Norte.

E depois ainda viemos a saber que não era só desde Janeiro de 2015 que o Senhor não pagava a água.

Era desde Março de 2014!

Há 18 meses que o Senhor não paga a água.

Há 18 meses que o Senhor andava a sonegar esta informação aos Caminhenses.

O Senhor mentiu.

Perante este facto, não posso deixar de lhe colocar uma pergunta:

- O Senhor mente, Sr. Presidente?

É uma pergunta que lhe faço.

Agora devia devolver-lhe a sua receita para os meninos mentirosos:

- Colocar pimenta na língua!



Assembleia Municipal de Caminha

Mas não desejo traumatizar mais a sua infância!

Prefiro que os Caminhenses, através do voto livre e democrático, lhe mostrem o caminho a seguir nas próximas eleições autárquicas.

A partir de agora, para além de dizer que o Senhor martela orçamentos, martela documentos de prestação de contas, martela documentos que envia ao Tribunal de Contas, a partir de agora Senhor Presidente, também vou ter que dizer que o Senhor é mentiroso? Para além de ter mentido, quando disse que não pagava, porque estava a negociar com a empresa uma tarifa de água mais barata para os Caminhenses.

Não pagou, porque, conforme afirmou em Reunião de Câmara, não tinha dinheiro. Durante todos estes meses, arranjou uma dívida de 2 milhões e 600 mil Euros, mais 300 mil Euros de juros, que agora não paga porque não cativou o nosso dinheiro.

É bonita a sua gestão.

E agora apresenta-nos um protocolo para pagarmos tudo isto em 5 anos, 50 mil Euros por mês.

Quer dizer.

Daqui a 2 anos o Senhor perde as eleições, e quem vier a seguir que pague, que pague a conta que nos deixou.

Senhor Presidente Miguel Alves.

Depois disto, e depois de vermos a sua gestão neste últimos 2 anos, não nos parece que o Senhor tenha e mantenha o mínimo de credibilidade para se manter no lugar de Presidente da Câmara Municipal de Caminha.

Está chegada a hora de pedirmos a sua demissão.

Demita-se Sr. Presidente.

O Senhor tornou-se no pior Presidente que Caminha alguma vez teve, depois do 25 de Abril.

O Senhor fechou o orçamento de 2014 com um prejuízo de 1.7 milhões de euros, sem nenhuma explicação aos munícipes, aos Senhores Vereadores e Caminhenses.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Disse o Senhor Deputado que estes dois anos de gestão Socialista em Caminha, tem uma dívida de as Águas de 2.9 milhões de euros, à SUMA de 1 milhão de euros, às piscinas de 463,602 mil euros, faturas por pagar no valor de 5 055 247,00 milhões de euros, conforme informação financeira e 2 sobre os 2 milhões de euros em faturas na gaveta o que perfaz na totalidade de dívida de 11 518 849 milhões, em resultado temos uma bancarrota da Câmara Municipal de Caminha, consequências, vencimentos em perigo, tratamento, vamos ter que chamar a Troika, e qual, chamar o fundo de apoio municipal, para quê, para reequilibrar financeiramente a Câmara.

Senhor Presidente Miguel Alves;

Lema da campanha Socialista: Mais e melhor;

Isto Significa: que o Senhor Presidente foi o melhor Presidente que mais depressa arruinou a Câmara de Caminha, porque dois anos e meio de governação Socialista temos uma dívida de 11 518 849 milhões de euros”.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, solicitou um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Rui Taxa, se nas declarações aqui prestadas, fez uma moção de censura a este executivo, e se o fez, solicita o Senhor Deputado Rui Lages que a submeta a esta Assembleia, que não haja nenhuma cobardia política, porque, só assim se poderá liberar se existe ou não legitimidade para este executivo continuar.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, saudou todos os presentes e perguntou ao Senhor Presidente da Mesa se vai deixar continuar permitir que se use linguagem que não dignifica em nada todos os eleitos desta Assembleia Municipal, uma vez que, não se revê nas acusações pessoais e até no insulto pessoal que aqui se fez, logo, perguntou se o Senhor Presidente vai permitir que se use todo o tipo de linguagem neste órgão.

O **Senhor Deputado Presidente da Mesa**, disse que aceita a interpelação do Senhor Deputado Joaquim Celestino, uma vez que tem sido bastante benevolente,



Assembleia Municipal de Caminha

e de imediato, solicitou aos Senhores Deputados para terem mais cuidado com o tipo de linguagem que ali utilizam.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, fez uma interpelação à mesa, e disse que vai repetir aquilo que disse no início desta sessão, e refere que a Assembleia Municipal é o expoente máximo da democracia, e como referiu, um dos princípios que emanam da democracia é o respeito pelos outros, e disse ao Senhor Presidente da Mesa que a forma como os Deputados do PSD fazem as suas intervenções, não se circunscrevendo aquilo que é o ponto da ordem de trabalhos que se está a discutir, e reiteradamente com o mesmo discurso, apelado de miserabilista, relativamente as contas da Câmara, sucessivamente repetido em todos os pontos da ordem de trabalhos, pelo que, excede, extrapola aquilo que é cada um dos pontos da ordem de trabalhos que está em discussão, assim, exorto o Senhor Presidente da Mesa para que este tipo de extrapolações não voltem a acontecer, porque utilizar todos os pontos da ordem de trabalhos para fazer passar esta mensagem sobre as contas da Câmara, que nada tem a ver com o ponto em discussão, na perspetiva do Senhor Deputado Manuel Falcão é violar as regras da democracia, o respeito pelos outros, de forma que, a Assembleia Municipal decorra de uma forma não incidental, com o debate e discussão política, sem este tipo de incidentes.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção e disse:

“O presente acordo de pagamento apresentado a esta Assembleia desperta na CDU preocupações e leituras políticas que espelham bem a gestão camarária em Caminha, comprometendo PS e PSD, as únicas forças políticas na Câmara Municipal há 40 anos. Se não vejamos:

- apesar do recurso ao PAEL em 2013, ainda há uma dívida desse tempo à agora Águas do Norte, SA, no valor de 1 570 852 €, responsabilidade direta do PSD, estando também o PS na Câmara, em oposição;



Assembleia Municipal de Caminha

- em dois anos incompletos o PS conseguiu criar uma dívida no valor de 2 649 032,38€ à Águas do Norte, SA, responsabilidade direta do PS, estando também o PSD na Câmara, em oposição.

Não fosse a gravidade da situação e o “gato fedorento” faria deste cenário a sátira de uma corrida à dívida entre estes dois partidos, aqui em Caminha. Mas a verdade é que é o município que se vê a braços com esta questão, e se em 2012 a dívida era de 3,2 M€, ao receber-se 2,2 M€ ao abrigo do PAEL, como pode restar ainda um valor de 1,5 M€ de dívida desse tempo? A utilização desse montante implicaria a redução da dívida para os 1,2 M€ e não os quase 1,6 M€. Resultado, PSD não pagou o que devia, e o PS segue-lhe o exemplo.

Agora procura fazer-se um acordo para pagamento da dívida destes dois anos, 2014 e 2015, que ainda não acabou, sendo que terá que pagar-se igualmente a faturação normal da água e saneamento e ainda os montantes em dívida, anteriores a 2014.

Com o presente acordo transforma-se uma dívida de 2,6 M€ em 2,9 M€, obrigando a um pagamento adicional de mais de 300 000 €. Se houvesse razão da Câmara relativamente à faturação da Águas do Norte, SA, o valor em dívida seria menor; não havendo razão para a Câmara ter suspenso os pagamentos das faturas, como se prova pelo acordo que integra as faturas tal como passadas à data, esta decisão do executivo acarretou um custo de 300 000 € aos cofres municipais. Tal como o PSD no passado, o PS castiga os munícipes com as decisões avulsas de não pagar. A diferença é que o PSD usou o argumento da discriminação negativa nas tarifas entre municípios e recorreu aos tribunais, para depois fazer acordo com a empresa, e o PS optou por discordar da fatura aplicada à Câmara, para depois fazer também acordo com a empresa. Quantos munícipes discordam também da fatura da água que a Câmara lhes apresenta mas não deixam de a pagar, indiferentes ao exemplo que o PS e o PSD lhes têm dado!

A verdade é que nesta matéria os dois tem culpa no cartório, porque ao contrário da CDU apoiaram a criação do monopólio da água, para no futuro deixar o domínio público e ficar à mercê do interesse privado. É que por mais que vos custe, esta é



Assembleia Municipal de Caminha

uma questão de bases políticas, de princípios ideológicos inabaláveis, de uma defesa determinada da disponibilidade pública da água. Quando se vacila nesta matéria, como é o caso do PS, ou se tem outra perspetiva, como o PSD, a dependência dos monopólios torna-se efetiva, como é o caso.

Mas voltando ao acordo, parece-nos que uma visão isolada do mesmo não trará a melhor solução. Com uma média de 15 000€, fatura a Câmara entrou em incumprimento com a Águas do Norte, SA e agora estabelece um plano de pagamentos que importa em cerca de 50 000€ mensais até outubro de 2020, ao qual acresce mensalmente a faturação normal e o pagamento de mais cerca de 1,6 M€. Parece-nos que necessariamente entrará a Câmara em novo incumprimento, mais até porque o atraso em dois meses determinará o fim deste acordo.

Perante este quadro, parece-nos que este acordo não serve as necessidades do município, mas igualmente se torna urgente perceber a dimensão do problema, e este deve ser apresentado nesta assembleia pelo Sr. Presidente da Câmara.

No texto de apresentação desta proposta dois pontos merecem ainda atenção. Um, que os registos internos da Câmara falham, por isso eram diferentes dos da empresa, que se reconhecem verdadeiros pela inclusão dos mesmos no acordo; outro, que assume claramente a dificuldade de tesouraria da Câmara Municipal de Caminha, que sem recursos, não paga”.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou todos os presentes e disse que este acordo é muito claro e explícito, e não é nada de mais que o executivo do PSD não o tenha utilizado, pelo que toda a argumentação utilizada não vale de nada, e mesmo não têm qualquer tipo de moral para o fazer. Disse ainda o Senhor Deputado que a bancada do PSD durante estes dois anos em nada vieram acrescentar a esta assembleia, uma vez que, não têm apresentado qualquer tipo de ideia. Por fim, perguntou o Senhor Deputado que quando o anterior executivo não pagou a água, o que fez com esse dinheiro?



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e público em geral, e disse vai abordar duas questões, sendo uma delas a questão de forma e uma outra aquilo que é o problema da água. Disse o Senhor Vereador relativamente à forma que, se está a dar um triste espetáculo quanto a democracia no Concelho, e que se devem expressar com educação e elevação.

Relativamente ao conteúdo do acordo disse o Senhor Vereador que umas vezes não queremos discutir o passado, outras vezes discutimos o passado e anda-se a “puxar a brasa à sua sardinha” conforme aquilo que mais convém. Disse o Senhor Vereador que se deve esclarecer o problema da água na sua verdadeira dimensão, porque, todos sabem que este é o problema central do século XXI, uma vez que os excessos do século XX pagam-se no século XXI, como dizia um famoso economista a propósito do Carnaval no Brasil, que os excessos do Carnaval pagam-se na “quarta-feira de cinzas”. Disse o Senhor Vereador que no século XX, caminhamos paulatinamente no sentido de uma fortíssima concentração urbana, que apesar de trazer vários problemas também trouxe o da água, recordando que toda aquela água que passa pelas nossas casas, apenas consumimos 1% e posteriormente passando ou não pelas redes de saneamento vai terminar em massas de superfície como nos rios, lagos e etc. Disse ainda o Senhor Vereador que este fenómeno de concentração urbana gerou a necessidade de se filtrar a porcaria que cada um nós produz, e a Europa andou décadas à procura de uma solução para este problema, arranjando a solução na diretiva “Quadro de Água” aprovada em 2000, onde foi transportado para o direito Português em 2005, e desde aí, começa a produzir os seus efeitos, onde são exigidos parâmetros de quadro de água cada vez mais exigentes, e como disse o Deputado Joaquim Celestino, isto vai gerar um apetite de monopólios para entrar neste negocio, logo, aquilo que nós temos são as Águas do Norte que gere 60% do capital das Águas de Portugal e tem 40% dos Municípios. As Águas de Portugal são 81% da Parpública e 19% da par caixa, e é esta a grande preocupação da qualidade



Assembleia Municipal de Caminha

porque é isto que justifica toda esta concentração, mas apenas nas zonas baixas porque para as zonas altas as Águas do Noroeste não estão interessadas em fazer investimentos para levar a água tratada, como é o caso de Orbacém, Gondar, Argas, Dem e na parte alta de Riba de Âncora, porque não é rentável, disse ainda o Senhor Vereador que se trata de um negócio monumental, referindo que até já foi abordado para estes fazerem a distribuição em baixa, uma vez que só o fazem em alta, e isto significa que se estes fizerem a distribuição em baixa os municípios vão ter que pagar a água ao preço que o Município paga, dado que as tarifas que hoje estão em vigor são substancialmente abaixo daquilo que o Município paga. Disse por fim o Senhor Vereador que se determinado modelo de sociedade ganha as eleições, que não tenham a menor dúvida que águas vão ser privatizadas, e isso, vai implicar um aumento de 50% na fatura da água.

O Senhor Presidente da Câmara, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, e publico em geral, e disse que depois de todo o enquadramento dado pelo Senhor Vereador, que irá dar nota explicativa sobre aquilo que preside a este acordo, e disse que vai passar uns números para que sejam mais claros sobre a compreensão de toda esta matéria, e sobre aquilo que presidiu a opção deste executivo, sendo ela, uma opção válida. E disse o Senhor Presidente que parte do problema de não poderem pagar a água resulta do anterior executivo não ter pago faturas de águas de 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Disse ainda o Senhor Presidente que não pagaram muitas faturas de águas e em 2011 não pagaram uma única fatura de água, e por causa dessa irresponsabilidade, daquilo que colocou aos ombros de quem gere os destinos Município, naturalmente, o executivo viu-se obrigado a fazer acordos e a contrair empréstimos. Disse ainda que o executivo anterior em dezembro em 2006, e porque, a Câmara estava endividada, e não pagou as faturas de 2005 e 2006, foi criada uma cessão de créditos entre as Águas do Minho e Lima e a Caixa Geral de Depósitos que criou uma dívida de 2.537.021€, esta dívida foi consubstanciada num acordo de



Assembleia Municipal de Caminha

pagamento que a Câmara está a liquidar junto da Caixa Geral de Depósitos e que irá continuar a pagar. Disse ainda o Senhor Presidente que em finais de 2012, com dívidas acumuladas pelo não pagamento de faturas de 2007, 2008, 2009 e 2011, a Câmara fez um segundo acordo com as Águas do Noroeste que criou uma dívida de 1.831.136€ que se juntou à dívida anterior; em 2009, para poder pagar mais dívidas de água, a Câmara aderiu ao PREDE, que na altura era um programa especial para pagamento de dívidas em atraso a fornecedores, e contraiu nova dívida para pagamento de água no valor de 1.035.503€, que se juntou à dívida anterior; em 2013, a Câmara aderiu ao PAEL para poder pagar as dívidas em atraso à data, entre as quais dívida de faturação de água não paga de 2009, 2010 e 2011 no valor de 2.281.968€, que mais uma vez se juntou às dívidas anteriores, no total o executivo anterior deixou uma herança de 7.685.628€.

Disse o Senhor Presidente que aquilo que este executivo fez, depois perceber que durante anos os munícipes pagaram as águas e a Câmara não pagou a quem devia, e este executivo tem vindo a cumprir com as suas obrigações, e por causa do acordo da Caixa Geral de Depósitos, este executivo já pagou 610.764,36€; por causa do acordo com as Águas do Noroeste, este executivo já pagou 402.891,96€; por causa do PREDE, este executivo já pagou 435.932€; e por causa do PAEL, este executivo já pagou 304.309€ e disse o Senhor Presidente que este executivo é que liquidou PAEL, portanto, por causa da dívida que o PSD deixou, pagou este executivo em menos de 2 anos 1.753.898,30€, e aqui entra a pergunta sacramental que o PSD tanto gosta de fazer, o que é que este executivo faz com o dinheiro dos contribuintes? E a resposta é simples, disse o Senhor Presidente que com o dinheiro que os contribuintes pagaram em cada fatura, o executivo teve que pagar o calote que o PSD deixou. Disse ainda o Senhor Presidente que em 2014, a Câmara Municipal recebeu dos munícipes 1.766.364,66€, assim, por conta da dívida deixada pelo PSD, a Câmara pagou sensivelmente a mesma quantia 1.753.898,30€, pelo que agora todos percebemos e até o PSD percebe para onde foi o dinheiro pago pelos munícipes para pagar as faturas da água; para pagar a



Assembleia Municipal de Caminha

dívida que deixaram em 2014 recebemos 1.766.364,66€ de receita e pagamos em acordos e dívida do PSD 1.753.898€, cristalino, como a água.

Disse o Senhor Presidente que para além 1.753.898€ que este executivo teve que pagar por causa da dívida do PSD, este executivo pagou 1.837.293€ por conta de faturação normal e corrente, bastante dela deixada pelo PSD, porque quando chegaram à Câmara tiveram que pagar muitas faturas de 2013 como ficou comprovado na última sessão, e vejam lá o tal executivo que o martelador gere e coordena, pagou em menos de 2 anos 3.591.191,40€ de água, e sendo este o problema, ainda falta muito para terminar o calvário que o calote do PSD deixou a todos os munícipes, é que ainda falta pagar de essa dívida antiga a quantia 439.324€, e isto quer dizer, que o PSD não pagou água durante anos, que o PSD usou o dinheiro que recebia dos munícipes que tem a conta a pagar na Câmara, e a verdade é que são os munícipes que ainda vão ter que pagar, 66% da dívida que deixaram para o executivo que agora está em funções.

Disse ainda o Senhor Presidente que fica então a segunda e lógica pergunta que foi colocada pelo Senhor Deputado, que se a Câmara tem as dificuldades que todos agora concordam ter, e como agora estamos em sintonia, uma sintonia não positiva, que a Câmara tem graves problemas de tesouraria, uma dívida acentuada e muitos problemas para gerir, e certamente não será pelas festinhas tão criticadas por uns, e perguntaram que se temos tanta dificuldade em pagar a dívida mais a faturação normal, como é que agora se vai conseguir pagar, em cima disto tudo, a prestação resultante deste acordo, a resposta é, poupando. Disse ainda o Senhor Presidente que com o novo acordo, a Câmara terá a responsabilidade de pagar por ano uma prestação de cerca de 590 mil euros, uma prestação mensal de 49.156,85€, e poupamos com um trabalho sério em todas as áreas de atuação, como se tem vindo a fazer, mas sobretudo através de duas medidas muito claras, em primeiro lugar, através do novo contrato para recolha do lixo que permitirá uma poupança anual de 500 mil euros; em segundo lugar através da liquidação total do acordo das Águas do Noroeste o que permitirá poupar 220 mil euros relativamente até finais de 2015, logo, é deste montante que pensamos concentrar o esforço total



Assembleia Municipal de Caminha

para se conseguir pagar o que o PSD deixou, e a faturação normal e o montante que agora estamos a assumir. Disse ainda o Senhor Presidente que não devem ser criticados quando falam do passado, quando o passado se apresenta de forma tão clara no presente e sobretudo no nosso futuro. Disse ainda o Senhor Presidente que diz o PSD, que também herdou um negócio ruinoso de há 14 anos, pensa que para quem se desculpa com aquilo que herdou há 14 anos, ainda tem alguma margem daquilo que cabe hoje sobre as costas dos munícipes. E disse o Senhor Presidente que a receita foi diferente ao longo dos anos, e que a receita que hoje diz respeito aos impostos das pessoas, e não foi por aumentos de impostos desta Câmara, mas sim pelo aumento de impostos do governo central PSD/CDS-PP, sobre as pessoas, e de facto, existe uma cobrança de receita maior, e o anterior executivo tinha um truque que este executivo não usa, pedindo empréstimos a eito, para satisfazer os seus problemas de liquidez, e com eles consegui pagar as dívidas imediatas a fornecedores, mas deixou uma herança tremenda nas costas do Município.

Por fim o Senhor Presidente disse relativamente a quem esconde informação que, este executivo não esconde nenhuma informação, este executivo é claro, apresenta todos os documentos que são claros, puros e públicos e mesmo aqueles que não são públicos porque são de trabalho o PSD conhece-os muito bem, e sobre esta matéria o Senhor Presidente disse que não mentiu, nem escondeu nada de ninguém, tudo está nos números e nas contas, e isso sim, corresponde a uma inversão total daquilo que havia no passado, chamando a atenção para o debate que aconteceu entre os Senhores Vereadores do PS e a Senhora Presidente da Câmara, Dr.^a Júlia Paula em uma reunião de Câmara de 12 de janeiro de 2009, a propósito de uma discursão sobre o PREDE, onde os Senhores Vereadores do PS, perguntaram, se vamos pedir um empréstimo de milhões, gostaríamos de saber quais os fornecedores que vamos pagar, de seguida o “Senhor Vereador Amílcar Lousa solicitou uma listagem dos credores a quem será efetuado o pagamento”, em resposta a “Senhora Presidente disse que todos os fornecedores e prestadores de serviços, incluindo as Águas do Minho e Lima, serão ressarcidos e que a



Assembleia Municipal de Caminha

disponibilização da listagem não seria uma atitude correta na relação comercial”, de seguida os Senhores Vereadores pedem para suspender por uns minutos a reunião para poderem analisar a proposta e após a pausa os Senhores Vereadores do PS dizem “que mantem a postura inicial visto não saberem para quem é dirigido este montante, e solicitam à Senhora Presidente uma listagem das entidades beneficiadas e respetivos montantes em dívida”, e a resposta da “Senhora Presidente, que estes montantes estão registados na contabilidade do Município e informados, de três em três meses, à Assembleia Municipal” e que “Poderá solicitar um parecer jurídico para ver se é possível o fornecimento dessa listagem mas, entende, que isso não mudará em nada a essência desta proposta”, ora, como os Senhores Vereadores do PS tinham uma fixação por saber a quem é que iriam pagar, com os milhões que vão pedir, e voltaram a dizer que tinham o direito de saber, quem eram os fornecedores que iriam pagar e a resposta que a Senhora Presidente dá é “que entende não ter o direito de estar a expor na praça pública os nomes dos fornecedores e questões que dizem respeito à vida de terceiros”, de seguida foi a votação e ninguém ficou a perceber exatamente quem eram os fornecedores beneficiados, referindo o Senhor Presidente, viva a transparência nestas matérias.

Finalmente o Senhor Presidente fez questão em voltar a apresentar um documento que na última sessão não consegui exibir com clareza, voltando à historia dos 2 milhões que o executivo anterior deixou, e como o Senhor Presidente ainda não conseguiu ter sido muito claro, disse que iria novamente explicar essa matéria e disse então o Senhor Presidente que quando chegaram à Câmara Municipal existiam nas contas um pouco mais de 2 milhões de euros, sendo 700 mil euros desse valor, tratar-se de dinheiro que não se pode mexer, porque são cauções, do valor que sobrava pagaram os salários de outubro, e de seguida pagaram-se águas de 2010, como se pode verificar na ordem de pagamento, emitida pelos serviços de contabilidade, onde as datas das faturas a liquidar são muito claras, sendo que, correspondem a julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro de 2010 e uma de janeiro de 2011, as quais são liquidadas a 22 de outubro de 2013, no valor



Assembleia Municipal de Caminha

de 684 590.59€, após dois dias de este executivo ter tomado posse, e como se pode verificar o executivo ficou praticamente sem os dois milhões, e mesmo assim, com todas estas despesas, e que o ano de 2013 terminava com uma dívida de curto prazo de 4 milhões de euros, que representava que ainda havia fornecedores à espera que lhes pagassem.

Para terminar o Senhor Presidente disse que gostava de saber, o porquê de estarem 2 milhões de euros a render no BPN, numa conta a prazo incluindo as cauções, quando existia uma dívida de curto prazo de 4 milhões.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, fez uma interpelação à mesa, e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que explicasse melhor a questão da poupança que vai levar à existência de liquidez para cumprimento do presente protocolo, disse ainda o Senhor Deputado que sempre que o executivo apresentar propostas como esta, que apresentasse os documentos todos, inclusive a forma como pretende pagar o presente protocolo.

O Senhor Presidente da Câmara, disse que esta é a questão fundamental neste assunto, uma vez que é preciso perceber se este executivo na gestão que tem no seu orçamento, se tem capacidade para mais um encargo com este acordo. E disse o Senhor Presidente que em determinadas circunstancias se poderá apresentar mais documentos para se perceber melhor aquilo que se está a propor, e disse que a expectativa do executivo será de se poder poupar na questão do concurso que já está finalizado para a recolha de resíduos sólidos, aonde se vai recuperar cerca de 500 mil euros em relação ao que se pagava, além de isso existe uma bolsa de segurança, que se trata do acordo que foi realizado com as Águas do Noroeste ao terminar-se de pagar em maio 2015, a prestação de capital, pagando os juros até final do ano, mas aquilo que se poupa na prestação de capital são cerca de 200 mil euros, é desta gestão e com a gestão do próximo orçamento, que se vai pagar esta dívida, porque é essa a vontade do executivo, uma vez que estes são montantes reais que o executivo vai possuir.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 8 votos contra e 3 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra, porque o Município acumulou uma dívida de cerca de 3 milhões de Euros à Empresa Águas do Norte, mais cerca de um milhão de Euros à Suma e cerca de 500 mil às Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, e só tem cerca de 800 mil Euros em depósitos bancários.

Voto contra porque : O município de Caminha terá de pagar:

1.º Uma prestação deste novo acordo, na ordem de 49 mil euros mensal mais uma fatura mensal de cerca de 100 mil euros mês;

3.º A fatura mensal da recolha do lixo de cerca de 80 mil euros, mais o valor da dívida que acumulou à Suma na ordem de um milhão de euros;

4.º A fatura mensal da renda das piscinas, que é de cerca de 60 mil euros, mais a dívida que acumulou de cerca de 500 mil euros

Voto contra porque a Câmara mentiu sobre os prazos médios de pagamento para demonstrar uma saúde financeira que não tem”.

A **Senhora Deputada Lilita Gonçalves**, fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra porque, V.Exa., decidiu voluntariamente deixa de pagar a água e saneamento à empresa Águas do Norte.

Voto contra porque, não entregou o dinheiro que os munícipes entregam ao município quando pagam as suas faturas da água.

Voto contra porque, em 2 anos constituiu uma dívida de cerca de 3 milhões de Euros;



Assembleia Municipal de Caminha

Voto contra porque, vai onerar o Município com um valor de juros de, cerca de 300 mil Euros”.

A **Senhora Deputada Liliana Gomes**, fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra porque:

- O que irá ser aprovado, implicará uma prestação mensal de aproximadamente 50 mil euros, durante 5 anos;

Voto contra porque:

- A Câmara omitiu das informações municipais estas dificuldades de tesouraria, e ao não pagar libertava fundos disponíveis que não os havia;

Voto contra porque:

- Mesmo sabendo que a receita estava a ser inferior à despesa continuaram a defender a redução das receitas da água, do IMI e do IRS.

Voto contra porque:

- Com esta dívida passamos, segundo dados da DGAL, de 85 dias herdados no 3.º trimestre de 2013, para 98 dias no 4.º Trimestre de 2013 e terminam o 4.º trimestre de 2014 já com um Prazo Medio Pagamento de 293 dias”.

A **Senhora Deputada Júlia Paula**, fez a seguinte declaração de voto:

“Voto contra esta proposta porque:

- Ao decidir não pagar à empresa Águas do Norte, acumulou as faturas mensais de água e saneamento de Março de 2014 até à presente data que acumulando uma dívida brutal de juros a expensas do Município, se cifrará no final do pagamento no montante total de 3milhões de euros;

Voto contra esta proposta porque:

- Recebeu o dinheiro dos Munícipes e em vez de honrar os compromissos e pagar o essencial, e legalmente exigível, conscientemente gastou e canalizou esse dinheiro para outros fins acessórios como concertos, espectáculos, rally, etc.;

Voto contra esta proposta porque:



Assembleia Municipal de Caminha

- Mais grave! Sabendo que não pagava, fez show-off com propostas de redução de receitas- qual mágico financeiro- fazendo acreditar que com menos receita suportava os encargos fixos, quando afinal não pagava!

Voto contra esta proposta porque:

- Mais grave! Fez acreditar os deputados municipais e Presidentes de Junta que votaram as suas propostas de redução, desconhecendo esta dívida monstruosa!

Voto contra esta proposta porque:

- Mais grave! Omitiu e ocultou de todos nós e dos Munícipes esta dívida de cerca de 3 milhões de euros, que com a dívida da Suma de cerca de 1 milhão de euros e das piscinas de 400 mil, se cifra só nestas três rubricas em 4 milhões e 400 mil euros!"

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez a seguinte declaração de voto e disse que vota favoravelmente esta proposta porque finalmente foram descobertos os valores reais de dívidas de água neste Concelho, e porque, alguém tentar pagar aquilo que foi acumulado ao longo de vários anos, e hoje tenta ser um bom pagador.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de setembro de dois mil e quinze, relativa à **“Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia



Assembleia Municipal de Caminha

externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as alterações ao “Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM) ”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que ao se ler a alínea f) “Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)”, perguntou se não seria melhor colocar uma outra redação como “Alteração dos artigos 10.º e 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Caminha (PDM)”.

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se concorda com a alteração proposta pelo Senhor Deputado Rui Taxa.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que concorda, uma vez que esta não estaria incorreta, mas da forma como o Senhor Deputado propôs está mais correta.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 8 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de agosto de dois mil e quinze, relativa ao “Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, propõe-se que este órgão deliberativo aprove o "Regulamento do Orçamento Participativo de Caminha".

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse:

"De facto, reconhecemos, tem o atual presidente da Câmara de Caminha uma obstinada forma de defender pequenas particularidades do seu projeto para o concelho, mas, genericamente, apenas aquelas com menor valor acrescentado ao quotidiano da vida das pessoas. Assim foi com o provedor do município, assim é com o orçamento participativo. Neste último com a incongruência numérica das grandezas expressivas ou não. Para o IMI, 20000 € a afetarem 58 famílias era de menor importância, para o orçamento participativo, menos de 1 % do valor do orçamento municipal é já uma bandeira democrática. E que dizer de obras de valor inferior a 60 000 €? Mudarão substancialmente o quê na verdadeira planificação estratégica para o município e na elaboração do orçamento para 2016?

O Sr. Presidente sabe, como todos, que o orçamento participativo não é solução para nenhum dos problemas de Caminha, nem do país. Não é verdadeiramente o caminho para a realização de um trabalho sério e efetivo de um Orçamento Municipal participado pela população e pelas organizações locais; antes pelo contrário, pode até camuflar a participação democrática dos cidadãos, já que as suas propostas são de tão pouca expressão no orçamento global. Importa sim criar melhores mecanismos de intervenção democrática das populações através das freguesias e organizações associativas, dos movimentos políticos e dos diferentes setores, construindo com eles a estratégia há tanto desejada mas que infelizmente tarda em ser assumida. O impacto que o orçamento participativo tem ficou bem exposto na consulta pública, mas não se entenda das nossas palavras qualquer tipo de alheamento das populações. Antes pelo contrário, o que defendemos é que a participação das pessoas seja impactante na vida coletiva e não apenas um mero



Assembleia Municipal de Caminha

adorno que alivia a consciência socialista deste PS. Só um sistema político diferente, como se verifica na América Latina, faz deste instrumento uma força viva na gestão das vontades populares, mas não aqui, não com os valores em causa, não com as limitações a que se obriga, não porque desta forma serve apenas para simular a participação popular.

Existem outras formas de envolver as populações no orçamento municipal, que sem ser participativo se torna mais participado, sem regulamento, mas com as pessoas. Saiba este executivo perceber as vontades populares, ouvir os munícipes e dotar-se de saber político para construir, nas obrigações técnicas, um bom orçamento, e aí contará sempre com a CDU.

Até lá, tal como tivemos oportunidade de afirmar há cerca de um ano, não contem connosco para colocar os eleitores a assumir as responsabilidades que lhe competem a si. Não contem connosco para usar essa arma participativa sem expressão orçamental. Não contem connosco para afirmar que não fez o que queria porque respeitou a vontade popular!

Porque nos declaramos contra a camuflagem transvestida de democracia, não seremos favoráveis a um instrumento que em nosso entender concorre para esse fim, votando contra este regulamento, em consonância com as tomadas de posição anteriores, em particular na Assembleia Municipal de 04 de junho de 2015 e na Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2014”.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que discorda com o que o Senhor Deputado disse sobre esta matéria, uma vez que a CDU já tinha afirmado a sua posição quando foi inicialmente debatida esta questão. Disse ainda o Senhor Presidente que quando foi assumida esta proposta não consideraram esta matéria uma questão de somenos, está integrada numa visão diferente que este executivo tem na maneira em como se pode trabalhar com as pessoas, como aquelas que se tem vindo a cumprir com as reuniões descentralizadas, do Provedor do Município, e brevemente serão apresentados os projetos em relação à requalificação do mercado de Caminha, onde se vai fazer todo esse processo de uma forma



Assembleia Municipal de Caminha

participada. Disse ainda o Senhor Presidente que o Orçamento Participativo não exclui nada daquilo que o Senhor Deputado aqui avançou, mas que o executivo acha que incrementa, porque coloca do lado das pessoas a possibilidade de decidir sobre uma parte do orçamento, naquele que diz respeito ao orçamento de investimento, sendo que a receita que é angariado em cada ano em sede de taxa variável de IRS, é aquilo que no ano seguinte em referência será aplicado. Disse ainda, o Senhor Presidente, que 180 mil euros, será muito ou pouco, disse que os Senhores Presidentes de Junta valorizaram esse valor, e certamente que após este ano de experiencia se poderá avançar para um valor mais elevado, mas não deixou de alertar que como foi colocado este valor do lado da receita, ao defender que se aumente o montante do orçamento participativo, está-se quase a defender que se aumente os impostos, e não é isso que se pretende, apesar de se poder dar o caso de haver uma manifestação da população, se tudo correr bem, para se seja disponibilizado um montante maior. Disse ainda o Senhor Presidente que tem a perceção que sendo este um processo novo na Câmara e mesmo para os municípios, que não irá correr tudo da melhor forma, e por isso mesmo o regulamento não é completamente fechado para que se possa fazer sempre alguns ajustes.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 2 votos contra e 9 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h) – Plano Municipal de Ação no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos



Assembleia Municipal de Caminha

Sólidos Urbanos (PERSU) 2020

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de setembro de dois mil e quinze, relativa à **“Plano Municipal de Ação no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2020”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea h) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessárias à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Plano Municipal de Ação no âmbito do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2020”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) – Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora – Gestão de Combustíveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de julho de dois mil e quinze, relativa ao **“Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de**



Assembleia Municipal de Caminha

Freguesia de Âncora - Gestão de Combustíveis”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Gestão de Combustíveis.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que este contrato tem a ver com a limpeza de algumas propriedades, e este contrato já vem do anterior executivo em que foi aprovado e nunca chegou a ser assinado, e voltou a vir a este órgão porque este executivo concorda com o contrato.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) – Rede de Saneamento de Vilar de Mouros - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à



Assembleia Municipal de Caminha

“Rede de Saneamento de Vilar de Mouros - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a “Aprovação Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento da Rede Saneamento de Vilar de Mouros.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que esta intervenção estende-se também ao ponto seguinte, e chamou a atenção do Senhor Presidente da Mesa, do Senhor Deputado Joaquim Celestino e do Senhor Deputado Manuel Falcão, e disse que as alíneas j) e k), do período da ordem dia terão de ser retiradas, embora estes dois pontos da ordem de trabalhos tenham sido referidos como aprovados em reunião de Câmara de 04 de fevereiro de 2015, e tenham sido juntas as minutas, a verdade é que, na reunião de câmara de 18 fevereiro de 2015, pode-se verificar que na página 9, na proposta 01 “Aprovação da ata de 04 de fevereiro de 2015”, pode ler-se, proposta retirada, de onde se conclui que ao não aprovar a ata, ao não assinar a ata e ao não publicar a ata, as respetivas deliberações não produzem efeito.

Mais se informa, que as fotocópias das deliberações que nos foram enviadas ao não terem sido votadas, são ilegais, ou seja, estaríamos a votar neste órgão propostas que não foram objeto de aprovação prévia da respetiva reunião de câmara, lamentando mais uma vez este órgão seja confrontado com documentos para votação contendo ilegalidades e irregularidades.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tinha alguma coisa a dizer.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que se trata de uma matéria iminentemente administrativa, sendo que as propostas são levadas a reunião de Câmara e incumbe aos serviços, dar seguimento ao processo, acrescentando o Senhor Presidente que confia nos serviços e que fazem aquilo que devem fazer após aprovação de qualquer proposta.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que para melhor esclarecimento de este ponto solicitou ao Senhor Presidente da Mesa um encontro de líderes.

O **Senhor Presidente da Mesa**, concedeu uns minutos para que os líderes de bancada reunissem.

O **Senhor Deputado Rui Lages**, fez uma interpelação à mesa e disse ao Senhor Presidente da Mesa para que exortasse as bancadas aqui representadas pelos vários grupos parlamentares, que para quando surgissem estas questões na análise prévia às Assembleias Municipais, que ao detetar algum erro na ordem de trabalhos que solicitassem ao Senhor Presidente uma reunião de líderes para tratarem a matéria em causa, para que não sejam interrompidas as sessões das Assembleias de forma desnecessária.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que enquanto não há resposta e como ainda não existem elementos adicionais para se dar continuidade a discursão da proposta, passaríamos para as propostas seguintes, e posteriormente voltaríamos à discursão de este ponto.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, após a discursão dos líderes de bancada dá continuidade a discursão deste ponto, e dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que aquilo que lhe foi transmitido é que a ata em causa ainda não foi aprovada, mas que foi aprovada a minuta da ata, pelo que esta proposta encontra-se nos mesmos moldes que as propostas iniciais, e como exemplo o Senhor Presidente disse que não se tem a ata referente ao IMI, Acordo das Águas e etc., pelo que, pensa que a questão estará ultrapassada, reconhecendo desse modo que não tem certeza jurídica sobre este processo, mas se existe aqui um problema, também se tem em outras propostas, assim como ao longo dos tempos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que a minuta não faz efeito de lei, ata é que não foi aprovada, foi retirada.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que aquilo que se está a discutir é uma matéria de extrema importância para as freguesias, não deixando de os preocupar o aspeto legal, referindo o Senhor Deputado que a aprovação em minuta existe precisamente para que se possa dar sequência aos procedimentos normais, e nestes termos consideramos que se possa votar a proposta, isto, salvo entendimento em contrário.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que não tinha mais nada a acrescentar ao que já tinha referido, uma vez que os procedimentos em relação à aprovação da proposta decorreram normalmente, e que aquilo que não aconteceu foi a ata ter sido aprovada na reunião seguinte, esta foi retirada por causa de uma parte escrita de não estar de acordo em relação às intervenções, pelo que, pensa que exista condições para se votar as propostas em causa, mas não deixou de referir o Senhor Presidente que a Assembleia é soberana nessa matéria.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que a sua intervenção em nada tem a ver com essa questão formal e de seguida, solicitou ao Senhor Presidente aquando da intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa no ponto e), “Acordo de Pagamento Celebrado com as Águas do Norte, Grupo Águas de Portugal”, que os slides fossem facultados à bancada do PS e que fizessem parte integrante desta sessão.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse ao Senhor Presidente da Mesa que entregou à Senhora Secretaria fotocópia dos slides exibidos.

O **Senhor Presidente da Mesa**, após discursão da proposta e como também tem duvidas quanto à questão legal da mesma, acaba por retirar o ponto da ordem de trabalhos.

k) – Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e quinze, relativa à **“Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela - Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo



Assembleia Municipal de Caminha

autorize a “Aprovação Projeto de Execução, Caderno de Encargos, Cláusulas Técnicas, Plano de Segurança em Projeto, Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Respetiva Abertura de Procedimento da Rede de Distribuição de Água e Saneamento da Freguesia de Argela.

O Senhor Presidente da Mesa, disse que pelos mesmos motivos invocados na proposta anterior, a proposta também será retirada.

I) – Inclusão da Zona da Igreja no Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais – 2ª Fase – Freguesia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de setembro de dois mil e quinze, relativa à **“Inclusão da Zona da Igreja no Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais – 2ª Fase – Freguesia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a “Inclusão da Zona da Igreja no Projeto de Saneamento de Aspra, Viso e Currais – 2ª Fase – Freguesia de Âncora.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

m) – Concessão de Espaço Público Destinado à Colocação de Quiosques na Freguesia de Vila Praia de Âncora e União de Freguesias de Caminha e Vilarelho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de julho de dois mil e quinze, relativa à **“Concessão de Espaço Público Destinado à Colocação de Quiosques na Freguesia de Vila Praia de Âncora e União de Freguesias de Caminha e Vilarelho -”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea p) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais, **propõe-se** que este órgão deliberativo fixe as condições gerais da concessão e autorize a Câmara Municipal a celebrar o respetivo contrato de concessão.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

n) – Alteração à Postura de Trânsito na Rua Pontault-Combault em Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de julho de dois mil e quinze, relativa ao **“Alteração à Postura de Trânsito na Rua Pontault-Combault em Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Alteração à Postura de Trânsito na Rua Pontault-Combault em Vila Praia de Âncora”**.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

o) – Alteração à Postura de Trânsito - Acesso ao Jardim de Infância e Rua do Paraíso em Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e dois de julho de dois mil e quinze, relativa ao **“Alteração à Postura de Trânsito - Acesso ao Jardim de Infância e Rua do**



Assembleia Municipal de Caminha

Paraíso em Vila Praia de Âncora", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a "Alteração à Postura de Trânsito referente ao Acesso do Jardim de Infância e Rua do Paraíso em Vila Praia de Âncora".

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

p) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua de Vilarinho, Rua Laurentino Monteiro e Praceta de Vilarinho – Freguesia de Vila Praia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dois de setembro de dois mil e quinze, relativa à "**Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua de Vilarinho, Rua Laurentino Monteiro e Praceta de Vilarinho – Freguesia de Vila Praia de Âncora**", conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia



Assembleia Municipal de Caminha

externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua de Vilarinho, Rua Laurentino Monteiro e Praceta de Vilarinho na Freguesia de Vila Praia de Âncora”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

q) – Reforço da Sinalética Vertical na Travessa da Areia- Freguesia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de junho de dois mil e quinze, relativa ao “**Reforço da Sinalética Vertical na Travessa da Areia- Freguesia de Âncora**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar o “Reforço da Sinalética Vertical na Travessa da Areia na Freguesia de Âncora”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

r) – Colocação de Sinalética na Freguesia de Seixas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de julho de dois mil e quinze, relativa à **“Colocação de Sinalética na Freguesia de Seixas”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Colocação de Sinalética na Freguesia de Seixas”**.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

s) – Colocação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de oito de julho de dois mil e quinze, relativa à **“Colocação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Colocação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho”**.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 00H05M, do dia 02 de outubro de 2015, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,

(João Alberto Silva)



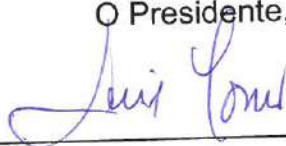
Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária,



(Sónia Lajoso)

O Presidente,



(Luís Augusto Pestana Mourão)